



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LURDES FABRICIO DE OLIVEIRA

CONSULTORIA COLABORATIVA COMO MODELO DE SERVIÇO PARA APOIO AO
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

CURITIBA

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
LURDES FABRICIO DE OLIVEIRA

CONSULTORIA COLABORATIVA COMO MODELO DE SERVIÇO PARA APOIO AO
PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima Joaquim Minetto.

CURITIBA

2021

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de
Bibliotecas/UFPR-Biblioteca do Campus Rebouças
Maria Teresa Alves Gonzati, CRB 9/1584

Oliveira, Lurdes Fabricio de.

Consultoria colaborativa como modelo de serviço para apoio ao
processo de inclusão escolar / Lurdes Fabricio de Oliveira. – Curitiba,
2021.
136 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de
Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria de Fátima Joaquim Minetto

1. Educação especial. 2. Inclusão escolar. 3. Professores de
educação especial. 4. Serviços de consultoria. I. Título. II. Universidade
Federal do Paraná.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EDUCAÇÃO -
40001016001P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em EDUCAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **LURDES FABRICIO DE OLIVEIRA** intitulada: **CONSULTORIA COLABORATIVA COMO MODELO DE SERVIÇO PARA APOIO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR**, sob orientação da Profa. Dra. MARIA DE FÁTIMA JOAQUIM MINETTO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 04 de Março de 2021.

Assinatura Eletrônica
31/03/2021 22:15:18.0
MARIA DE FÁTIMA JOAQUIM MINETTO
Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica
29/03/2021 14:31:10.0
LEANDRO KRUSZIELSKI
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
29/04/2021 10:03:58.0
IASMIN ZANCHI BOUERI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica
07/04/2021 19:49:00.0
CLAUCIA HONNEF
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Assinatura Eletrônica
29/03/2021 09:07:17.0
SABRINA FERNANDES DE CASTRO
Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA)

Rockefeller nº 57 ? Rebouças - CURITIBA - Paraná - Brasil
CEP 80230-130 - Tel: (41) 3535-6255 - E-mail: ppge.ufpr@gmail.com
Documento assinado eletronicamente de acordo com o disposto na legislação federal Decreto 8539 de 08 de outubro de 2015. Gerado e autenticado pelo SIGA-UFPR, com a seguinte identificação única: 85655
Para autenticar este documento/assinatura, acesse
<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/autenticacaoassinaturas.jsp> e insira o código 85655

Aos professores que mesmo diante dos desafios se disponibilizam, em suas realidades e contextos, a buscar formações e se aprimorar. A todos dedico minha dissertação.

AGRADECIMENTOS

Este momento de agradecimento é sobretudo um momento de reflexão.

Início agradecendo à Deus pelas possibilidades e oportunidades!

Gratidão aos Professores que tive a honra de conviver durante as aulas, presenciais e remotas, pois devido a pandemia passamos para encontros síncronos... tive com vocês acesso ao universo acadêmico da pesquisa, aos conhecimentos e saberes.

Meu agradecimento especial à minha orientadora, Professora Fátima, por sua generosidade, sensibilidade, partilha de conhecimentos e disponibilidade para me orientar! À você minha admiração!

Agradeço aos professores da minha Banca, pela disponibilidade e orientações em meus escritos, à vocês Prof.^a Sabrina Castro, Prof.^a Iasmin Boueri, Prof. Leandro Kruzsielski, Prof.^a Carla Vilaronga e Prof.^a Cláucia Honnêf Obrigada!

Agradeço a Prof. Bárbara Amaral Martins, contato que fiz virtualmente devido sua pesquisa. Obrigada pelos prontos retornos às minhas dúvidas sobre a Escala EEDPI.

Agradeço à Gisele e Rosiliane do Departamento Municipal de Educação Especial, com atenção e disponibilidade viabilizaram a realização da minha pesquisa na escola da rede municipal, mostrando acreditar em novas possibilidades.

Agradeço à equipe da escola, principalmente a Elenice pelo empenho e apoio para a realização dos encontros, as professoras que em meio aos desafios devido a suspensão das aulas presenciais e o desconhecido apresentado pela pandemia mostraram-se disponíveis e envolvidas. À todas meu respeito e gratidão!

À minha família!

Agradeço ao meu marido Sivaldo, por todo o apoio, pelas recomendações de leituras e reflexões acadêmicas e de vida, obrigada Amor! Aos meus Filhos amados, Ana Flávia e Joaquim, sempre me inspirando e alegrando meus dias! Amo vocês três, meus companheiros em todos os momentos! Também agradeço a “campanheira” Nina, bichinho fofo que me aguarda, independente dos meus horários de estudos.

Agradeço ao meu pai Francisco (*in memoriam*) e minha mãe Lorena, que com desejo de buscar o melhor aos filhos, enfrentaram desafios para priorizar nossos estudos.

Agradeço as amizades e aos colegas que conheci, nas companhias de aulas e supervisões, aos mais próximos Soli, Christianne, André, Elisiane, as queridas Angel, Thais e Larissa pela colaboração e leitura de meus escritos, Ana Caroline pela disponibilidade nesta trajetória e em especial a querida amiga Cassandra, pelos momentos de partilha, foi muito bom estarmos em companhia neste percurso do mestrado!

Agradeço à Universidade Federal do Paraná pela oportunidade de formação acadêmica e por meio de meu estudo espero retribuir à Universidade Pública e colaborar com a sociedade.

RESUMO

A Consultoria Colaborativa pode ser um modelo de serviço de apoio ao processo de inclusão escolar e tem como base o trabalho colaborativo. Ao se diferenciar de outros formatos de consultoria, visa o trabalho em situação de igualdade entre todos os envolvidos no trabalho com alunos público-alvo da educação especial. Ao considerar a relevância destes aspectos, tais observações mobilizaram a seguinte questão de pesquisa: Seria possível a implementação de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa como apoio ao processo de inclusão escolar de alunos PAEE? Com vistas a responder este questionamento apresenta-se o **Objetivo**: identificar as possibilidades de implementação de um modelo de serviço de consultoria colaborativa como apoio ao processo inclusivo de alunos público-alvo da educação especial - PAEE, seguido de objetivos específicos, que são apresentados em dois estudos, os quais compõem esta dissertação. O Estudo 1 consiste em definir demanda para estabelecer uma rede de apoio ao processo de inclusão escolar e organizar práticas inclusivas a partir das possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho em uma rede pública municipal, com base em um modelo de serviço de consultoria colaborativa. O Estudo 2 tem como objetivo analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial, a partir de um modelo de serviço de consultoria colaborativa. **Método**: A pesquisa apresenta abordagem qualitativa, com alcance explicativo, descritivo. O estudo foi realizado totalmente no formato on-line, por meio de recursos digitais devido a pandemia da COVID-19. Participaram quatro professoras do ensino fundamental e atendimento educacional especializado – AEE, além de integrar o estudo outros profissionais da equipe da escola, diretora-auxiliar e pedagoga, a mãe de um aluno e a representante da equipe multiprofissional que o acompanhava. A função de consultora foi da própria pesquisadora. **Resultados**: Com os achados da pesquisa, verificou-se possibilidades de implementação de uma rede de apoio aos alunos PAEE, com base em um modelo de serviço de consultoria colaborativa, confirmando de acordo com a literatura uma possibilidade de serviço favorável à inclusão e viável para ser adotada na rotina escolar. O estudo sinaliza a necessidade de realização de formação do professor em uma perspectiva colaborativa, com vistas à contribuições e ampliação de serviços de apoio diversificados.

Palavras-chave: Consultoria Colaborativa. Inclusão Escolar. Educação Especial. Práticas Colaborativas.

ABSTRACT

Collaborative Consulting can be a service model to support the process of school inclusion and it is based on collaborative work. In differentiating itself from other consulting formats, it aims to work on an equality basis among all those involved in working with students focused on special education. Considering the relevance of these aspects, these observations mobilized the following research question: Would it be possible to implement a Collaborative Consulting service model to support the school inclusion process of SEN students? To answer this question, the Objective is presented: to identify the possibilities of implementing a collaborative consulting service model to support the inclusive process of students targeting special education - PAEE, followed by specific objectives, which are presented in two studies, which compose this dissertation. Study 1 is to define the demand to establish a support network for the school inclusion process and organize inclusive practices based on the possibilities and resources recognized at work in a municipal public network, based on a collaborative consulting service model. Study 2 aims to analyze teachers' perceptions of support and engagement in implementing collaborative practices for students targeting special education, based on a collaborative consulting service model. Method: The research presents a qualitative approach, with an explanatory and descriptive scope. The study was conducted entirely in an online format, using digital resources due to the COVID-19 pandemic. Four elementary school teachers and specialized educational assistance - AEE have participated, in addition to integrating the study with other professionals from the school staff, the assistant principal and pedagogue, the mother of a student and the representative of the multi-professional team that accompanies him. The consultant had the role of researcher. Results: According to the research's results, there was the possibility of implementing a support network for EAP students, based on a collaborative consulting model, confirming, according to the literature, a possible service that is favorable to inclusion and feasible to be adopted in the school routine. The study highlights the need for teacher training in a collaborative perspective, aiming at contributing to and expanding diversified support services.

Keywords: Collaborative Consultation. School Inclusion. Special Education. Collaborative Practices.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - ESTRUTURA PARA CONSULTORIA COLABORATIVA ESCOLAR	35
FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA COLABORATIVA	67

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - FLUXOGRAMA	17
QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS PROFESSORAS PARTICIPANTES.....	44
QUADRO 3 - CRONOGRAMA DOS ENCONTROS	50
QUADRO 4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS	56
QUADRO 5 - CATEGORIAS ESTUDO 1	60
QUADRO 6 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES	60
QUADRO 7 - DADOS SOBRE O TRABALHO DAS PARTICIPANTES	71
QUADRO 8 - AVALIAÇÃO DE VIVÊNCIAS POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA	72
QUADRO 9 - CATEGORIAS: ESTUDO 2	74
QUADRO 10 - CATEGORIAS FOLLOW UP	80

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA - ANO LETIVO 2020	45
TABELA 2 - RESULTADOS - ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS	77
TABELA 3 - RESULTADOS FOLLOW UP - ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS	84

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas
BVS - Biblioteca Virtual em Saúde
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CID - Classificação Internacional de Doenças
DSM-5 - Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (5ª edição)
EF - Ensino Fundamental
EEDPI - Escala Eficácia Docente para Práticas Inclusivas
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABEBÊ - Laboratório de Intervenção e Atenção Precoce
LAPEEDH - Laboratório de Pesquisas em Educação sobre o Desenvolvimento Humano
MEC - Ministério da Educação
PAEE - Público-alvo da Educação Especial
PPGE - Programa de Pós-graduação em Educação
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
SJP PR – São José dos Pinhais, Paraná
SRM – Sala de Recursos Multifuncional
TCLE - Termos de Consentimento Livre e Esclarecido
TEA - Transtorno do Espectro Autista
UFPR - Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	15
2 JUSTIFICATIVA.....	19
3 OBJETIVO GERAL	23
3.1 Objetivos Específicos: Estudo 1	23
3.2 Objetivo Específico: Estudo 2	23
4 REVISÃO DE LITERATURA	24
4.1 Contextos e Mudanças da Educação Especial Inclusiva	24
4.2 A oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE	30
4.3 Possibilidades de apoio à inclusão escolar pela via da consultoria colaborativa	32
4.4 A Consultoria Colaborativa no contexto de pesquisas educacionais	39
5 MÉTODO	43
5.1 Caracterização da Pesquisa	43
5.2 Procedimentos Éticos.....	43
5.3 Participantes	43
5.4 Caracterização Sociodemográfica das Participantes	44
5.6 Caracterização Sociodemográfica da Unidade Escolar	45
5.7 Instrumentos	46
6 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	54
6.1 Resultados: Estudo 1	54
6.2 Discussão: Estudo 1	65
6.3 Resultados: Estudo 2	70
6.4 Discussão: Estudo 2	86
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS.....	93
APÊNDICES	98
APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)	99
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE-FAMÍLIA)	102
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE – PROFISSIONAIS DE SAÚDE)	105
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO	108
APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (FAMÍLIA)	114

APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO DE MAPEAMENTO ESCOLAR.....	119
APÊNDICE 7 – QUESTIONÁRIO PARA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA.....	120
APÊNDICE 8 – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES.....	122
APÊNDICE 9 – AVALIAÇÃO DE VIVÊNCIAS POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA	124
APÊNDICE 10 – AVALIAÇÃO DE VIVÊNCIAS POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA – FOLLOW UP	126
ANEXOS	128
ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	129
ANEXO 2 ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS	133

1 APRESENTAÇÃO

Este estudo reflete meu interesse pelas questões da Educação Especial Inclusiva que me mobilizam, desde os últimos anos de minha graduação em psicologia quando já me inclinava a observar e ouvir as demandas deste contexto, as quais fazem parte da minha atividade profissional em todo o percurso de minha atuação. Em especial nestes últimos anos, tenho observado e vivenciado significativas contribuições para o processo de inclusão escolar, quando oportunizada a troca com diferentes profissionais que realizam intervenção direta com a criança.

Em minha atuação como psicóloga escolar, com o olhar e a escuta interessados às possibilidades de intervenção e valorização do potencial do aluno, criança ou adolescente, tenho acompanhado desafios encontrados pelos professores no planejamento e aplicação de estratégias e práticas pedagógicas inclusivas, para estudantes que apresentam demandas diferenciadas no processo ensino/aprendizagem. Questões essas muitas vezes dificultadas pela escassez ou falta do estabelecimento de colaboração entre diferentes conhecimentos e saberes, não sendo possível agregar entendimento e intervenções que auxiliem adequadamente o desenvolvimento do aluno.

Essas inquietações me motivaram a leituras, estudos, até a alegria da conquista de ingressar no mestrado, com a oportunidade de pesquisar sobre consultoria colaborativa. Sendo este um modelo de serviço que pode ser utilizado como apoio para alunos público-alvo da educação especial, além do comumente conhecido e ofertado, a sala de recursos multifuncional (SRM), tema este que não será abordado neste estudo.

Ao conhecer e acompanhar a atuação de professores, famílias, profissionais da educação e da saúde, que constantemente buscam compreender e organizar formas de estimular e desenvolver o potencial de crianças e adolescentes PAEE, fica notória a relevância de um estudo que contemple o trabalho colaborativo, à luz de conhecimentos científicos para verificar contribuições e melhorias no processo de aprendizagem e de cidadania da referida demanda.

Com propósito de abordar sobre o tema apresentado, atendendo às exigências científicas, a estrutura desta dissertação está sistematizada conforme as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) de acordo com o Manual de Normalização de Documentos Científicos (AMADEU et al., 2015) e

organizada em dois estudos, contendo descrição detalhada dos respectivos. Este formato apresenta-se com a seguinte configuração:

Essa dissertação está organizada a partir do tema central de pesquisa, justificativa científica e social, objetivo geral e específicos. Alinhado ao panorama da educação especial e características da consultoria colaborativa, apresenta-se o referencial teórico deste estudo, distribuídos em tópicos: contextos e mudanças da Educação Especial Inclusiva; a oferta de atendimento educacional especializado – AEE; a abordagem de possibilidade de apoio à inclusão escolar pela via da consultoria colaborativa, tema central do estudo, contendo aspectos que identificam e caracterizam este serviço. Seguidos da metodologia, instrumentos, caracterização das participantes, resultados e discussão de cada um dos estudos, conforme breve descrição a seguir:

O Estudo 1 teve como objetivo definir demanda para estabelecer uma rede de apoio e, organizar práticas inclusivas a partir das possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal, com base em um modelo de serviço de consultoria colaborativa. Participaram quatro professoras da rede pública municipal.

Os resultados foram obtidos a partir dos dados coletados por meio dos instrumentos apresentados às participantes com o estabelecimento de um serviço de consultoria colaborativa com debates e reflexões em encontros síncronos ocorridos no período de um mês. Vale ressaltar que em virtude da suspensão das aulas e atividades presenciais devido a pandemia da COVID-19, foram necessárias adaptações para o formato virtual, com encontros conforme mencionado.

O Estudo 2 contemplou o objetivo: analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial – PAEE a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa, com a participação de quatro professoras. Ao final do período do estabelecimento da consultoria colaborativa, após três meses realizou-se o *follow-up*, encontros para acompanhamento do processo de estabelecimento de um modelo de consultoria colaborativa, de acordo com um cronograma. As participantes se disponibilizaram a manter-se integrando o estudo, seguindo o modelo de encontros síncronos e respondendo aos instrumentos conforme objetivo proposto. A partir dos encontros foram oportunizados debates e reflexões acerca da implementação do

apoio aos alunos PAEE e organização de práticas colaborativas a partir do modelo de serviço de consultoria colaborativa.

Ao final as professoras relataram as mudanças em suas práticas de trabalho com alunos PAEE, entretanto acreditavam que teria sido mais efetivo se o trabalho tivesse ocorrido de forma presencial, visto que a aplicação das atividades, no modo remoto foi realizada pelas famílias. Ainda assim consideraram que o modelo de serviço de consultoria colaborativa proporcionou momentos diferenciados de troca para o planejamento pedagógico, neste período de atividades remotas.

Encerra-se com as considerações finais com demonstração da síntese dos achados desta pesquisa, ademais sobre percepções da pesquisadora, limitações e proposta de novos estudos.

Para ilustrar estrutura da dissertação, apresenta-se o fluxograma, conforme Quadro 1 a seguir:

QUADRO 1 - FLUXOGRAMA

TÍTULO	CONSULTORIA COLABORATIVA COMO MODELO DE SERVIÇO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE APOIO AO PROCESSO DE INCLUSÃO ESCOLAR	
APRESENTAÇÃO	Apresentação e Justificativa científica e social	
REFERENCIAL TEÓRICO	Educação Especial Inclusiva Tema central: Consultoria Colaborativa	
OBJETIVO GERAL	Verificar possibilidades de implementação de um serviço de consultoria colaborativa como modelo de apoio ao processo inclusivo de alunos público-alvo da educação especial.	
ESTUDO	OBJETIVO	MÉTODO
ESTUDO 1	<ul style="list-style-type: none"> Definir demanda para estabelecer uma rede de apoio ao processo de inclusão escolar, com base em um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa; Organizar práticas inclusivas a partir das possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal, conforme um modelo de serviço de consultoria colaborativa; 	Pesquisa Qualitativa
ESTUDO 2	<ul style="list-style-type: none"> Analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial – PAEE a partir 	Pesquisa Qualitativa

	de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa.	
CONSIDERAÇÕES FINAIS		

FONTE: A AUTORA (2021)

Durante o ano de 2020 período de desenvolvimento da pesquisa o mundo foi surpreendido com a pandemia ocasionada pelo coronavírus (vírus - SARS-COV-2) que causa a covid-19¹ e assim trouxe a necessidade da suspensão das aulas presenciais devido a adoção de medidas de distanciamento físico/social. Isso levou à realização das atividades escolares de forma remota, tanto pelos alunos quanto pelos professores. Com este cenário o estudo precisou ser adaptado à realidade vivenciada e foi desenvolvido totalmente de forma virtual, por meio de recursos digitais (plataforma *Google Meet*, *kobotoobox*, e-mail e aplicativo de mensagens/*WhatsApp*), com encontros síncronos e assíncronos.

¹A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto da doença causada pelo novo coronavírus (COVID-19) constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. OPAS, 2020.

2 JUSTIFICATIVA

A Educação para todos sob a perspectiva da Educação Especial Inclusiva, mais especificamente por meio da inclusão de alunos público-alvo da educação especial - PAEE, faz parte da realidade e está amparada conforme disposto na legislação vigente. Apresenta-se como uma das referências atuais a Resolução CNE/CEB 4/2009, que propõe diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado - AEE na Educação Básica, disposto, no art. 3º, com ênfase para a educação especial ocorrer em todos os níveis, etapas e modalidades e esse atendimento como parte integrante do processo educacional (CNE/CEB,2010).

Mostrando-se então, como um desafio sobremaneira no que se refere a elaboração e implementação de estratégias e apoio ao trabalho pedagógico ofertado aos alunos público-alvo da Educação Especial - PAEE, além das implicações sociais da comunidade escolar com esta realidade.

Com vistas à atender o proposto neste estudo foram realizadas buscas a periódicos em plataformas e bibliotecas virtuais, como Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, Scientific Electronic Library Online - SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), sendo também, consultados livros e outros materiais *on-line* e impressos.

Cabe destacar a pesquisa científica, diferente de ser entendida como uma atividade estanque, de interesse individual ou isolado do coletivo, deve ser compreendida enquanto atividade em condições socialmente estabelecidas, com objetivo de obter respostas a questionamentos ainda não resolvidos pela ciência e mais especificamente identificá-los, além de buscar soluções ou indicar possibilidades para tais, conforme determinada área de conhecimento (GAMBOA, 2011).

Como tema central deste estudo a consultoria colaborativa, que ao diferenciar-se de outros formatos, propõe paridade às condições de trabalho entre todos os envolvidos. E de modo conjunto agregar experiências e contribuições na busca de soluções. Sendo fundamental o diálogo, o respeito mútuo, a vontade de aprender e a disponibilidade para compartilhar sugestões (PALCHES, 2009).

Em um contexto nacional a Educação Especial Inclusiva tem buscado modificações, a tomar como exemplo outros países e, saindo de instituições especializadas que em geral apresentavam objetivos com predominância terapêutica ou assistencialista – ainda a perdurar - e, se encaminhando para um formato de

atendimento educacional que se encontra com o proposto de uma escola que seja única para todos, disponível às diferenças e compreensível de maneira que enriqueça o coletivo (CARNEIRO, 2011).

De acordo com a autora o debate acerca da escola inclusiva vai além do aspecto da socialização, pois requer modificações dinâmicas para que todos sejam contemplados. Desta forma para passar à contextualização é necessário considerar a diversidade e particularidade dos indivíduos e também, possibilidades de desenvolver e oportunizar demandas diversas. Para tanto a Educação Especial Inclusiva em seu refinar do atendimento, definido como atendimento educacional especializado em princípio consiste em compreender o todo para na sequência se encaminhar para as especificidades.

Como referência, buscam-se os diversos movimentos mundiais para a inclusão social, que também chegaram ao Brasil, os quais trouxeram repercussões e mudanças conceituais relacionadas à educação especial, com modificações na maneira do atendimento especializado para as pessoas com deficiência e com isso o novo paradigma do foco para o processo ensino-aprendizagem do aluno, o qual requer adaptações que atendam necessidades específicas do aluno, somando a participação da família e da comunidade (BRUNO, 2000).

Para a referida autora na inclusão enfatiza-se o desenvolvimento da interação e comunicação de forma positiva, além do trabalho pedagógico de cooperação, na oferta de serviços adequados e estabelecimento de contextos inclusivos na escola e na comunidade. Essas demandas ainda mantêm-se atualizadas, com a necessidade de serem criadas condições para se desenvolver trabalho pedagógico adequado e conseqüentemente diversificado.

A inserção dos alunos público-alvo da educação especial (PAEE) nas escolas regulares mediante ao processo de inclusão escolar nas diferentes etapas e modalidades desencadeou uma reestruturação das escolas referente a estratégias de ensino, currículo, adequações estruturais e avaliação. Neste contexto torna-se pertinente a busca e exploração de novos conhecimentos e práticas inclusivas por meio de evidências científicas que corroborem com o processo inclusivo nas escolas regulares fornecendo uma compreensão voltada ao estabelecimento e efetividade de uma rede de serviços de apoio diferenciado que considere as demandas do público-alvo da educação especial (MENDES, VILARONGA e ZERBATO, 2014).

Para Campos (2018) a inclusão escolar propõe viabilizar melhores condições ao professor para atuar na diversidade exigida atualmente na escola comum, dar o apoio necessário à sua ação pedagógica, além de gerir um processo de colaboração entre os profissionais que estão direto no contexto da escola.

Contudo, se observado o movimento de reflexão e discussão sobre a prática, ainda não é suficiente para efetivas mudanças, mesmo assim será indispensável para outras condições, sem as quais elas não ocorrerão e não se manterão, tais como a percepção da mudança como necessária individual e coletivamente, início do exercício de observação e, estudo para a própria ação verificando possibilidades de agir, experienciar e avaliar, no individual e coletivo (CAPELLINI e MENDES, 2007). Com isso, a importância de rever práticas e condutas que proporcionem efetiva inclusão do aluno PAEE, a considerar os desafios do trabalho pedagógico para este público, na prática diária do professor, além de esclarecer dúvidas e proporcionar reflexão e envolvimento também das famílias para conhecer e compreender o processo de aprendizagem dos filhos.

No que se refere a serviços de apoio, ainda que pouco difundida a Consultoria Colaborativa sugere em seu processo de desenvolvimento a construção de uma cultura colaborativa que precisa ser fortalecida com elementos necessários para o sucesso do trabalho do professor, a exemplo a eficácia e engajamento, aspectos que compõem objetivo deste estudo. Vale ressaltar, que o conhecimento e principalmente a formação proporcionarão este fundamento.

Com base na literatura internacional e nacional, ora mencionada, a finalização favorável da consultoria colaborativa se concentra no fato deste serviço de apoio ter enfoque na resolução de problemas reais da escola, com interesse em romper com a atuação isolada do docente, bastante presente no meio escolar devido a fragilidade do trabalho colaborativo entre educadores e especialistas. Assim, professores poderão deixar de atuar sozinhos e quando necessário, podem trabalhar em equipes constituídas de profissionais especializados que visam o apoio conjunto e a responsabilidade compartilhada (CALHEIROS 2015).

Com este entendimento, a considerar a disponibilidade do professor para se inserir em novas propostas de intervenção pedagógica, assim como o envolvimento da equipe da escola, da família, de profissionais que acompanham a criança e da própria criança para compreender o auxílio dos recursos pedagógicos ofertados, com vistas à qualidade do processo de aprendizagem, sem a pretensão vicária de outros

serviços de apoio, delineou-se a seguinte questão: Seria possível a implementação de um Serviço de Consultoria Colaborativa como apoio ao processo de inclusão escolar de alunos – PAEE? Tal questionamento propõe a necessidade de buscar evidências científicas quanto à identificação de possibilidades, implementação e efetividade deste serviço, por meio do conhecimento da condição/diagnóstico do aluno, da reflexão, planejamento e implementação de práticas efetivamente inclusivas aos alunos público-alvo da educação especial.

3 OBJETIVO GERAL

Este estudo tem como objetivo geral, verificar possibilidades de implementação de um serviço de consultoria colaborativa como modelo de apoio ao processo inclusivo de alunos público-alvo da educação especial.

3.1 Objetivos Específicos: Estudo 1

- ✓ Definir demanda para estabelecer uma rede de apoio ao processo de inclusão escolar, com base em um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa;
- ✓ Organizar práticas inclusivas a partir das possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal, conforme um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa;

3.2 Objetivo Específico: Estudo 2

- ✓ Analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial (PAEE), a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa.

4 REVISÃO DE LITERATURA

Neste estudo apresenta-se um panorama da Educação Especial Inclusiva, de acordo com os marcos da legislação, percorrendo os serviços de Atendimento Educacional Especializado – AEE ofertados e segue com vistas a contemplar possibilidades de apoio ao processo de inclusão escolar com ênfase para a consultoria colaborativa. Assim, busca demonstrar novas perspectivas com destaque para o estabelecimento do trabalho colaborativo no contexto educacional, voltado ao atendimento do aluno público-alvo da educação especial. Por meio de estudos científicos mostram-se proposições sobre novas possibilidades para o atendimento deste público em um formato que envolve a todos, a saber: escola, família, profissionais de saúde e assistência social, que acompanham a criança ou adolescente PAEE.

As referências sobre inclusão escolar e os sistemas de ensino compreendem há algum tempo a necessidade de se estabelecer uma rede com diferentes tipos de serviços de apoio, visto entender as demandas dos educandos PAEE de modo diversificado em natureza e características de intensidade, não possibilitando um tipo de suporte que seja “modelo de tamanho único” para apoiar a todos que demandarem. Atualmente os tipos de apoio mais conhecidos são: o modelo de sala de recursos; o modelo de serviço itinerante; o modelo de consultoria e o modelo de coensino (MENDES, VILARONGA e ZERBATO 2014).

Em mesma via, de acordo com Idol, Nevin, Paolucci-Whitcomb (2000, p.1) a consultoria colaborativa pode ser definida como “um processo interativo que capacita grupos de pessoas com experiências diversas a gerar soluções criativas para problemas definidos mutuamente”, ou seja, a consultoria colaborativa se caracteriza como o desenvolvimento da interação entre pessoas com vivências diferenciadas a buscar soluções com criatividade para questões determinadas em conjunto. E o contexto escolar apresenta-se com diversas características e situações que podem se beneficiar com o estabelecimento de troca e de cooperação.

4.1 Contextos e Mudanças da Educação Especial Inclusiva

A Educação Especial Inclusiva tem apresentado diferentes modificações ao longo das últimas décadas. Em breve retomada do cenário sociopolítico observa-se,

conforme Zerbato e Mendes (2018) os referenciais nacionais legais (1988, 2001, 2008, 2009, 2015) que asseguram o direito da escolarização dos alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) em classes de ensino comum, relacionado também aos serviços de apoio especializados, estes devendo ser implantados para efetivação da inclusão escolar, garantindo não apenas ingressar e permanecer em sala de aula, como acessar o conhecimento e a aprendizagem.

Em um contexto histórico, acompanhou-se a realização do atendimento educacional aos estudantes com deficiências em instituições especializadas, voltadas geralmente a um caráter clínico e assistencialista, com objetivos relacionados à promoção de saúde, aos cuidados e quanto às propostas pedagógicas, estas com objetivo voltado à reeducação, à compensação de falta ou déficit. Este modelo do fazer pedagógico trouxe influências e inspiração para a prática pedagógica das classes especiais e salas de recursos multifuncionais (SRM) da escola pública regular, com a tônica de preparar o aluno através do atendimento individualizado, para incorporar-se na escola e na comunidade (BRUNO, 2000). Entretanto, cabe buscar expandir para novas formas de intervenção que contemple a diversidade e complementariedade de contextos variados em que o aluno esteja inserido.

Ainda de acordo com a referida autora, o movimento mundial de inclusão social chega ao Brasil a partir da Declaração Mundial de Educação para Todos (Jomtiem, Tailândia, 1990) com a proposta de uma educação designada a atender as demandas básicas de aprendizagem, o pleno desenvolvimento do potencial humano, a melhora na qualidade de vida e do conhecimento e a participação do cidadão na transformação cultural de sua comunidade (Artigo 1º Declaração de Educação para todos, 1990).

Complementa este movimento a Declaração de Salamanca (1994) que conduziu à fundamental transformação conceitual no que refere-se aos objetivos da educação especial, com mudanças na forma de atendimento educacional de pessoas com deficiências², visto que proporciona incluir no ensino regular todas as crianças, inclusive as que apresentam deficiências graves ou dificuldades de aprendizagem (Declaração de Salamanca, 1994).

A ideia de necessidades educacionais especiais atribuir para a escola encontrar formas exitosas de educar todas as crianças sem depender das

² A expressão “pessoa com deficiência” é utilizada por Bruno (2000).

capacidades físicas, sensoriais ou emocionais particulares está imbuída de uma mudança de paradigma, com foco para o aluno e seu processo de ensino-aprendizagem, com as adequações necessárias, além da participação da família e da comunidade. A escola será para todos, se demonstrar nova formulação principalmente em relação ao conceito de homogeneização e reconhecer o processo de ensino aprendizagem como dinâmico, diversificado e que não depende de condições como: físicas, cognitivas, sociais e outras (BRUNO, 2000; CARNEIRO, 2016).

Com a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência tem-se “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. (2015). Tal premissa, com destaque para estas garantias têm sido traduzidas em aumento nos índices numéricos apresentados por meio do censo escolar, principalmente nos últimos anos.

De acordo com os dados do Censo Escolar³, em 2018 demonstrou-se avanços significativos para o cenário da educação especial. O número de matrículas de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação em classes comuns (incluídos) ou em classes especiais exclusivas chegou a 1,2 milhão, um aumento de 33,2% em relação a 2014. O aumento teve influência de matrículas do ensino médio que chegaram a dobrar naquele período. A considerar somente alunos de 4 a 17 anos da modalidade da educação especial, constatou-se que o percentual das matrículas de alunos incluídos em classe comum demonstrou aumento gradual e passou de 87,1% em 2014 para 92,1% em 2018 (INEP, 2019).

Nesta perspectiva, no ano de 2019:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 5,9% de 2018 para 2019 e de 34,4% em relação a 2015. O percentual de alunos com deficiência, autismo ou altas habilidades matriculados em classes comuns tem aumentado gradualmente para todas as etapas de ensino (INEP, 2020).

³ Principal pesquisa estatística sobre a educação básica, com a colaboração de secretarias estaduais e municipais de educação. Com a participação de todas as escolas públicas e privadas do país, abrange as diferentes etapas e modalidades da educação básica: ensino regular; educação especial; educação de jovens e adultos (EJA); e educação profissional (INEP, 2019).

Este panorama revela atualmente tendência favorável para uma cultura inclusiva demonstrada nos índices, há de se averiguar a consonância com a realidade e a qualidade para o acesso aos serviços ofertados, além da permanência.

Como apontado por Zerbato e Mendes (2018), a inclusão escolar requer mais que intenções e documentos que garantam o direito de educação para todos. Uma escola inclusiva demanda, entre diversos aspectos, a construção de uma cultura colaborativa que vise à parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados, a fim de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas. A mobilização para que o contexto da cultura colaborativa se estabeleça requer um ponto de partida e Bruno (2006) refere que esta iniciativa está no dia a dia: o coletivo, a escola e a classe comum, onde todos os alunos com necessidades educativas, especiais ou não, necessitam aprender ter acesso ao conhecimento, à cultura e progredir no aspecto pessoal e social.

Para isso é observada a necessária mudança de paradigma, onde o foco da atenção deixa de ser a deficiência e volta-se ao aluno e ao processo ensino aprendizagem, o qual precisa estar adaptado às demandas específicas do aluno, no ambiente escolar, com a participação da família e da comunidade (BRUNO, 2000). Alinhar estes aspectos que traduzem-se em um formato colaborativo e configuram-se em uma nova perspectiva podem ser um dos maiores desafios para referida mudança.

O ponto inicial se dá com o reconhecimento da demanda, o crescimento do processo de inclusão escolar, conforme índices mencionados, e o cenário de possíveis intervenções na Educação Especial Inclusiva, com tendência a aumentar e requerer diversificação de apoio ao trabalho pedagógico no que se refere ao atendimento educacional especializado. Geralmente a forma de atuação está organizada em um modelo clínico com objetivo de minimizar os problemas de aprendizagem, além de ter escassez ou mesmo inexistência da parceria colaborativa (ARAÚJO e ALMEIDA, 2014).

Neste encaminhar ainda que presente desafios do trabalho pedagógico com alunos público-alvo da educação especial na prática cotidiana do professor, vale ressaltar, conforme Zerbato e Mendes (2014) a partir do pressuposto que a educação é um dos direitos fundamentais e deve ser garantido a fim de diminuir desigualdades históricas, no que refere-se a indivíduos com deficiências, entende-se a necessidade de serem adotados alguns mecanismos diferenciados associados aos já

institucionalizados pela cultura, com objetivo de contrapor condições de acesso igual à produtos, com garantia de acesso a bens e serviços.

Conforme referidas autoras a partir da definição da abordagem social dos direitos humanos como referência para planejar as políticas e a práxis da inclusão escolar atual, apresenta-se o debate para o que a literatura tem apontado acerca de política efetiva envolvendo essencialmente uma rede de diferentes tipos de serviços de apoio. E o entendimento indica que a necessidade de diferentes serviços ocorre devido a população-alvo da Educação Especial apresentar necessidades diversificadas em natureza e intensidade e assim não existindo um modelo exclusivo de apoio para toda a demanda de referido público.

Para Zerbato e Mendes (2018) a organização de um ambiente realmente inclusivo requer muito mais, além de não depender de forma exclusiva de ações dos professores de ensino comum em sala de aula. Dentre os aspectos, uma escola inclusiva exige a construção de uma cultura colaborativa que estabeleça a parceria de professores de Educação Especial e profissionais especializados com a finalidade de elaboração e implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

Em um primeiro momento o professor em geral é o primeiro a ser requisitado para atuar no serviço especializado, necessariamente com formação inicial que o habilite para a atividade docente e formação especializada na área de Educação Especial, de acordo com a legislação. Ainda que com tal formação, não poderá ser considerado que o professor que atua nesta modalidade de ensino, realmente esteja preparado para o exercício de sua profissão (CALHEIROS, 2015).

Ainda que com a formação o professor não seja considerado totalmente apto à atuação, há de se considerar atitudes importantes para a proposta de consultoria colaborativa, são destaques a integridade no comportamento, disposição para ousar, ética, reconhecer práticas já realizadas pelos envolvidos, acolher ideias dos professores e sequência coerente às ações efetivadas. (IDOL, NEVIN E PALOUCCI-WHITCOMB, 2000).

No ambiente escolar, referente ao trabalho do professor a consultoria colaborativa desenvolve-se na busca de soluções de questões que despendem de tempo e seguem algumas etapas ou estágios. No decorrer deste processo o consultor acompanha as atividades do professor para maximizar o desenvolvimento educacional dos alunos. O propósito da consultoria é o enfoque em um problema atual de quem está sendo consultado. Assim, este modelo se diferencia de outras

abordagens, como supervisões ou aconselhamento, pois o intercâmbio é colaborativo, com destaque para o papel igualitário do consultado para as contribuições nas soluções dos problemas, além da liberdade para acolher ou recusar as recomendações durante o período de consultoria (MENDES, ALMEIDA e TOYODA, 2011).

Ao considerar elementos no contexto escolar, destinados ao trabalho pedagógico inclusivo, como o denominado atendimento educacional especializado que pode apresentar-se como recurso favorável ao estudante PAEE, a apresentação, entendimento e configuração do serviço de consultoria colaborativa propõe a interface, o debate e o alinhamento de variáveis e recursos, também extraescolar com diferentes atores e conhecimentos com a manutenção do protagonismo da ação pedagógica.

Para Campos (2018) a Consultoria Colaborativa possibilita que um profissional especializado contribua na resolução de problemas ligados à aprendizagem dos alunos, sendo que essa relação pode beneficiar direta ou indiretamente consultor e professores inseridos nesse processo, ensinando e aprendendo ao mesmo tempo, além de contribuir com a escolarização dos alunos com deficiência na escola comum e consequentemente melhorar a qualidade de ensino ofertado a todos os alunos.

Ao contextualizar essas questões ao modelo bioecológico, encontra-se o desafio de descobrir como novas hipóteses de trabalho e configurações de pesquisa correspondentes poderão ser desenvolvidas no futuro. Há a possibilidade de mesmo com a mudança histórica, elementos do modelo bioecológico e suas inter-relações permanecerem constantes através do tempo e do espaço. Neste panorama o modelo bioecológico tem diversas propriedades de definições claras que se tornarão base para as demais definições. Algumas apresentam origem relativamente recente, enquanto outras retomam ao princípio do modelo ecológico (BRONFENBRENNER 2011).

Em um cenário educacional as buscas por novas possibilidades podem configurar a atualização para demandas que se tornam presentes e necessárias a considerar o trabalho colaborativo como possibilidade para o estabelecimento de práticas que contemplem a educação especial inclusiva e estabeleçam acesso ao aluno, em especial o aluno público-alvo da educação especial.

4.2 A oferta de Atendimento Educacional Especializado – AEE

Em documentos anteriores ao atual Plano Nacional de Educação (PNE) tem-se a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 que asseguram a educação especial inclusiva e o Atendimento Educacional Especializado (AEE) ao público-alvo da educação especial, preferencialmente na rede regular de ensino. A premissa de que a escola deve se reconstruir para atender a toda a comunidade, não cabendo mais ao aluno se adaptar a ela tal como foi construída, deu origem às Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001).

Na busca de nortear a inclusão do público-alvo dessa modalidade, o documento definiu:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos e cabe às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, além de assegurar as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos” (Brasil, 2001).

Portanto, na perspectiva da inclusão escolar, o foco não é a deficiência, e sim os espaços, os ambientes e os recursos que devem ser acessíveis e adequados à especificidade de cada aluno, devendo a escola estar em constante transformação e enriquecimento pela diversidade (MORAES, 2017).

Nesta perspectiva a união da equipe escolar (ou de parte dela), na busca de novas abordagens pedagógicas e de encaminhamentos para reorganizar a maneira de atender todos os alunos, inclusive os alunos PAEE, estará desempenhando sua função social (CAMPOS, 2018).

Para isso é oportuna a busca de novos formatos, como proposto neste estudo o serviço de apoio com base no modelo de consultoria colaborativa, o qual é compreendido como um meio de compartilhar o trabalho (planejar, avaliar, analisar expectativas) entre o profissional especialista e o professor do Ensino Comum – e tem sido destaque como um dos fatores para o sucesso da inclusão escolar, contribuindo para uma união de esforços nas conquistas voltadas ao contexto político social (ARAÚJO e ALMEIDA 2014).

Ressalta-se a ideia de colaboração como a troca recíproca entre todos os envolvidos na resolução de um problema atual no contexto escolar, a saber a equipe

da escola, família e profissionais da saúde que acompanham o aluno PAEE, com a contribuição de diferentes formações e conhecimentos, composto por consultor e consultado, em geral o professor que ao flexibilizar o encaminhamento pedagógico visa à acessibilidade ao estudante e inclusão escolar.

Em consonância ao citado acima, destaca-se o disposto na LDB 9694/96, artigo 59 capítulos I, sobre a oferta de currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às demandas de alunos PAEE (1996). Porém ainda se faz presente na realidade da rotina escolar a necessidade de ampliar formas de elaboração e aplicação de estratégias para o trabalho pedagógico, vale destaque para o respaldo por meio de pesquisas referentes à Educação Especial Inclusiva. Para Carneiro (2011) ao considerar oportuna a criação de novos projetos para o trabalho escolar, além de efetivá-los e avaliá-los, de forma gradual vamos descobrindo novos roteiros a serem seguidos e os que podem ser abandonados.

O entendimento em proporcionar um contexto realmente inclusivo apresenta exigências que estão além e independem de ações exclusivas dos professores de ensino comum dentro de sala de aula. Uma escola inclusiva requer a participação da equipe escolar como um todo – gestão escolar, professores, profissionais especializados, família, alunos e comunidade em geral para ser construída uma identidade e cultura colaborativa, interessada na parceria com professores de Educação Especial e profissionais especializados, com a finalidade de elaborar e implementar práticas pedagógicas inclusivas (ZERBATO e MENDES, 2018).

É fato reconhecer a garantia da legislação brasileira para o ingresso de alunos público-alvo da Educação Especial (PAEE) no ensino regular, algo que está ocorrendo progressivamente. Entretanto, as dificuldades acontecem na mesma proporção, principalmente em relação aos professores que de maneira geral têm em comum em suas formações iniciais oportunidades escassas ou inexistentes de conhecer demandas e especificidades sobre diferentes deficiências, assim como em cursos de formação continuada e capacitações. Este baixo repertório teórico trará reflexos na prática pedagógica e repercussões acerca de possibilidades e interesses para um trabalho colaborativo (CAMPOS, 2018).

4.3 Possibilidades de apoio à inclusão escolar pela via da consultoria colaborativa

A Consultoria Colaborativa como possibilidade de serviço de apoio pelo viés colaborativo pode ser verificada como apoio a ser desenvolvido e implementado no trabalho pedagógico com aluno público-alvo da educação especial. Cabe destacar sobre o modelo de consultoria colaborativa estar presente desde 1990 na literatura educacional (WEST; IDOL, 1989; PUGACH; JOHNSON, 1995; KAMPWIRTH, 2003; IDOL; PAOLUCCI-WHITCOMB; NEVIN, 2000; DETTMER, THURSTON E DYCK, 2005). Inicialmente faz-se prudente um panorama geral de aspectos sociopolíticos e científicos no que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, em destaque neste estudo a Consultoria Colaborativa como um modelo de serviço de apoio, características e organização em seu processo de desenvolvimento.

Acompanha-se através de aspectos legais, o movimento mundial pela educação inclusiva, conforme assegurado pela legislação vigente, tendo como referência nacional a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), composta por ações com encaminhamento político sociocultural e pedagógico, com objetivo de garantir o direito de todos os estudantes em aprender e participar juntos sem qualquer tipo de discriminação. Nesta perspectiva a educação inclusiva configura um paradigma educacional com base na ideia de direitos humanos, que associa igualdade e diferença como valores inseparáveis, e que caminha para o princípio da equidade formal ao contextualizar momentos históricos que mostram a exclusão dentro e fora da escola.

O movimento nomeado inclusão traz influências para a formulação e implementação de políticas públicas, além de desafiar todos a pensar na educação que não apenas reconheça as diferenças, mas que valide os princípios dos direitos humanos. No cenário nacional teve-se muitos avanços, mas há outros diversos desafios para serem vencidos e outros a serem conquistados no âmbito educacional nos diferentes níveis e modalidades (Barreto e Reis, 2011). A busca de possibilidades que viabilizem a inclusão escolar é uma constante mobilização no contexto educacional e precisa reverberar para além da escola, ou seja, no efetivo de apoios diferenciados para de fato contribuir e passar a compor a realidade escolar.

Neste sentido a consultoria colaborativa, como formato de compartilhar o trabalho (planejar, avaliar, analisar expectativas) entre o profissional especialista e o

professor de Ensino Comum – tem sido destaque como um dos fatores na busca do sucesso para inclusão escolar. Além de ser fundamental, o trabalho colaborativo pode contribuir para a união de esforços nas conquistas voltadas ao contexto político social. Então compreende-se a ideia de colaboração como a troca mútua entre todos os envolvidos na situação em foco, a considerar diferentes formações e conhecimentos no que refere-se a profissionais da escola e da equipe multiprofissional e vivências que envolvem a família e o próprio estudante (ARAÚJO e ALMEIDA 2014).

A Consultoria Colaborativa é compreendida por configurar-se mediante seis estágios, que norteiam o trabalho dos profissionais envolvidos, conforme sistematizado por Idol, Paolucci-Whitcomb e Nevin (2000), e descritos a seguir:

1 - *Estágio de Entrada e estabelecimento de objetivos na equipe*: fase em que espera-se o compromisso voluntário de colaboração entre os pares e estabelecimento de atribuições e responsabilidades de cada um dos envolvidos. A clareza e o cuidado dos procedimentos neste estágio proporcionarão compreensão adequada sobre o processo e finalização da consultoria colaborativa.

2 - *Estágio de identificação do problema*: neste estágio ao se estabelecer os compromissos, serão definidos os problemas a serem abordados no decorrer da consultoria colaborativa. Sendo fundamental a coleta de informações por diferentes fontes, as quais possam subsidiar a identificação das questões pelo consultor(res) e consultado(s), além de imprescindível a compreensão de situações do contexto que podem contribuir na resolução de futuras problemáticas encontradas.

3 - *Estágio de recomendação das intervenções*: ao ser identificado o problema, será abordado, de forma colaborativa pelos envolvidos maneiras possíveis e estratégias a serem aplicadas no caso em questão. É importante buscar ao máximo formas de sucesso na resolução, evitando procedimentos invasivos ou que interfiram na rotina de atuação dos participantes. Nesta fase cabe ao consultado acolher ou recusar estratégias sugeridas pelo consultor, as quais podem ser entendidas como inadequadas ao seu contexto ou mesmo não aplicáveis.

4 - *Estágio de implementação das recomendações*: nesta fase conforme objetivos e procedimentos anteriormente definidos, será implementada a consultoria colaborativa. A implementação, em geral é realizada pelo consultado. Cabe ao consultor disponibilizar-se para as orientações durante todo o processo de intervenção da consultoria colaborativa.

5 - *Estágio de avaliação da Consultoria*: neste estágio serão avaliados os aspectos bem sucedidos e os que assim não ocorreram. Para isso os envolvidos, consultor e consultado utilizarão anotações entre outras formas de registro (diários de campo, questionários, fotografias e vídeos, entre outros) para análise da situação. Também poderão ser utilizados dados que contemplem características específicas relacionadas ao desempenho, habilidade e comportamento dos participantes envolvidos. Ao compreender esse desfecho será possível ter clareza sobre demanda de continuidade, definição de novos objetivos ou mesmo interromper a intervenção da consultoria colaborativa.

6 - *Estágio de follow-up*⁴: configura-se o último estágio e evidencia-se na consultoria colaborativa a prática de intervenções que permitem a repetição de um mesmo procedimento diversas vezes visando chegar ao resultado, por vezes parciais, até o alcance da resolução da proposta estabelecida. Desta maneira espera-se o entendimento de que os estágios da consultoria colaborativa são abertos e flexíveis. Tomando como exemplo neste processo, a coleta de dados que pode ser realizada sempre que necessária de forma contínua durante os estágios de intervenção da consultoria colaborativa.

Conforme referidos autores, a proposta de consultoria colaborativa é um processo em constante construção, oportunizado por debates e reflexões e desta forma, define-se aberto e flexível, o que configura um trabalho colaborativo.

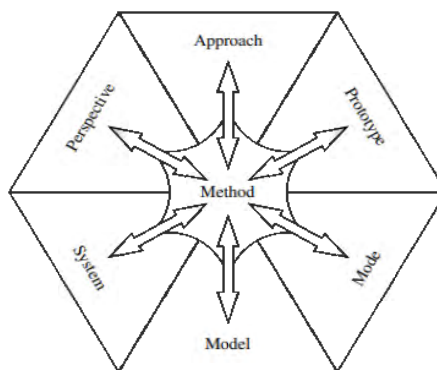
Ainda na compreensão do detalhamento que compõe a Consultoria Colaborativa, de acordo com Kampwirth (2003) é um processo que apresenta seis características: 1) é uma ajuda ou processo de resolução de problemas; 2) ocorre entre alguém que recebe ajuda e alguém que dá a ajuda e que tem a responsabilidade pelo bem estar de uma terceira pessoa; 3) é uma relação voluntária; 4) tanto quem dá ajuda quanto quem a recebe compartilha a solução do problema; 5) a meta é ajudar a resolver um problema de trabalho atual de quem busca a ajuda; e 6) quem ajuda se beneficia da relação, de modo que os futuros problemas poderão ser controlados com mais sensibilidade e habilidade. Estes elementos podem ser favoráveis se estimulados à disponibilidade, visto que permeiam constantemente questões presentes no contexto escolar.

⁴ Compreende o momento de avaliação do estabelecimento da Consultoria Colaborativa e pode ocorrer ao longo de todo o processo (Calheiros, 2015).

Nesta perspectiva para Dettmer, Thurston e Dyck (2005, tradução nossa), a consultoria é integrada por seis elementos descritos a seguir e representada conforme na sequência, conforme Figura 1:

- Sistema - unidade de diferentes partes voltadas a um interesse em comum
- Perspectiva - ponto de vista específico
- Aproximação - passo que antecede em direção a um objetivo
- Protótipo – organização
- Modo - maneira de realizar o trabalho
- Modelo - um exemplo

FIGURA 1 - ESTRUTURA PARA CONSULTORIA COLABORATIVA ESCOLAR



DETTMER, THURSTON e DYCK (2005)

De acordo com Dettmer, Thurston e Dyck (2005) os conceitos sobrepostos sobre consultoria tiveram evolução a partir de uma composição de conhecimentos e práticas em diversos campos. Essa combinação criou uma gama de terminologias que pode se tornar complexa para o professor que pretende se inserir e desenvolver um trabalho no contexto escolar. Então para que ocorra aceitação do professor e equipe da escola, a consultoria colaborativa precisa ser apresentada de forma clara e objetiva.

Para o professor, a consultoria colaborativa representa um processo de resolução de problema que demanda um período de tempo e segue determinados estágios, como mencionado anteriormente. Durante este processo, o consultor a partir de observações do professor, voltadas a desenvolver o potencial do aluno, propõe por meio da consultoria o foco, um problema atual, com o diferencial da participação e

troca com o consultado, em uma relação igualitária e de liberdade para este se inserir ou recusar resoluções recomendadas durante a consultoria (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011).

A consultoria colaborativa se distancia da pretensão de transformar o contexto educacional em um ambiente clínico/terapêutico. Ao contrário, propõe reflexão sobre as práticas pedagógicas e revisão de potencialidades dos estudantes com deficiência, através de um trabalho colaborativo, com vistas a construção de um espaço de ensino que proporcione novas possibilidades de participação social e de desenvolvimento acadêmico. Desta forma o processo de escolarização não está à margem para a Consultoria Colaborativa, mas certamente é o aspecto central e direciona este modelo de intervenção (CALHEIROS 2015).

Com este entendimento, de acordo com Kampwirth (2003) a consultoria colaborativa é um processo no qual um consultor habilitado na realidade do contexto escolar atua de maneira igualitária, sem o estabelecimento de hierarquia com os demais envolvidos, com a finalidade de tomada de decisões em conjunto e a realização de planejamento com intuito de buscar melhorias ao estudante que demanda intervenção. Esta prática ainda necessita ser apresentada à realidade da escola inclusiva de maneira mais frequente para então se efetivar.

Assim, o proposto pela escola inclusiva reporta à uma escola de qualidade para todos os que ingressam, que atenda de forma eficiente e com respaldo tanto ao que se refere ao fracasso escolar, quanto a alunos que apresentam deficiência. Para isso destaca-se que todos os profissionais da escola, a considerar professores, coordenadores, gestores mostrem-se com reflexão crítica para ideias educativas propostas e para o entendimento da concepção de deficiência e das práticas pedagógicas que se utilizam para o trabalho com todos os alunos (CAMPOS, 2018).

As mudanças na forma de ensinar são tarefas que apresentam exigências para serem realizadas, nem ao menos tendo possibilidade que o professor do ensino comum, as realize sozinho. Para isso faz-se necessário que possa contar com uma rede de outros profissionais de apoio, recursos suficientes, formação e outros aspectos importantes para a realização de um ensino de qualidade, visto que Inclusão escolar não ocorre somente dentro da sala de aula (ZERBATO e MENDES, 2018). E nesta perspectiva pode-se vislumbrar a possibilidade de estabelecer um serviço de consultoria colaborativa como uma das alternativas viáveis, porém há de se ter

condições favoráveis para de fato contribuir com o trabalho pedagógico e beneficiar os alunos PAEE.

De maneira direcionada à área da educação especial, para Calheiros e Mendes (2016) o modelo da consultoria colaborativa apresenta destaque por priorizar a abordagem da prática centrada no serviço. De forma particular, a consultoria colaborativa é uma estratégia que se destina a resolução de problemas educacionais referentes ao processo de inclusão escolar. Essa abordagem envolve a participação colaborativa de profissionais especializados (por exemplo: terapeuta ocupacional, psicólogo, fisioterapeuta, fonoaudiólogo, assistente social, etc.) e professores da escola comum (MENDES; ALMEIDA; TOYODA, 2011). Na interação destes profissionais, a conformidade nos papéis de atuação precisará ser uma evidência e de forma alguma deverá existir acúmulo do saber por parte de um dos envolvidos no processo de colaboração.

Para o estabelecimento desta configuração faz-se necessário criar a cultura da colaboração no contexto escolar, inicialmente com a possibilidade de reflexão sobre o trabalho pedagógico desenvolvido com o aluno e agregando conhecimento sobre seu desenvolvimento e necessidades, também incluído às demandas identificadas e acompanhadas pelos profissionais de saúde.

Ainda que se tenha conhecimento da necessidade de criação de uma cultura de colaboração e das garantias legais asseguradas aos alunos público-alvo da educação especial é oportuno conhecer novas abordagens teórico-metodológicas que auxiliam e contemplam o entendimento das demandas pertinentes ao contexto escolar e mais especificamente ao trabalho pedagógico, adequado com vistas à qualidade da acessibilidade como um todo para o público em questão.

Desta forma pode-se encontrar no modelo bioecológico de Bronfenbrenner (1996) a descrição dos processos de relação entre o indivíduo e o ambiente, os quais podem apresentar repercussões no desenvolvimento, também no que envolve os processos pedagógicos e escolares.

4.3.1 A perspectiva do modelo bioecológico para um contexto de colaboração

Considerada a importância singular para estudos desta natureza, que abordam o desenvolvimento humano, faz-se referência à perspectiva ecológica ou ecossistêmica, visto tratar os diversos sistemas interdependentes (famílias, grupos,

comunidade e sociedade em geral) que influenciam o desenvolvimento da criança, além da observação para a interdependência de processos múltiplos na compreensão do desenvolvimento humano. De acordo com a perspectiva teórico-metodológica chamada de modelo bioecológico destaca-se o objetivo de investigar o desenvolvimento do indivíduo mediante a relação entre este e o ambiente (BRONFENBRENNER 1996).

O modelo ecológico sugerido por Bronfenbrenner traz destaque para a inter-relação entre subestruturas que apontam diversos níveis de influência sobre a pessoa em desenvolvimento. O estudo científico da atualidade voltado ao desenvolvimento humano se caracteriza pela responsabilidade da compreensão sobre a dinâmica das relações entre o indivíduo e os contextos incorporados aos níveis ecológicos do desenvolvimento humano. De acordo com a Teoria Bioecológica, o desenvolvimento é definido como um fenômeno de continuidade e mudança de características biopsicológicas dos seres humanos como indivíduos e grupos (BRONFENBRENNER 2011).

A compreensão do desenvolvimento humano, conforme o modelo bioecológico é composta de cinco subsistemas de estruturas sobrepostas, uma interna a outra, sendo do nível mais profundo ao mais externo (BRONFENBRENNER, 1994, 1996, 1997), descritas na sequência, Microsistema: o sistema mais próximo ao qual um indivíduo faz parte, estabelecendo interações diretas em seu contexto; Mesossistema: estabelecimento de relações que acontecem entre dois ou mais ambientes em que a pessoa em desenvolvimento está inserida, Exossistema: compreende as conexões entre dois ou mais ambientes, sendo que pelo menos um deles não está inserida a pessoa em desenvolvimento, Macrossistema: consiste no conjunto mais amplo de sistemas a envolver o micro, meso e exossistemas que caracterizam-se pelo contexto social, cultura, crenças, entre outros. O Cronossistema, consiste na influência do tempo sobre os sistemas.

A relevância dessa conceituação diferenciada de ambiente para a reflexão do momento está no aspecto de delinear processo-pessoa-contexto, oportunizando operacionalizar com possibilidade de análise em relação à mediação dos processos que compõem as interações e conexões dos quatro sistemas-ambientes que constituem o decorrer do desenvolvimento humano (BRONFENBRENNER 2011).

Esta referência contribui com a fundamentação para contextualizar o estabelecimento de uma rede de apoio e elaboração de práticas inclusivas por meio

da consultoria colaborativa. O referido modelo constitui-se como um processo configurando-se no estabelecimento de parcerias entre todos que atuam com o estudante.

Conforme exemplo de correntes contextualistas, ao preocupar-se em educar e promover o desenvolvimento como um todo, verifica-se ser mais abrangente que meramente aprender de forma isolada, destacando a importância do contexto para o processo de desenvolvimento das pessoas (BHERING e SARKIS, 2009).

4.4 A Consultoria Colaborativa no contexto de pesquisas educacionais

A partir da literatura acerca da inclusão escolar e ao que se refere aos sistemas de ensino, constata-se a necessidade da diversificação dos tipos de serviços de apoio com demandas que também demonstram-se diversificadas (MENDES, VILARONGA E ZERBATO, 2014). Em vias de contribuir com esta realidade observa-se a consultoria colaborativa como uma possibilidade de serviço de apoio.

Neste cenário cabe compreender de acordo com Paim, Araújo, Paixão e Silva (2018) que para oferecer acessibilidade o professor precisa conhecer as demandas de aprendizagem de seus alunos, além do perfil de como aprendem, desta forma poderá planejar estratégias e elaborar atividades. Assim ao que se refere ao aluno PAEE pode também dispor de serviços de atendimento especializado, visto demandas diferenciadas, dentre os serviços está a consultoria colaborativa

Ainda de acordo com os autores a inclusão escolar desencadeou em sua proposta de implementação diversas preocupações, além do aspecto legal também as exigências para a escola referente ao envolvimento de todos e a oferta de ensino que tenha garantias de recursos e estratégias pedagógicas adequadas para a promoção da aprendizagem dos estudantes. E com isso requer a soma de muitos esforços para a compreensão e interesse em mobilizar-se para a busca e realização a partir de novas possibilidades.

Para isso, vale sobre a organização dos serviços na perspectiva da educação especial inclusiva:

Problematizar a organização dos serviços significa reafirmar nossa crença na Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva, sendo oferecida nos sistemas regulares de ensino. Mas, se ficar ancorada apenas nos

serviços especializados e individualizados se torna frágil e excludente enquanto política educacional (MENDES, PLETSCHE e HOSTINS 2019).

De acordo com as referidas autoras, a mudança exige que o trabalho seja colaborativo entre as áreas do conhecimento e segmentos escolares, para que seja construída uma rede de apoio que auxilie à docência inclusiva e subsidie condições para aprendizagem dos alunos em suas mais diversas especificidades.

A construção de um trabalho colaborativo que pode se configurar em um modelo de serviço como a consultoria colaborativa pode ser organizada a partir de características que envolvem a disponibilidade em buscar resoluções para problemáticas relacionadas ao contexto escolar aliada ao conhecimento dos procedimentos do modelo de serviço. Tais aspectos demandam conhecimento teórico e formação, além de evidências que podem ser encontradas em estudos e pesquisas já realizadas.

Em seu estudo Pereira (2009) abordou a temática da escolarização de alunos surdos em classes comuns de escolas regulares e teve como objetivo avaliar a partir da análise das práticas educativas de docentes do ensino regular com alunos surdos, as possibilidades do trabalho de consultoria colaborativa do psicólogo e que possam favorecer o processo de inclusão escolar. Destaca no estudo o voluntarismo como ponto principal, o qual pareceu ter determinado uma parceria bem sucedida. Quando faltou vontade mútua apareceram resistências à interação e a relação professor-consultor não progrediu para a fase da colaboração. Também o aspecto de competência docente para responder às necessidades diferenciadas de seus alunos surdos foi um diferencial. A relação entre consultor e professor apresentou conflitos decorrentes da falta de objetivos comuns, tanto para os alunos surdos como para outros alunos com indicativos de comportamentos inadequados. Ainda assim, no processo de colaboração, consultor e consultado se auxiliam e a aprendizagem é mútua, com ressalva de que as intervenções não são receitas a serem aplicadas, ou seja, é fundamental analisar o contexto e as implicações das ações dos envolvidos.

No estudo de Machado (2014) foi desenvolvido um Programa de resposta à Intervenção (RTI) para alunos com dificuldades de aprendizagem. Foram realizados encontros com as respectivas professoras para auxílio nas condutas das estratégias para os alunos, além de palestras para os pais. Os resultados sinalizaram comprovar o impacto de desenvolver programas de caráter colaborativo em escolas, favorecendo

os alunos em diferentes aspectos. E com isso apontou-se eficácia e eficiência no programa de RTI, além de comprovar a viabilidade do investimento na capacitação de professores para atuarem de maneira inclusiva e formar parcerias entre escola e família com vistas a favorecer o desempenho dos estudantes/filhos.

Nagib (2014) realizou estudo para análise das implicações da consultoria colaborativa enquanto instrumento de formação continuada dos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado – AEE, envolvendo a temática da surdocegueira. As participantes mostraram compreender aspectos como o envolvimento e a preparação do professor da sala comum, a participação de toda a escola na promoção da inclusão da pessoa com surdocegueira, além do apoio de profissionais especializados para o êxito na elaboração de um plano educacional individualizado fundamentado nas singularidades apresentadas pelo aluno. No contexto do estudo mencionado salientou-se a importância da consultoria colaborativa e a sua eficácia no que diz respeito à formação das docentes no AEE.

Em seu estudo Calheiros (2015) contemplou o objetivo de planejar, implementar e avaliar um serviço de consultoria colaborativa à distância para professoras da sala de recursos multifuncional (SRM) a partir de suas demandas de Tecnologias Assistivas (TA) o que mostrou benefícios para as professoras e consultoras participantes. Foram selecionados pelas professoras, alunos com paralisia cerebral, os quais foram favorecidos por meio das ações implementadas. Observou-se também benefícios para a resolução de problemas de outros estudantes, por meio do fortalecimento docente. A pesquisa destacou a importância de parcerias intersetoriais entre redes de saúde, educação e demais interessadas, de maneira que a consultoria colaborativa integre as atribuições da atuação dos profissionais dessas áreas.

Em sua pesquisa Campos (2018) propôs analisar de que forma um curso de formação continuada para professores, baseada na Consultoria Colaborativa, contribui com a prática escolar de profissionais que atuam com alunos público-alvo da Educação Especial. A pesquisa foi desenvolvida em duas escolas e com a imersão neste contexto observou a dinâmica de resoluções de problemas e situações escolares. Durante o estudo, procurou refletir sobre algumas questões, tais como: formação dos professores, baseada na Consultoria Colaborativa, contribuições com a atuação desses profissionais na inclusão escolar de alunos PAEE? O que significa ser

um professor bem preparado? Como deveria ser essa formação para atender as demandas da escola inclusiva? Quais conhecimentos esses profissionais deveriam ter para enfrentar os desafios impostos pela realidade? De que forma esses profissionais poderiam sentir-se mais seguros para trabalhar com os alunos PAEE? Esses questionamentos exigiram a busca por conhecer sobre as contribuições da academia sobre a formação de professores para atuação na perspectiva inclusiva. Desta forma o estudo demonstrou evidências que a formação em serviço, pautada pela Consultoria Colaborativa, proporcionou a reflexão sobre o trabalho docente, visto que articulou os fundamentos teórico com a prática pedagógica. Entende-se que conhecer novos métodos de organizar o trabalho pedagógico pode qualificar os docentes para lidar com a diversidade e especificidades na escolarização de alunos PAEE, além da compreensão sobre esse tipo de formação e as contribuições para estabelecer-se reflexões e ações que promovam qualidade no ensino, devido a mediação dos conhecimentos adquiridos em suas práticas pedagógicas. Assim, os resultados sinalizaram a necessidade de oportunizar formações consistentes ao professor, com a articulação de saberes teóricos para repercutir em sua ação educativa na construção de estratégias coletivas e proporcionar o trabalho colaborativo.

Os estudos que envolvem a consultoria colaborativas, como pode-se acompanhar nos estudos apresentados, os quais envolvem o contexto escolar e abordam demandas diversificadas a exemplo de dificuldades de aprendizagem e aspectos relacionados ao comportamento e subsidiam formações docentes, propõem reflexão sobre os benefícios do trabalho em colaboração com enfoque para proporcionar acessibilidade e qualidade do proposto e ofertado ao aluno PAEE.

5 MÉTODO

5.1 Caracterização da Pesquisa

Este estudo apresenta delineamento predominantemente qualitativo. Referente à temporalidade, trata-se de uma pesquisa do tipo transversal, com propósito de descrever variáveis e analisar sua incidência e inter-relação em um momento determinado. Quanto a atender aos objetivos, apresenta caráter não experimental com alcances: descritivo e explicativo, tendo como meta descrever e detalhar como são e manifestam-se os fenômenos, situações, contextos e eventos, além de interesse em explicar a ocorrência e manifestação de um fenômeno estudado (SAMPLERI; COLLADO; LUCIO, 2013).

5.2 Procedimentos Éticos

A pesquisa está de acordo com os princípios éticos e normas estabelecidas pela Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) para pesquisas realizadas com seres humanos. Conferiu-se atenção ao cumprimento de todos os cuidados necessários para um estudo dessa natureza, com a proteção dos participantes e profissionais envolvidos, bem como seus respectivos dados, além da garantia do anonimato e a participação voluntária de todos.

Após a aprovação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPR - Setor de Ciências da Saúde/SCS, parecer nº.759.717, tendo sido aprovado em 11/12/2019 sob o CAEE 25203219.0.0000.0102 (anexo 1).

Na sequência em contato com a Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais/Departamento de Educação Especial e anuência deste órgão, foi apresentada a proposta de pesquisa às gestoras responsáveis e interesse das pesquisadoras envolvidas sobre a temática consultoria colaborativa como serviço de apoio à inclusão escolar para alunos público-alvo da educação especial. A escola participante foi escolhida pelo referido Departamento.

5.3 Participantes

As participantes da pesquisa foram quatro professoras do ensino regular e atendimento educacional especializado – AEE de uma escola da rede pública de um município da região metropolitana de Curitiba/PR. Também fizeram parte da composição desta pesquisa, representantes da equipe da escola: diretora-auxiliar e pedagoga; a família de um aluno e a representante da equipe multiprofissional (psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, médico, entre outros) que acompanham o aluno público-alvo da educação especial.

A função de consultora foi da própria pesquisadora, que é psicóloga e pedagoga com experiência de atuação em equipes para estudo de acessibilidade e inclusão escolar de alunos público-alvo da Educação Especial - PAEE.

5.4 Caracterização Sociodemográfica das Participantes

As informações para a caracterização das professoras participantes deste estudo foram obtidas através do Questionário Sociodemográfico. Atendendo aos princípios éticos que envolvem pesquisas com seres humanos, a identidade das professoras foi preservada, sendo todas identificadas com nomes fictícios na ordem, Safira, Ametista, Rubi e Jade, conforme quadro a seguir:

QUADRO 2 - CARACTERIZAÇÃO DAS PROFESSORAS PARTICIPANTES

PARTICIPANTE	IDADE	FORMAÇÃO	TEMPO DE PROFISSÃO
 Safira	44	Pedagogia	25 anos
 Ametista	46	Pedagogia	10 anos
 Rubi	49	Magistério Superior	7 anos
 Jade	44	Magistério Superior	10 anos

FONTE: A AUTORA (2021)

A faixa etária das professoras mostrou-se entre 44 a 49 anos, com média de idade de 45,25. Todas apresentam formação em nível de ensino superior, duas com graduação em Pedagogia e duas em Magistério Superior, com pós-graduação (lato sensu) três das professoras em Educação Especial e uma em Alfabetização e Letramento.

Em relação à atuação profissional destaca-se o tempo médio de 13 anos, configurando pouco mais de uma década de trabalho, a ampla maioria atua na rede municipal. Três professoras atuam somente no ensino regular e uma das professoras

tem função de professora de apoio de um dos alunos escolhidos para participar do estudo com base em um serviço de consultoria colaborativa. Com a suspensão das aulas presenciais a professora de apoio auxiliou no planejamento e organização de aulas e atividades, também de modo remoto.

5.5 Local

A pesquisa foi organizada para ser desenvolvida em escolas da rede pública municipal de São José dos Pinhais/PR, das quais foi escolhida uma escola, pelas gestoras do Departamento de Educação Especial. Devido ao estado de pandemia em virtude da COVID-19, a pesquisa foi realizada totalmente em ambiente virtual. Os encontros foram realizados pela plataforma *Google Meet*, com um link enviado pela pesquisadora e acessado pelas participantes por meio de suas respectivas redes de internet e dispositivos particulares (computadores e/ou celulares). Durante os encontros não constatou-se dificuldades de acesso ou conexão.

5.6 Caracterização Sociodemográfica da Unidade Escolar

As informações sobre a Caracterização escolar foram respondidas pela equipe de gestão da Escola, composta pela diretora-auxiliar e pela pedagoga, por meio do Questionário de Mapeamento Escolar.

A Escola funciona nos períodos manhã e tarde, atendendo alunos da Educação Infantil e Ensino fundamental até o 5º ano, com as seguintes turmas distribuídas nos dois períodos, 3 turmas do Pré-I, 2 turmas do Pré-II, 3 turmas do 1º ano, 4 turmas do 2º ano, 3 turmas do 3º ano, 3 turmas do 4º ano e 3 turmas do 5º ano. Com vinte e oito professores regentes e quatro professores de apoio à inclusão. No período da realização do estudo com quinhentos e vinte e nove alunos matriculados. Na tabela 1 a seguir a síntese das informações:

TABELA 1 - CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA - ANO LETIVO 2020

Número de Funcionários	Número de Professores	Número de Professores de apoio	Número total de Alunos	Número de alunos por turma	Ano de início do	Número de Alunos PAEE
------------------------	-----------------------	--------------------------------	------------------------	----------------------------	------------------	-----------------------

						AEE na escola
40	28	04	529	26	2007	12

FONTE: A AUTORA (2021)

Durante a realização da pesquisa a escola encontrava-se com as atividades presenciais suspensas devido a pandemia da COVID-19, mas contava com organização de entrega de materiais às famílias dos alunos a cada quinze dias, quando direção, equipe pedagógica e professores que não faziam parte do grupo de risco, atendiam as famílias dos alunos de todas as séries para a entrega de materiais impressos, chamado de “*kits de atividades*”. Conforme relatou a gestora da escola, os professores se comunicaram com as famílias também, por aplicativo de mensagem (*WhatsApp*).

5.7 Instrumentos

5.7.1 Instrumentos: Estudo 1

Para a realização deste estudo utilizou-se instrumentos, não padronizados elaborados pela pesquisadora, conforme descrição a seguir, organizados na plataforma *Kobotoolbox* e disponibilizados por e-mail às participantes, enviados separadamente por meio de um *link*, podendo ser acessado pelo computador ou dispositivo móvel.

Segue descrição detalhada de cada instrumento:

- Questionários Sociodemográficos: organizado de acordo com o instrumento utilizado em pesquisas pelo laboratório LAPEEDH. É composto por itens de identificação, aspectos sociais e características referentes às professoras e família, participantes da pesquisa e questões voltadas ao contexto de características do aluno PAEE. Foi aplicado no início do desenvolvimento da pesquisa e compôs a caracterização dos participantes. Apresentou-se perguntas diferenciadas e específicas às demandas de professores (apêndice 4) e família (apêndice 5).

- Questionário de Mapeamento Escolar: composto por quinze itens para identificar estrutura e funcionamento do espaço escolar, assim como itens sobre informações referentes aos alunos PAEE e Atendimento Educacional Especializado – AEE. Instrumento adaptado com base em Borges (2016). (apêndice 6);
- Questionário para Direção e Equipe Pedagógica: Contém no total dez itens, distribuídos entre quatro questões objetivas e seis questões abertas. Elaborado pela pesquisadora, com base em Campos (2018), com a finalidade de conhecer aspectos da gestão e coordenação pedagógica da escola em relação à identificação e as possibilidades de desenvolver estratégias de trabalho com alunos PAEE. Também foram verificadas as situações de formação dos professores no contexto de Educação Especial Inclusiva e por fim avaliação sobre o desenvolvimento do serviço de Consultoria Colaborativa, proposto. (apêndice 7);
- Questionário para Professores: Composto por quinze itens, elaborado pela pesquisadora, com base em Campos (2018), para investigar sobre conhecimento das práticas colaborativas, formações referentes a Educação Especial Inclusiva e entendimento do professor a respeito do desenvolvimento do serviço de consultoria colaborativa, assim como avaliação do proposto. (apêndice 8).

Conforme Richardson (1999) dentre os diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais, o questionário é talvez o mais comum. Através das informações obtidas por meio deste instrumento é possível verificar características de um indivíduo ou grupo. E a descrição de tais características podem cumprir vários objetivos.

Adotou-se também um diário de bordo, para registro de aspectos em destaque durante os encontros. Tal instrumento facilita criar o hábito de observar, descrever e refletir com atenção os acontecimentos do dia de trabalho, por essa condição ele é considerado um dos principais instrumentos científicos de observação e registro e ainda, uma importante fonte de informação para uma equipe de trabalho (FALKEMBACH, 1987). Com o registro estimula-se a evolução da habilidade reflexiva

e a tendência para a melhora da capacidade crítica e autônoma, com vistas à investigação da própria prática (BOSZKO e GÜLLICH, 2016).

5.7.2 Instrumentos: Estudo 2

Para a realização deste estudo utilizou-se quatro instrumentos, descritos detalhadamente a seguir, sendo dois deles não padronizados elaborados pela pesquisadora: Questionário Sociodemográfico, Questionário de avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa (com pequenas modificações no mesmo instrumento aplicado no *Follow up*), Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI (MARTINS, 2018), padronizada e validada à cultura brasileira. Os instrumentos foram organizados na plataforma *Kobotoolbox*, enviados aos e-mails individuais das participantes contendo um link para acesso, o qual poderia ser feito pelo computador ou dispositivo móvel. Utilizou-se Diário de bordo, conforme descrito no Estudo 1.

Na sequência descrição de cada instrumento:

- Questionário Sociodemográfico: organizado de acordo com o instrumento utilizado em pesquisas pelo laboratório LAPEEDH, subdividido conforme respectivos itens: Identificação/ Formação acadêmica e formação complementar/ Aspectos do trabalho/ características da clientela de alunos. Foi aplicado no início da realização da pesquisa e compôs a caracterização dos participantes, professores (apêndice 4) e família (Apêndice 5).
- Questionário de Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa: Composto por quatorze itens, sendo dez questões objetivas e quatro questões abertas, com itens específicos distribuídos entre informações recebidas, planejamento e adequações das atividades, autoavaliação e avaliação da proposta de serviço de consultoria colaborativa. Voltadas a analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial (PAEE), a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa, modelo do instrumento adaptado conforme Peixinho (2016). (Apêndice, 9);

- Questionário de Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa – Follow up: este instrumento teve algumas alterações para a aplicação no momento de follow up, como por exemplo foram apresentadas as questões abertas, mantendo o mesmo número de itens, quatorze itens, distribuídos entre informações recebidas, planejamento e adequações das atividades, auto avaliação e avaliação, durante o período de três meses após a realização do início do estabelecimento da proposta de serviço de consultoria colaborativa. (Apêndice 10);
- Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas - EEDPI (MARTINS, 2018). Versão traduzida da Escala Teacher Efficacy for Inclusive Practices (TEIP) Scale (SHARMA; LOREMAN; FORLIN, 2012) e adaptada à cultura brasileira. Organizada em dezesseis itens no total e se subdivide em duas subescalas compostas respectivamente por oito itens, denominadas: Regência de sala de aula (itens: 1, 2, 5, 6, 7, 8, 11, 14) e Planejamento e Colaboração (itens: 3, 4, 9, 10, 12, 13, 15, 16). (Anexo, 2).

As escalas foram determinadas como instrumentos de mensuração com a aplicação sistemática de numeração, composta de um conjunto de observações, assim cada variável em estudo indicará a posição de cada membro. A utilização de classificação tradicional para escalas do tipo: nominal, ordinal, intervalares e de razão é para identificar a numeração atribuída. (RICHARDSON, 1999).

Ainda de acordo com o referido autor, dentre os diversos instrumentos de coleta de dados que podem ser utilizados para obter informações acerca de grupos sociais, o questionário é comumente o mais utilizado. Através das informações obtidas por meio deste instrumento é possível observar características de um indivíduo ou grupo. E a descrição de tais características podem cumprir vários objetivos.

5.8 Procedimento de Coleta de Dados

Em 03 de Março/2020 as professoras, diretoras e pedagogas de duas escolas da rede municipal foram convidados por meio das gestoras municipais do Departamento de Educação Especial a participar de reunião inicial presencial com duração de uma hora e meia, na sede da SEMED. Na ocasião receberam informações acerca da possibilidade de participar da realização de uma pesquisa nas escolas da

rede municipal, além da apresentação do projeto e tema de pesquisa – Consultoria Colaborativa como modelo de serviço para apoio ao processo de inclusão escolar. As profissionais demonstraram significativo interesse em que as escolas que estavam representando estivessem inseridas da pesquisa, com a possibilidade de desenvolver o trabalho colaborativo.

Na sequência foi combinada visita nas respectivas escolas para novos esclarecimentos se necessário, seguido de assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) de todas as participantes, in loco. Entretanto, ainda no mês de março todas as atividades presenciais foram suspensas devido a pandemia da COVID-19 e com isso aguardou-se decisões quanto à possibilidade de desenvolver o estudo. Algo que foi acenado em junho pelas responsáveis do Departamento de Educação Especial da SEMED com a possibilidade de ser retomada a aplicação da pesquisa, sendo totalmente no modo remoto/*on-line*, com encontros síncronos e assíncronos.

Inicialmente realizou-se um encontro, de forma *on-line* com a utilização da plataforma *Google Meet*, com as gestoras responsáveis pelo Departamento de Educação Especial para apresentação da proposta de realização da coleta de dados da pesquisa, com encaminhamento virtual. Após o conhecimento e aceite do TCLE, encaminhou-se o cronograma com previsão de oito encontros, disponibilizado para a gestora e diretora do departamento e responsável pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE (salas de recursos multifuncional) da SEMED, e direção, coordenação e professoras da escola participante. Apresenta-se o cronograma no Quadro 3 a seguir:

QUADRO 3 - CRONOGRAMA DOS ENCONTROS

DATAS	ENCONTROS	TEMPO DE DURAÇÃO	PARTICIPANTES
Semana de 27/07 à 31/07	<p>Contato por telefone e e-mail, informados pelas gestoras da SEMED, convidando para o primeiro encontro de forma síncrona.</p> <p>*1 diretora, 1 diretora auxiliar, 1 pedagoga e 3 professoras;</p> <p>Envio por e-mail do Questionário Sociodemográfico e Questionário de mapeamento Escolar</p>	<p>Ligação com tempo médio de 5 à 8 minutos.</p> <p>Tempo médio de 15 minutos para resposta de cada Instrumento</p>	Direção, Coordenação Pedagógica e Professores

	<p>1º Encontro Síncrono (por plataforma a ser definida, de acordo com a acessibilidade para todas as participantes) para apresentação sobre Consultoria Colaborativa e o projeto de pesquisa.</p> <p>2º Encontro síncrono para tratar sobre os alunos escolhidos pela equipe da escola, seus diagnósticos médicos e acompanhamentos informados à equipe da Escola (referente ao estudo 1);</p>	<p>Apresentação de 20 minutos e disponibilização de 15 à 20 minutos para perguntas</p> <p>Previsão de 40 minutos à 1h para cada professora. Se for em grupo pode-se disponibilizar até 1h30</p>	
03/08 à 07/08	<p>3º Encontro síncrono, continuidade do estudo de cada aluno. Se necessário para as participantes será agendado individual (Estudo 2).</p> <p>Envio dos Questionários por e-mail</p> <p>4º Encontro síncrono com as famílias dos alunos, individualmente (Estudo 1).</p> <p>5º Encontro síncrono com profissionais que acompanham o aluno. Caso não seja possível Encontro com famílias e profissionais, o encontro poderá ser com as professoras (Estudo 1).</p> <p>Envio da Avaliação e Escala por e-mail</p>	<p>Previsão de 40 minutos à 1h para cada professora.</p> <p>Tempo médio de 15 minutos para resposta do Instrumento</p> <p>Duração de 1h e 30 minutos</p> <p>Duração aproximada de 1h</p> <p>Tempo médio de 15 minutos para resposta do Instrumento</p>	<p>Direção, Coordenação Pedagógica e Professores</p> <p>Família do aluno</p> <p>Profissionais que acompanham o aluno.</p> <p>Direção, Coordenação Pedagógica e Professores</p>
10 à 14/08	<p>6º Encontro síncrono para avaliação das vivências referentes a Consultoria Colaborativa (referente ao Estudo 2).</p> <p>7º Encontro Debate acerca do planejamento, flexibilizações e estratégias a serem adotadas e apresentadas à família (Estudo 2).</p>	<p>Previsão de 40 minutos a 1h</p> <p>Duração aproximada de 1h</p> <p>Duração aproximada de 1h</p>	<p>Direção, Coordenação Pedagógica e Professores</p> <p>Família do aluno</p> <p>Direção, Coordenação Pedagógica e Professores</p>

	8º Encontro devolutiva à família sobre as flexibilizações e estratégias que serão adotadas (Estudo 2).		Professores
--	---	--	-------------

FONTE: A AUTORA (2021)

As participantes foram informadas, ainda no contato telefônico, sobre a necessidade e cuidado de leitura do termo de consentimento livre e esclarecido – TCLE, o qual receberam pelo endereço eletrônico informado, para a sinalização de “não concordância” ou “concordância” e assim disponibilizando-se a participar da pesquisa de forma voluntária.

No primeiro encontro síncrono foi esclarecido às participantes que o estudo destinava-se a verificar possibilidades de implementação de uma serviço de consultoria colaborativa como apoio ao processo de inclusão escolar, seguido dos objetivos específicos: definir a demanda para estabelecer uma rede de apoio para inclusão escolar e organizar práticas inclusivas a partir das possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal, com base no serviço de consultoria colaborativa. Para isso, o cronograma estabelecido guiaria o desenvolvimento do estudo em um recorte de tempo, entretanto, podendo ser interrompida a participação pelas respectivas, a qualquer momento se alguma assim o desejasse.

No segundo e terceiro encontro com as professoras, participaram também a pedagoga, a diretora auxiliar e a coordenadora do Atendimento Educacional Especializado AEE da rede municipal, com a finalidade de definir a demanda para desenvolver o estudo com base no serviço de consultoria colaborativa.

O quarto encontro foi realizado com a mãe do aluno A2. Antes do agendamento do encontro por meio virtual, a pedagoga fez contato com a mãe que sinalizou interesse e disponibilizou seu contato telefônico e endereço eletrônico. Na sequência entrei em contato por telefone, expliquei de forma breve sobre a pesquisa e combinei o envio por e-mail do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) com o esclarecimento para a sinalização de “não concordância” ou “concordância” e assim disponibilizando-se a participar da pesquisa de forma voluntária.

No encontro propriamente, no início abordou-se sobre a finalidade de, a partir do conhecimento de particularidades do desenvolvimento do aluno relatadas pela família sobre aspectos atuais por ele apresentados e diagnóstico médico, esses

acrescentariam para planejar o trabalho pedagógico adequado, por este motivo a importância da participação da família, na ocasião representada pela genitora.

O quinto encontro ocorreu com a equipe de profissionais da saúde. Antes de agendar com a equipe, a pedagoga entrou em contato, conforme informado pela mãe, e teve o aceite. Na sequência em conversa com a responsável pela equipe por telefone, expliquei de forma breve sobre a pesquisa e combinei o envio por e-mail do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), com o esclarecimento para a sinalização de “não concordância” ou “concordância” e assim disponibilizando-se a participar da pesquisa de forma voluntária.

Participou do encontro a psicopedagoga, coordenadora/responsável pela equipe, composta pelos profissionais que atendem o aluno, das seguintes áreas: psicologia, psicopedagogia, fonoaudiologia, terapia ocupacional e psicomotricidade. Relatou sobre o início do acompanhamento em março de 2020, com um breve período de suspensão de atendimentos nas primeiras semanas do decreto de fechamento devido a pandemia. Relatou também, algumas práticas desenvolvidas durante o atendimento como recompensas, materiais de interesse do aluno, reforçadores, agenda visual, entre outros.

O sexto e sétimo encontro destinaram-se à avaliação das ações das professoras. Tais dados serão abordados detalhadamente no estudo 2.

No oitavo encontro foi realizada a devolutiva para a mãe do aluno. A delimitação das ações foi construída de forma colaborativa entre as professoras de ensino regular, professora de atendimento educacional especializado, pedagoga e direção auxiliar, a mãe que trouxe informações importantes sobre a rotina do filho e pela coordenadora/representante da equipe de saúde.

5.9 Análise dos Dados

5.9.1 Estudo 1

No estudo 1 a análise dos dados obtidos ocorreu a partir do estabelecimento da consultoria colaborativa, por meio dos encontros com as participantes, seguindo duas etapas: 1 – Definir a demanda para iniciar a Consultoria Colaborativa; 2-Organização e intervenção por meio da Consultoria Colaborativa, contextualizadas com dados sociodemográficos das participantes e respostas dos

questionários e, por fim verificar a possibilidade de implementação de um serviço de consultoria como apoio ao processo de inclusão escolar. Para a análise tomou-se como referência a codificação e categorização. O desenvolvimento desta estrutura encaminhou-se à uma visão ampla do tema, do campo e mesmo dos dados (FLICK, 2009). Contemplou-se a análise dos dados com a técnica de análise de conteúdo baseado em Bardin (2016).

5.9.2 Estudo 2

Para o Estudo 2 teve-se como referência as respostas aos instrumentos utilizados: Questionários de Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa e Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI, contextualizados com dados do Questionário Sociodemográfico e dois dos encontros com as participantes, com trechos de respostas na íntegra. Com o objetivo de analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial inclusiva (PAEE), a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa. Utilizou-se referência a codificação e categorização, conforme mencionada para o Estudo 1. Sobre a escala seguiu encaminhamentos de análise específica de acordo com a validação nacional (MARTINS, 2018).

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os resultados serão apresentados em dois blocos: Estudo 1 e Estudo 2 seguidos das respectivas discussões.

6.1 Resultados: Estudo 1

Serão apresentados resultados a partir das respostas das participantes aos instrumentos utilizados: Questionário Sociodemográfico, realizado por todas as participantes; Questionário de Mapeamento Escolar e Questionário para Direção e Coordenação Pedagógica respondido pela diretora auxiliar e pedagoga, seguidos do Questionário para Professores com referidas respostas das mesmas. Compõe Questionário Sociodemográfico, também as respostas da mãe do aluno. A seguir

serão apresentados os temas organizados a partir das respostas das participantes aos instrumentos:

6.1.1 Conhecer melhor o aluno

Com o instrumento Questionário de Mapeamento Escolar obteve-se conhecimento, no período do estudo, de 529 alunos matriculados, destes 12 alunos PAEE, contemplados com o serviço de Atendimento Educacional Especializado - AEE, correspondendo 2,3% nesta escola. Conforme censo escolar (INEP, 2018), ocorreu expressivo aumento nas matrículas de alunos público-alvo da educação especial, seguido de aumento de matrículas de alunos PAEE no ano seguinte (INEP, 2019). Porém, observou-se um número baixo em relação a inserção de alunos público-alvo da educação especial, neste contexto do estudo, no que refere à matrícula e atendimento educacional especializado. Ainda que o AEE tenha iniciado no ano de 2007 neste estabelecimento de ensino. Os dados também foram contextualizados aos encontros com as participantes.

Inicialmente as professoras mencionaram a significativa preocupação com o planejamento e organização, a considerar as aulas presenciais suspensas. Relataram também, na ocasião, sobre as atividades estarem sendo disponibilizadas de forma impressa, em blocos por disciplina, a todos os alunos.

Sobre a identificação da demanda, as professoras, a pedagoga e a diretora-auxiliar, relataram sobre alunos que poderiam ser definidos para participar. De acordo com as participantes no contato para a apresentação do estudo, no mês de fevereiro⁵ de 2020, quando foi abordado pela pesquisadora sobre Consultoria Colaborativa como serviço de apoio, cogitaram participação na pesquisa os alunos que estavam inseridos no AEE. Na ocasião do início do estudo definiu-se três alunos.

Cada professora abordou sobre seu respectivo aluno acerca do desempenho escolar, características e comportamento, conhecidos durante as aulas presenciais que estavam suspensas a aproximadamente cinco meses. Os alunos também estavam inseridos no Atendimento Educacional Especializado – AEE (também suspenso).

⁵ Conforme mencionado na seção coleta de dados, sobre o encontro na Secretaria Municipal de Educação, para apresentação da pesquisa às gestoras do Departamento de Educação Especial, diretoras, pedagogas e professoras, incluindo as participantes.

As informações dos alunos, inicialmente foram obtidas através do relato das professoras, pedagoga e diretora auxiliar. A família de um dos alunos participou de um dos encontros e contribuiu com informações. As características dos alunos escolhidos para desenvolvimento do estudo com base no serviço de consultoria colaborativa, estão a seguir no Quadro 4, identificados com código numérico para efeito de estudo de caso⁶ e seguem com descrições dos relatos das professoras.

QUADRO 4 - CARACTERIZAÇÃO DOS ALUNOS

ANO/EFI*	ALUNO	SEXO	IDADE	DIAGNÓSTICO MÉDICO	PARTICIPA DE AEE	ACOMPANHAMENTO COM PROFISSIONAIS DE SAÚDE
1 ano	 A1	M	6 anos	TEA**	Sim	Não
2 ano	 A2	M	8 anos	TEA	Sim	Sim
4 ano	 A3	M	12 anos	Deficiência auditiva	Sim	Não

FONTE: A AUTORA (2021)

*Ensino Fundamental I.

**Transtorno do Espectro Autista (DSM-5, 2013)

A1- Professora e equipe da escola relataram preocupações voltada às questões comportamentais, visto que demonstrava auto e hetero agressão. No desenvolvimento de atividades presenciais o aluno apresentava baixo interesse para atividades acadêmicas e por vezes necessitava de auxílio individualizado em algumas ocasiões foi preciso contê-lo devido ao quadro agressivo. A família não havia informado sobre interesse e realização das atividades pelo aluno. A maioria das atividades são devolvidas à professora em branco.

Sobre participação no atendimento educacional especializado -AEE, no período de suspensão de aulas presenciais as professoras do respectivo serviço estavam auxiliando no planejamento das aulas e atividades a serem entregues aos familiares dos alunos para realização num período de quinze dias e desta forma não estava sendo ofertado trabalho específico. As profissionais da escola não tinham conhecimento de que o aluno estivesse em acompanhamento com profissionais da saúde naquele momento. Foram informadas pela mãe, que aguardava para o filho o

⁶ Cabe esclarecer que o termo estudo de caso refere ao estudo das características do aluno e possibilidades de flexibilização e acessibilidade que contemplem a inclusão escolar e não se trata de metodologia de pesquisa, neste estudo.

retorno ao acompanhamento médico psiquiátrico na unidade de saúde, pois havia sido desligado do atendimento do CAPS infantil, no ano anterior, sendo desconhecida a razão do desligamento, apenas receberam a informação.

A2 – Professora e equipe da escola relataram que no início do ano letivo o aluno demonstrou discreto interesse nas atividades escolares, mas as significativas alterações de comportamento influenciavam diretamente em sua produção ou mesmo tentativa de realizar as atividades, desta forma preocupavam-se com as respostas do aluno ao material disponibilizado. A professora relatou, conforme conhecimento da equipe da escola, estar em comunicação com a mãe do aluno através de um aplicativo de mensagem (*WhatsApp*), neste a mãe relatava sobre dificuldades do filho em manter-se em um tempo mínimo para realizar determinada atividade, as quais estavam sendo entregues à professora a maioria em branco. O aluno estava refazendo a série pela primeira vez. A equipe da escola tinha conhecimento de que o aluno estava em acompanhamento com profissionais em uma clínica de convênios médicos no próprio município.

A3 - Professora e equipe da escola relataram os desafios no trabalho com o aluno, a considerar a significativa dificuldade de comunicação devido a surdez. A professora demonstrou-se comovida ao relatar sobre o aluno e sua observação sobre o desejo dele em aprender. Segundo seu relato o aluno mostrava-se resistente em realizar atividades diferenciadas da turma, algo que por vezes inviabilizava o trabalho com ele. Em atividades remotas, a professora temia que ele demonstrasse desmotivação frente às atividades escolares. A escola não contava com profissional intérprete de libras. Em uma ocasião em que o aluno teve a mediação de um professor intérprete de libras, o mesmo mostrou significativa satisfação para comunicar-se.

O aluno é oriundo de uma escola especial de surdos da rede municipal, entretanto demonstrava não ter se apropriado de Libras nem tampouco da Língua Portuguesa, visto que não está alfabetizado. As atividades estavam sendo entregues incompletas ou em grande maioria estão realizadas, com indicativos de que não seriam feitas pelo aluno. A professora e equipe da escola desconheciam sobre acompanhamentos do aluno com profissionais de saúde. Relataram ainda a dificuldade de comunicação com a família, em geral representada pela mãe, que também é surda. Ela comparece em todas as reuniões realizadas pela escola e comunicava-se com a professora de forma muito restrita por aplicativo de mensagem (*WhatsApp*).

Ao ser abordado sobre a possibilidade de agendar um encontro com as famílias durante o desenvolvimento do estudo, as professoras e a pedagoga relataram sobre acreditar que apenas uma das mães, de um dos alunos, teria disponibilidade e acessibilidade para participar. Ainda que entendessem, a importância da participação de todas para conhecimento referente aos acompanhamentos com profissionais de saúde e assistência social, também auxiliaria para adequar o trabalho a ser ofertado aos alunos em questão, inclusive para acolhimento das famílias. Entretanto, observavam dificuldades de comunicação, entendimento e acesso a tecnologias por parte das outras duas mães, o que para aquele momento foi identificado como um aspecto de exclusão para além das questões que permeiam os alunos PAEE.

A mãe falou do interesse em participar do estudo, pois acreditava nas contribuições ao filho. Informou a participação dele em um outro estudo, junto da irmã mais velha, que também tem diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA). Em seu relato, além de abordar sobre o diagnóstico de TEA do filho, comentou sobre aspectos da história pregressa dele, espontaneamente. Em relação a escola, segundo ela naquele momento, encontrava dificuldades na mediação com o filho para a realização das atividades escolares, devido a quantidade e os diversos fatores distratores no contexto de casa, como por exemplo o celular, o qual por vezes é utilizado como reforçador, pois o filho apresentava tempo muito curto de atenção e interesse.

Sobre o material enviado pela escola, a mãe relatou que estava tentando mediar a realização das atividades escolares ao longo do dia, porém com bastante dificuldade de estabelecer uma rotina para o filho, além da agenda de acompanhamentos com a equipe de profissionais da saúde que ocorre três vezes por semana, tornando-se cada vez mais difícil que ele concluísse as atividades enviadas pelas professoras. Disse também, que solicitou auxílio para a psicopedagoga, a qual estava trabalhando com ele durante os atendimentos, para auxiliar na realização das atividades propostas pela escola. Em relação ao contato da equipe da escola com os profissionais que estavam acompanhando o filho, a mãe demonstrou interesse e acrescentou que acreditava ser muito importante o conhecimento do trabalho que estava sendo realizado nos atendimentos do filho pela equipe de profissionais (psicólogo, psicopedagogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicomotricista).

Ainda em seu relato trouxe informações sobre o início do acompanhamento médico para o filho, com um profissional que há um tempo estava

agendado. Informou sobre a revisão da conduta medicamentosa (mudança de medicação e ajuste de dosagem), o que a mãe tem grande expectativa de melhora para os comportamentos do filho. Em seu entendimento este acompanhamento auxiliará de forma positiva, também para as intervenções escolares, principalmente neste momento de aulas presenciais suspensas.

As estratégias do uso de matérias do interesse do aluno, além de reforçadores e estímulos visuais relatados pela representante da equipe multiprofissional, afinam-se ao planejamento pedagógico que tiveram retomada a partir das reflexões em equipe com base no serviço de consultoria colaborativa, conforme relatado pela professora e equipe da escola. A profissional da equipe multidisciplinar mostrou-se disponível para apresentar informações técnicas à escola, referentes ao aluno, mantendo a possibilidade de agendamentos em outros momentos, com objetivo de que o trabalho esteja alinhado às necessidades do aluno e em comum com as professoras e pedagoga, sendo refletido pelos participantes que esta mobilização será positiva à estimulação do desenvolvimento do aluno em contextos diferenciados. Foi combinado entre a profissional, professora e equipe da escola a sequência de contato em períodos a serem sistematizados para a troca sobre o trabalho com o aluno, esclarecida e acordada a importância da participação da família para incluí-la nas orientações necessárias.

Na devolutiva para a mãe do aluno, foi apresentado o planejamento e as propostas de aulas e atividades flexibilizadas a serem realizadas com o aluno, além de recomendações para o desenvolvimento em casa, no período de suspensão de aulas presenciais. A mãe mostrou-se receptiva e satisfeita com a apresentação da proposta do trabalho diferenciado e disponível para relatar na sequência como realizaria a mediação com o filho e principalmente sobre suas respostas. Ao final agradeceu a oportunidade de participar do estudo e também a disponibilidade e o acolhimento às necessidades do filho.

Após descrição dos relatos das professoras referente aos alunos, os quais foram definidos como demanda do estudo de acordo com objetivo proposto, serão apresentadas respostas das participantes, referentes as seguintes temáticas: conhecimento de práticas colaborativas; formação e capacitação das professoras e trabalho em equipe para organização de práticas inclusivas.

As respostas foram agrupadas em categorias conforme evidências dos dados e dispostos em determinada ordem, com destaque para os aspectos alinhados

aos objetivos específicos do Estudo 1 e demonstrados conforme quadros e forma descritiva por meio de trechos retirados das respostas das participantes nos instrumentos.

Com base nos temas delineados no decorrer da apresentação dos resultados, a partir dos relatos e conteúdos de respostas dos instrumentos encontram-se as codificações e categorias no Quadro 5 a seguir:

QUADRO 5 - CATEGORIAS ESTUDO 1

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	UNIDADE DE REGISTRO UR* POR CATEGORIA
Conhecer melhor o aluno	Participação de encontros	3
	Trocas e reflexões	5
Conhecimento e organização de práticas inclusivas	Aprimorar a prática	4
	Trabalho em equipe	2
	Formas de flexibilizar	2
	Nova visão do trabalho ofertado ao aluno PAEE	2
Total	-----	18

Fonte: A autora (2021)





*UR = Unidades de Registro

As descrições somam 18 unidades de registro (UR) compondo as seguintes subcategorias: participação de encontros; trocas e reflexões; aprimorar práticas; trabalho em equipe; formas de flexibilizar; nova visão do trabalho com aluno PAEE, as quais se organizaram em duas categorias: A) Conhecer melhor o aluno e B) Organização de práticas inclusivas. As duas principais temáticas retratam aspectos contemplados nos objetivos propostos no Estudo 1, de acordo com a contextualização das respostas dos instrumentos.

Com início para as descrições sobre o conhecimento de práticas colaborativas, formação e encontros com a família e profissionais de saúde que acompanham o aluno seguirá os dados ilustrados no Quadro 3:

QUADRO 6 - QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

PARTICIPANTE	FORMAÇÕES/CAPACITAÇÕES		PARTICIPAÇÃO EM ENCONTROS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E FAMÍLIAS	
	CONHECE PRÁTICAS	QUAL TEMA DAS FORMAÇÕES	ENCONTROS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE QUE	ENCONTRO COM A

	COLABORATIVAS	QUE PARTICIPOU?	ACOMPANHA O ALUNO	FAMÍLIA DO ALUNO
 Safira	Sim	TEA	Sim	Sim
 Ametista	Sim	TEA	Sim	Sim
 Rubi	Sim	TEA	Sim	Sim
 Jade	Não	TEA	Não	Sim

FONTE: A AUTORA (2021)

6.1.2 Conhecimento e organização de práticas colaborativas

No questionário para professores, as participantes em sua maioria mencionaram conhecimento sobre práticas colaborativas, porém não especificaram em suas respostas de que forma acessaram tal conhecimento. Somente uma das participantes respondeu não conhecer sobre práticas colaborativas, tendo o primeiro contato na oportunidade deste estudo. Quanto à oferta de capacitações nesta temática, até o momento não participaram pela rede municipal, nem por outra formação.

6.1.2 Formação e capacitação das professoras

Para as formações e capacitações sobre educação inclusiva, as participantes responderam reconhecer contribuições ao seu trabalho com os alunos PAEE. Quanto a cursos e formações oferecidos pela rede municipal, na maioria foram sobre aluno com diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista – TEA, Considerado contributivo, conforme recorte de resposta ao instrumento, apresentado a seguir:

-Rubi “Sim, tanto como troca de experiência e para crescimento pessoal”

Observou-se restrita a formação do professor, contemplando o atendimento de um diagnóstico, assim mantendo um cenário empobrecido em relação ao repertório de atuação e qualidade do trabalho pedagógico.

No contexto da escola, professoras destacam necessário sobre encontros entre a equipe ou capacitações para debate sobre o trabalho pedagógico voltado à inclusão escolar de acordo com o exemplo das respostas a seguir:

-Jade “Seria bom para aprimoramento da prática”

-Safira “Muito produtiva”

As possibilidades de estabelecer a troca, a colaboração ainda que entre a equipe da escola, sobre o trabalho pedagógico a ser desenvolvido com o aluno PAEE é algo que se mostra discreto ou em frágil exercício, como o sinalizado nas respostas a seguir sobre suas participações em encontros com a equipe da escola para debate e reflexão sobre planejamento de práticas pedagógicas para alunos PAEE:

-Safira “Sim, sempre que possível”

-Ametista “Sim. Às vezes”

-Jade “sim, participo nos conselhos de classe”

-Rubi “Sim, participo nas reuniões pedagógicas”

Como pode-se acompanhar mostram-se escassas capacitações e formações do professor voltadas à colaboração, porém viáveis a serem realizadas, vistas pelo interesse e disponibilidade sinalizados nas respostas das participantes.

6.1.3 Trabalho em equipe para organização de práticas inclusivas

Acerca do trabalho colaborativo, encontros com equipe da escola, deve-se considerar dificuldade de disponibilidade de tempo e horários, como exemplificada na resposta:

-Safira “(...) sei que a escola nem sempre consegue dar conta”

A situação da escassez de encontros e debates para o planejamento adequado ao aluno PAEE pode também ser contextualizada em respostas das professoras como as seguintes:

-Rubi “Muito importante, pois dúvidas podem aparecer durante o planejamento”

-Jade “Seria bom para o aprimoramento da prática”

Ainda assim, sinalizam a possibilidade de que a frequência seja mensal ou quando necessário e com a participação de todos os envolvidos com o aluno PAEE, mais especificamente referem que poderia acontecer, em sua maioria bimestral.

Sendo para uma das participantes importante acontecer mensal ou bimestral e para outra participante poderia acontecer ao menos três vezes ao ano. As professoras demonstram interesse em participar como indicado nas respostas:

-Ametista “Pelo menos uma vez no mês”

-Jade “Bimestralmente ou quando houver necessidade”

Nesta perspectiva as participantes atribuíram significativa contribuição à oportunidade de estar com a família e profissionais de saúde que acompanham o aluno, algo importante para conhecê-lo, conforme demonstrado nas respostas seguintes. Esta situação foi oportuna na ocasião dos encontros do estudo, sobre o estabelecimento de um serviço de consultoria colaborativa, visto que em geral estes contatos são realizados somente pela pedagoga.

-Safira “A conversa com a família contribui para o nosso conhecimento com relação ao aluno que vamos receber”

-Ametista “É muito importante pois conhecemos melhor a criança e a família. Muito importante trocar informações com os profissionais”

Outros relatos ilustram a importância de conhecer o aluno, suas características e particularidades para além do diagnóstico, como por exemplo:

-Rubi “Para conhecer melhor o aluno e apostar nas habilidades dele”

Este entendimento propõe organizar o trabalho pedagógico adequado ao aluno PAEE, em geral seu desenvolvimento apresentar características que requerem flexibilizações quanto a organização no contexto escolar e consequentemente fora dele. A considerar o momento de suspensão de aulas presenciais o encaminhamento das atividades escolares se deu por meio dos familiares com consequente necessidade de organização e clareza para a oferta do trabalho pedagógico ao aluno PAEE.

Quanto a organização de um trabalho com base em um modelo de serviço de consultoria colaborativa, nos excertos a seguir observa-se a colaboração como um dos aspectos importantes para este estabelecimento, além da disponibilidade das professoras para se inserir em um novo formato de trabalho, como descritos nas falas:

-Ametista "Através da troca de ideias e experiências, pois cada aluno tem sua característica"

- Rubi "Por ser uma equipe o trabalho é conjunto"

Corroborando com as expressões, as participantes enfatizaram durante os encontros que o formato do trabalho proporcionou a importância do uso de materiais diversificados, a retomada de conteúdos pedagógicos, além de novo olhar sobre o aluno e novas formas de flexibilização, o que pode ser conferido na fala a seguir:

-Safira "percebemos a importância do uso de materiais diversificados e troca de experiências com outros profissionais para nosso aperfeiçoamento nas atividades realizadas"

As professoras ressaltaram mudanças na organização do trabalho, a partir de recursos e encaminhamentos já disponibilizados em suas práticas docentes, conforme mostram as respostas que seguem:

-Safira "Após os encontros percebemos a importância do uso de materiais diversificados e troca de experiências com outros profissionais para nosso aperfeiçoamento nas atividades realizadas"

-Ametista "Elaborando de maneira mais prática as atividades, proporcionando materiais lúdicos."

-Rubi "Que precisa retomar conteúdos, voltando se preciso do zero para que o aluno possa progredir em conteúdos que até então seja "fácil" mais para ele seja de muita valia para o crescimento acadêmico"

-Jade "Uma visão diferente do trabalho, novas formas de flexibilização curricular, muitas mudanças na maneira de ver o aluno, de pensar na sua aprendizagem e como esse trabalho deve ser definido para que ele aprenda."

Com a reorganização do trabalho as professoras demonstraram acreditar em possibilidades de reflexões e de repercussão para a equipe gestora da escola e da rede municipal, para o envolvimento no trabalho com o aluno PAEE, como pode ser acompanhado nas respostas das professoras:

-Jade "Sim, no envolvimento, um trabalho em grupo com ideias e trocas"

-Ametista "Sim. Na maneira de pensar e desenvolver as atividades"

Durante o oitavo encontro em que estavam presentes a equipe gestora da escola e a responsável pelo Atendimento Educacional Especializado - AEE, em meio ao debate concluiu-se a importância de expandir as possibilidades de flexibilizações para outros alunos da rede municipal, com a viabilidade para o professor adequar o trabalho pedagógico ao aluno PAEE e assim, acenado pela gestora que representara o Departamento de Educação Especial, a possibilidade de ser adotado na rede municipal.

6.2 Discussão: Estudo 1

O Estudo 1 refere-se a discussão ao proposto nos objetivos específicos: definir a demanda para estabelecer uma rede de apoio para inclusão escolar e organizar práticas inclusivas a partir das possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal, com base no serviço de consultoria colaborativa. Foi oportuna a realização de debate e reflexão sobre serviços de apoio ofertados atualmente aos alunos PAEE, por meio do Atendimento Educacional Especializado – AEE, compreendendo as contribuições da colaboração entre diferentes profissionais e a família do aluno para o estabelecimento de um trabalho pedagógico acessível e de qualidade.

Esta discussão busca contemplar as referidas categorias: Conhecer o aluno e Organização de práticas inclusivas. As temáticas se evidenciaram nas respostas e contextualizaram-se nas narrativas das participantes durante o estabelecimento do processo de consultoria colaborativa. Conforme descritos nos resultados, elencou-se os temas seguintes: Conhecimento de práticas colaborativas; Formação e capacitação das professoras; e, Trabalho em equipe para organização de práticas inclusivas. Com isso buscou-se estabelecer a referência entre os aspectos teóricos e categorias elencadas, com vistas ao desfecho de verificar se é possível implementar um serviço de consultoria colaborativa como apoio ao processo inclusivo.

Antes de iniciar a discussão propriamente cabe refletir sobre o que se tem assegurado à escola inclusiva em termos legais e o como se disponibilizam, sejam aspectos técnicos, práticos e o próprio envolvimento dos profissionais que compõem o cenário educacional e escolar. A considerar a legislação vigente que propõe modificações para o estabelecimento de uma escola inclusiva, mas a realidade requer uma visão crítica, pois se escolas e profissionais não mostrarem compromisso com

tal questão, surgirão entraves para que seja implementada no cotidiano escolar, principalmente no cenário de escolas públicas (TEZANI, 2010).

De acordo com autora:

A Educação Inclusiva necessita proporcionar, em suas práticas cotidianas, um clima organizacional favorável, que estimule o saber e a cultura, proporcionando aos alunos o desenvolvimento de conhecimentos técnicos, éticos, políticos, humanos, para que se tornem emancipados e autônomos (pág. 293).

Entende-se que para este alcance precisa-se iniciar com a reflexão frente aos processos pedagógicos, além do estabelecimento de uma cultura colaborativa, possibilitada pela equipe escolar e neste estudo observam-se aspectos sinalizados a partir dos temas mencionados que serão abordados na sequência.

Ao contemplar a temática *1- Conhecer melhor o aluno* encontra-se em estudo como de Araújo e Almeida (2014) a procura por mostrar possibilidades de contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de alunos com deficiência intelectual, por meio de uma análise reflexiva com base na literatura pertinente.

Conforme as autoras, a prática da consultoria colaborativa, considerada como uma troca mútua entre professor de educação especial, ensino comum e outros profissionais e a efetivação de uma parceria pode trazer contribuições fundamentais para a família, para a escola e para a comunidade. Neste sentido teve destaque a demanda para o reconhecimento da qualidade do trabalho pedagógico acessível e inclusivo a partir dos dados do estudo.

Em geral, ter conhecimento sobre o aluno PAEE não parece ser uma tarefa fácil na realidade comum da rotina escolar, visto a escassa troca entre todos os envolvidos no processo escolar deste, a saber família e profissionais de saúde que realizam acompanhamento, como evidenciado no estudo. Observou-se ainda que o professor e mesmo a equipe gestora da escola desconhecem sobre aspectos do desenvolvimento dos estudantes. Na oportunidade do estudo em encontro com a participação da mãe de um dos alunos a mesma trouxe ao conhecimento informações referentes ao aluno que ampliou o entendimento da professora para a forma que poderia adequar e conduzir o trabalho pedagógico com o aluno.

Para os pais há benefícios como o de aprender novas formas de disciplina para os filhos, além da compreensão sobre as intervenções feitas pela escola, contribuindo para potencializá-las. Desta forma a consultoria colaborativa escolar

realizada com os pais é uma oportunidade de serem vistos pelos profissionais da escola como parte da solução (KAMPWIRTH, 2003).

Os encontros oportunizaram a configuração da consultoria colaborativa, conforme figura a seguir:

FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO DA CONSULTORIA COLABORATIVA



FONTE: A AUTORA, BASEADO EM MACHADO, 2014

No período da realização do estudo, a realidade estabelecida a partir das suspensões das aulas presenciais⁷ emergiu e se intensificou ainda mais a preocupação das professoras sobre a forma de encaminhar o trabalho com os alunos PAEE, incluindo que e neste cenário o estabelecimento da consultoria colaborativa, além de apropriado mostrou-se providencial para o debate em relação a organização, planejamento e flexibilizações do trabalho pedagógico a ser disponibilizado ao aluno PAEE.

Acompanhou-se também, sinalizações das professoras voltadas ao interesse em desenvolver as atividades de forma presencial para acompanhar as respostas dos estudantes. No que se refere a um dos alunos, com as informações apresentadas pela mãe e pela representante da equipe de saúde, sobre o aluno, ampliou-se as possibilidades de planejamento do trabalho e de atividades.

Este reflexo de ampliação do repertório de possibilidades repercutiu para todas as professoras que participaram do estudo, pelo acesso ao conhecimento de uma nova abordagem de conhecer melhor o aluno, apresentada por meio da consultoria colaborativa, mesmo ocorrendo os encontros somente com uma das famílias e profissionais de saúde somente de um dos alunos.

Nesta direção, encontram-se pesquisas como a de Silva e Mendes (2010), a qual teve como objetivo avaliar os efeitos de um programa de intervenção

⁷ Devido a pandemia da COVID-19, conforme mencionado no início da dissertação.

preventiva, baseado nos modelos de Consultoria Colaborativa Escolar e Suporte Comportamental Positivo, voltado para prevenir e minimizar problemas comportamentais. Segundo o estudo, uma das principais demandas dos professores e educadores em geral, direcionadas aos profissionais da Educação Especial tem sido a forma como lidar com classes heterogêneas e, especificamente, com alunos que apresentam problemas comportamentais. Com esta referência para a oportunidade deste estudo observou-se sobre o conhecimento do aluno como aspecto de acréscimo no manejo e enriquecimento de repertório para o encaminhamento do trabalho com o aluno PAEE, pelo professor.

Para o desenvolvimento do trabalho com a abordagem da temática *conhecer melhor o aluno*, as participantes mostraram-se disponíveis em conhecer as particularidades dos alunos e em alguns momentos o desconhecimento pode ser o entrave no trabalho pedagógico, o que demandou à pesquisadora refletir com o grupo os encaminhamentos seguidos conforme a consultoria colaborativa, além de explorar possibilidades a partir do conhecimento do aluno com seu desempenho e informações que vão sendo agregadas ao longo do processo.

Com a ressalva de que o diagnóstico médico do aluno corrobora com o desenvolvimento do trabalho pedagógico e processo de aprendizagem do mesmo, sem a pretensão de ser o norteador. De acordo com Calheiros (2015) não busca-se com a consultoria colaborativa mudar o contexto escolar para um ambiente clínico.

A temática 2 refere-se à discussão sobre conhecimento e *organização de práticas inclusivas* que tem como base a troca de experiência e trabalho em equipe. A Consultoria Colaborativa Escolar de acordo com Idol, Nevin e Paolucci-Whitcomb (2000), possibilita grupos de pessoas, com habilidades e conhecimento diferentes, com capacidade para elaborar resoluções para problemas identificados mutuamente. Um dos objetivos no modelo de Consultoria Colaborativa é aprimorar e manter as competências de todos os envolvidos, inclusive aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

Verificou-se com os dados do estudo o discreto estabelecimento de troca sobre o trabalho com alunos PAEE estabelecido naquele contexto escolar, mesmo com a formação em educação especial, em grande maioria das professoras, além do interesse e disponibilidade em realizar um trabalho pautado na parceria com diferentes profissionais, destaca-se desconhecer como estabelecer “uma rede” em prol de planejar e desenvolver práticas inclusivas.

Contribuições nesta via são demonstradas em estudos como de Araújo e Almeida (2014) que apontam contribuições relacionadas à consultoria colaborativa. Conforme as autoras a consultoria colaborativa “que é o compartilhamento do trabalho (planejamento, avaliação, expectativas) entre um especialista e o professor de Educação Comum” mostra-se com um dos elementos para o sucesso da inclusão escolar. O trabalho com viés colaborativo pode ser fundamental para sinalizar intervenções no que se refere às dificuldades de aprendizagem do estudante e também unir esforços e conquistas político-sociais.

Durante o desenvolvimento do estudo com a oportunidade do contato com a equipe de profissionais de saúde vislumbrou-se pelas participantes conhecer um repertório que envolve aspectos do diagnóstico médico que corrobora com o conhecimento do professor em relação ao aluno, assim entrelaçado aos marcos de desenvolvimento infantil, esperado ser conhecido pelo professor, e ao desempenho e interesse escolar do estudante, podem delinear um planejamento pedagógico que provavelmente será adequado e acessível.

Para este encaminhamento de acordo com Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) a consultoria especializada como agente colaborador do processo escolar oferece contribuições teóricas e práticas para equipe da escola e, tem demonstrado como uma das formas de colaboração efetiva para promover as mudanças necessárias à escola na busca de sua ressignificação. Vale ressaltar que o conhecimento teórico proporciona fundamentos para o repertório de vivências dos envolvidos nas resoluções dos problemas no âmbito escolar.

A falta ou escassez de colaboração empobrece o desenvolvimento do trabalho com o aluno PAEE, mesmo havendo disponibilidade do professor o que em geral demanda ser estimulado entre a equipe com certo gerenciamento. É comum o professor sinalizar que não está preparado para trabalhar com o que se apresenta como diferente na escola. Isso se apresenta diante de dificuldades de aprendizagem ou mesmo questões de comportamento que destoam do habitual com os alunos. Estas situações fazem parte da realidade do dia a dia escolar, porém podem tomar grandes proporções devido ao medo e insegurança de se deparar com o novo. Assim também ocorre com as questões dos alunos PAEE, pois as particularidades dos alunos impactam no desenvolvimento do trabalho do professor e desafiam os encaminhamentos muitas vezes muito sistematizados e pouco reflexivos. Neste sentido, propostas como o serviço de consultoria colaborativa apresentam possíveis

subsídios e novas formas de manejos para o trabalho pedagógico. (CAPELINI e MENDES, 2007).

A colaboração propõe envolvimento, cooperação e interação entre os profissionais que definem um trabalho em conjunto, com objetivos em comum. Para isso estabelecer metas claras, monitorar o modelo colaborativo se torna essencial para ser implementado (MACHADO E ALMEIDA, 2014). Neste contexto a troca entre todos os envolvidos proporciona repertório para a resolução de problemas no contexto escolar, além de fortalecer o trabalho em parceria com profissionais que atuam com o aluno em outros contextos e envolver a família, agregando assim benefícios ao desenvolvimento do aluno PAEE como um todo.

Neste estudo, de acordo com os dados, cabe o destaque para o momento de necessidade de desenvolvimento de aulas de modo remoto, que para a realidade das profissionais que participaram da pesquisa se configurou em disponibilizar aulas e atividades descritivas, com isso mostrou-se uma exigência ainda maior para o encaminhamento do trabalho com o aluno PAEE. A consultoria colaborativa mostrou-se um modelo de serviço providencial para o momento, tanto para subsidiar o planejamento e flexibilizações do trabalho pedagógico com referida demanda, que também estavam desassistidas do atendimento educacional especializado, como para acolher o professor frente ao desafio.

Vale destacar, de acordo com as observações da pesquisadora, que o estabelecimento de um modelo de consultoria colaborativa, prática que proporciona reflexões e debates, deve priorizar objetividade e clareza para seu desenvolvimento, sobretudo para as professoras. Além de indispensável formação referente aos aspectos teóricos, para o efetivo estabelecimento de um trabalho colaborativo.

6.3 Resultados: Estudo 2

Serão apresentados os resultados obtidos por meio da aplicação da Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI e conteúdo sobre o Questionário de vivência em relação a consultoria colaborativa, realizada ao final do período do estabelecimento de um modelo de serviço de consultoria colaborativa, com o objetivo específico de analisar percepção de suporte e engajamento das professoras na implementação de práticas inclusivas para alunos PAEE. Os referidos instrumentos foram aplicados novamente em um intervalo de três meses, configurando avaliação

de acompanhamento, Follow up, conforme sugere um dos estágios que caracterizam a consultoria colaborativa⁸.

Os dados respondentes a Escala EEDPI e Questionário de vivências em relação a consultoria colaborativa do *Follow up* serão demonstrados, possibilitando a observação da ocorrência ou não de mudanças das professoras relacionadas ao objetivo específico de analisar percepção de suporte e engajamento das professoras na implementação de práticas inclusivas para alunos PAEE. Os dados referentes aos instrumentos utilizados, também foram contextualizados pelas participantes nos encontros.

Na sequência será realizada a descrição dos relatos que estão agrupados em categorias dispostos em ordem cronológica e apresentados por meio de quadros, tabelas e exemplificados com excertos retirados das respostas das participantes, nos instrumentos.

No primeiro período do cronograma de encontros destinados a avaliar o desenvolvimento de um modelo de serviço de Consultoria colaborativa, após momentos de reflexão e planejamento de estratégias e flexibilizações a serem ofertados aos alunos PAEE, as participantes responderam a avaliação da vivência em que participaram, além da reflexão e respectivas autoavaliações, para percepções de suporte e engajamento ao modelo de serviço apresentado.





6.3.1 Aspectos de autopercepção no desenvolvimento do trabalho

Para início demonstram-se, dados coletados por meio do Questionário Sociodemográfico, que indicam acerca da autopercepção, no que se refere a sentir-se realizado e preparado para o trabalho com aluno PAEE, assim como a percepção de suporte e orientação para a atuação profissional, conforme Quadro 6 a seguir:

QUADRO 7 - DADOS SOBRE O TRABALHO DAS PARTICIPANTES

PARTICIPANTES	SENTE-SE REALIZADO EM SEU TRABALHO?	HOVE MOMENTOS EM QUE DESEJOU	SENTE-SE PREPARADO PARA TRABALHAR	CONSIDERA QUE RECEBE SUPORTE E ORIENTAÇÃO NECESSÁRIA QUANDO
---------------	-------------------------------------	------------------------------	-----------------------------------	---

⁸ O Follow up compõe os seis estágios da Consultoria colaborativa, de acordo com Idol, Paolucci-Whitcomb e Nevin (2000).

		DESISTIR DE SEU TRABALHO?	COM ALUNO PAEE?	POSSUI ALGUMA DIFICULDADE EM DESENVOLVER SEU TRABALHO?
 Safira	Sempre	Quase nunca	Quase sempre	Quase sempre
 Ametista	Quase sempre	Nunca	Sempre	Sempre
 Rubi	Sim	Nunca	Quase sempre	Sempre
 Jade	Quase sempre	Quase nunca	Quase nunca	Quase nunca

FONTE: A AUTORA (2021)

De acordo com os resultados obtidos por meio do Questionário Sociodemográfico, observou-se particularidades nas respostas das participantes, em relação a: Se sentir realizada com seu trabalho, duas sinalizaram ‘sempre’ e duas ‘quase sempre’. Quanto a desistir de seu trabalho, em maioria a tendência foi sinalizar ‘nunca’. Enquanto que, se sentir preparada para trabalhar com aluno PAEE, a resposta ‘quase sempre’ reflete a maioria; já a considerar se recebe suporte necessário quando possui alguma dificuldade em desenvolver o trabalho, as respostas se dividiram em ‘quase sempre’, ‘sempre’ e quase nunca. Tais dados serão reunidos, para melhor entendimento, as respostas apresentadas na Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa e Escala EEDPI. Em um primeiro momento observa-se autopercepção favorável para a maioria das participantes.

6.3.2 Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa

Na continuidade a apresentação dos resultados do Questionário de Vivências por meio da Consultoria Colaborativa, em que a primeira parte está composta por questões objetivas que foram respondidas pelas participantes com as expressões: “concordo parcialmente” e “concordo totalmente” para os itens apresentados, conforme acompanha-se no Quadro 7 a seguir:

QUADRO 8 - AVALIAÇÃO DE VIVÊNCIAS POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA

QUESTÃO	EIXO	PARTICIPANTES (4)
O tempo para debates e reflexões, de acordo com o cronograma, foi suficiente?	Tempo suficiente	Concordo parcialmente (3) Concordo totalmente (1)

O tempo para planejamento de prática pedagógica após estudo foi suficiente?	Tempo suficiente	Concordo parcialmente (3) Concordo totalmente (1)
A qualidade das informações e conhecimentos trabalhados nos encontros foi satisfatória?	Informação suficiente	Concordo totalmente (4)
A participação pessoal nos debates do grupo foi satisfatória?	Autoavaliação	Concordo parcialmente (3) Concordo totalmente (1)
O conteúdo abordado sobre consultoria colaborativa foi suficiente para o planejamento de prática pedagógica ao aluno público-alvo da educação especial?	Autoavaliação	Concordo parcialmente (2) Concordo totalmente (2)
Foi possível avaliação de intervenção com aluno público-alvo da educação especial?	Autoavaliação	Concordo parcialmente (4)
O modelo de consultoria colaborativa contribuiu com a reorganização de práticas pedagógicas para o aluno público-alvo da educação especial que possui?	Autoavaliação	Concordo totalmente (4)

FONTE: A AUTORA (2021)

O instrumento Questionário de vivências por meio da Consultoria Colaborativa, conforme demonstrado, ao referir sobre o *tempo* para os debates e reflexões conforme avaliação das vivências por meio da Consultoria Colaborativa e para planejamento de práticas pedagógicas após estudo, teve três participantes que sinalizaram concordância parcial e uma delas concordância total. De acordo com as respostas, a maioria considerou o *tempo*, correspondendo ao período do estudo, pouco suficiente para o debate, reflexões e desenvolvimento de práticas pedagógicas a serem ofertadas ao aluno PAEE.

Em relação a qualidade das informações e conhecimentos abordados nos encontros as participantes concordaram totalmente em sua maioria. Sobre o conteúdo referente a Consultoria Colaborativa ser suficiente ao planejamento da prática pedagógica com aluno PAEE, duas participantes concordaram totalmente e duas concordaram parcialmente. Houve concordância para a maioria das participantes em relação ao conteúdo para planejamento da prática pedagógica com aluno PAEE.

Sobre a avaliação de intervenção com aluno PAEE, as participantes apontaram concordar parcialmente. Este dado pode estar relacionado ao momento de

suspensão de aulas presenciais, aspecto também contextualizado em relatos durante os encontros. Em último item sobre o modelo de consultoria colaborativa contribuir com a reorganização de práticas pedagógicas para o aluno PAEE, as participantes, em maioria, indicaram concordar totalmente. Tal avaliação se confirma pela mobilização das participantes em reorganizar o planejamento e disponibilização de aulas e atividades flexibilizadas para os alunos PAEE, conforme dados demonstrados neste estudo.

Na descrição dos resultados do instrumento, observam-se respostas que corroboram com o conteúdo acima apresentado, e podem ser agrupadas, a considerar categorias, subcategorias e unidades de registros (UR), de acordo com a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2016), dados ilustrados no Quadro 9 a seguir:

QUADRO 9 - CATEGORIAS: ESTUDO 2

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	NÚMERO DE UR* POR CATEGORIA
Modificações na forma de trabalhar com o aluno PAEE	Troca de experiências;	2
	Modificação no trabalho	2
Ampliação dos conhecimentos e trabalho a respeito do aluno PAEE:	Abertura do trabalho	3
	Reformular o trabalho	2
Total	-----	9

FONTE: A AUTORA (2021)

*UR = Unidades de Registro

O quadro acima destaca as Unidades de Registros (UR) que somaram um total de nove, para os aspectos resultantes das subcategorias: troca de experiências; modificação no trabalho; abertura do trabalho e reformular o trabalho, as quais compõem duas categorias em destaque neste estudo: 1- Modificações na forma de trabalhar com o aluno PAEE e 2- Ampliação dos conhecimentos e trabalho a respeito do aluno PAEE e referem-se ao objetivo específico do Estudo 2, demonstradas nos relatos das participantes ao instrumento, com evidências e correlação entre aspectos de percepção de suporte e engajamento para implementação de práticas colaborativas ao aluno PAEE a partir de um modelo de serviço de consultoria colaborativa.

A seguir apresentam-se descrições de relatos das participantes que ilustram e comprovam conteúdo referente às duas categorias, as respectivas subcategorias e unidades de registro.

Inicia-se com a temática que apresenta a categoria: 1 – Modificações na forma de trabalhar com o aluno PAEE, para a qual observou-se em um primeiro momento respostas⁹ favoráveis à expectativa quanto à experiência com a prática colaborativa baseada na Consultoria Colaborativa, como pode ser acompanhada nas respostas a seguir:

- *Ametista “Sim. Pois contribuiu muito para termos um novo olhar. Trocamos muitas experiências durante a consultoria”*

- *Rubi “Sim, bastante, pois fez com que melhorasse a prática”*

Sobre aspectos positivos, da experiência por meio da Consultoria Colaborativa pode-se verificar respostas como por exemplo a seguir, as quais demonstraram disponibilidade para o engajamento frente a novas possibilidades:

- *Safira “Através da Consultoria, tivemos a oportunidade de trocar experiências, tirar dúvidas e compartilhar nossas angústias, desafios dentro da nossa rotina diária”*

- *Ametista “Ajudou bastante, pois trocamos muitas experiências durante a consultoria. Troca de experiência com profissionais”*

- *Rubi “Uma visão que o aluno necessita de atividades sensoriais e visuais”*

- *Jade “Auxílio para reformulação da minha prática pedagógica. Maior conhecimento sobre o aluno, pesquisa na forma de trabalhar, mudança das atividades enviadas”.*

Ao que se refere aos aspectos negativos quanto a participar da vivência por meio da Consultoria Colaborativa, pode ser constatado conforme as respostas que seguem:

- *Safira “Não desenvolvimento de atividades presenciais com os nossos alunos de inclusão devido a situação que estamos vivendo”*

- *Ametista “O tempo curto e por não estarmos presentes”*

- *Jade “Momento vivido do ensino remoto, não poder estar com o aluno”*

Tal constatação está diretamente relacionada a situação de suspensão de aulas presenciais, falta de interação presencial com os alunos e a preocupação das professoras em relação ao trabalho pedagógico com o aluno PAEE, além do encaminhamento das aulas de modo remoto e dificuldade de acompanhar a realização e desenvolvimento das atividades escolares propostas.

⁹ Respostas retiradas na íntegra dos instrumentos utilizados no estudo.

Para a categoria 2 que contempla: Ampliação dos conhecimentos e trabalho a respeito do aluno PAEE e atende ao objetivo específico proposto no Estudo 2 acerca da percepção de suporte e engajamento docente para a implementação de práticas colaborativas para alunos PAEE a partir de um modelo de serviço de consultoria colaborativa, pode-se observar repercussão favorável para a inserção como mostram as respostas das professoras, a seguir:

-Safira “Muito produtivo. Os encontros serviram para ampliar nossos conhecimentos a respeito dos alunos com necessidades especiais e também trocamos experiências das nossas práticas cotidianas”

-Ametista “Foi maravilhoso pois pudemos repensar as atividades. Uma abertura durante a realização das atividades com as crianças.”

-Rubi “Muito bom no campo profissional como no pessoal”

-Jade “Uma boa ampliação e reformulação de algumas formas de trabalho com os alunos público-alvo da inclusão. Gostei, acredito que mudou minha forma de pensar o trabalho com o aluno incluso”.

Observou-se durante os encontros por parte das professoras, corroborado com respostas apresentadas, o discurso e um posicionamento condizentes ao de se inserir em novas formas de planejar o trabalho pedagógico, como propõe o modelo de serviço a partir da consultoria colaborativa, além da mobilização para manejos diferenciados na implementação de práticas colaborativas ao aluno PAEE a partir da percepção de suporte.





6.3.3 Resultados da Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI

De acordo com o objetivo do estudo, também utilizou-se o instrumento Escala Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI, a qual foi validada através de um estudo (MARTINS, 2018). Sobre a pontuação Martins (2018) refere a manutenção das seis oportunidades de respostas e segue um contínuo que inicia com discordância total, progressivamente para concordância total, não sendo possível respostas neutras dos participantes (SHARMA; LOREMAN; FORLIN, 2012).

Na tabela 2 a seguir apresenta-se a pontuação de cada participante referente a escala total, precedida da pontuação das respectivas subescalas, conforme escores apresentados, além da descrição dos itens correspondentes a cada

subescala, com esclarecimentos aos fatores que investigam quanto à autoeficácia docente.

TABELA 2 – RESULTADOS - ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS

Participantes	Subescala Regência de sala de aula (8 itens)	Subescala Planejamento e colaboração (8 itens)	Pontuação total (16 itens)
 Safira	4,5	5,5	5
 Ametista	5	5,2	5,1
 Rubi	4,5	5,5	5
 Jade	5,5	5,7	5,6

FONTE: A AUTORA (2021)

Nos dados da Escala EEDPI, evidenciou-se escores próximos da pontuação máxima (igual a 6) na Escala para Eficácia Docente para Práticas Inclusivas, tanto para as subescalas: Regência de sala de aula e Planejamento e Colaboração como para a pontuação total, da Escala. O instrumento foi aplicado somente uma vez, ao final dos encontros.

Os resultados com escores altos despertam a atenção e destoam de forma discreta dos resultados evidenciados nos demais instrumentos que compõem este estudo, quando as participantes referem-se às dúvidas e por vezes insegurança no encaminhamento do trabalho com o aluno PAEE, como também são acompanhados no conteúdo descritivo do estudo. Esses aspectos poderiam estar condizentes com o fato da suspensão das aulas presenciais.

Na subescala Regência de sala de aula, referente à gestão do comportamento e estratégias de ensino, estão definidos os oito itens seguintes:

1. Consigo deixar claro, aos alunos, quais minhas expectativas em relação aos seus comportamentos;
2. Sou capaz de acalmar um aluno perturbador/barulhento;
3. Consigo avaliar com precisão a compreensão do aluno em relação ao que ensinei;
4. Consigo propor desafios adequados a alunos muito capazes;
5. Tenho confiança em minha habilidade de evitar a ocorrência de comportamento perturbadores em sala de aula;
6. Consigo controlar comportamentos perturbadores em sala de aula;

7. Sou capaz de fazer com que as crianças sigam as regras da sala de aula;
8. Tenho confiança em minha habilidade de fazer com que os alunos trabalhem juntos em pares ou em pequenos grupos.

A subescala Planejamento e colaboração, compreende às habilidades para trabalhar conjuntamente com outros profissionais e planejar atividades, composto por oito itens, conforme seguem:

1. Consigo fazer com que os pais se sintam à vontade para vir à escola;
2. Consigo auxiliar as famílias para que ajudem seus filhos a irem bem na escola (em relação à aprendizagem, interação e comportamento);
3. Tenho confiança na minha capacidade de envolver os pais nas atividades escolares dos seus filhos com deficiência;
4. Tenho confiança em planejar atividades educacionais para que as necessidades individuais dos alunos com deficiência sejam adequadamente atendidas;
5. Consigo trabalhar em colaboração com outros profissionais (por exemplo, professores itinerantes; especialistas; professor do AEE; intérprete de LIBRAS etc.) na elaboração de planos educacionais para alunos com deficiência;
6. Sou capaz de trabalhar em conjunto com outros profissionais e funcionários (por exemplo, auxiliares, outros professores) para ensinar alunos com deficiência em sala de aula;
7. Sou capaz de usar uma variedade de estratégias de avaliação (por exemplo, avaliação do portfólio, testes adaptados, avaliação baseada em desempenho, etc.);
8. Tenho confiança em fornecer informações sobre as leis e as políticas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência às pessoas que conhecem pouco desse assunto.

Nesta perspectiva verifica-se que as respostas das professoras ainda que sinalizadas com escores altos demonstraram tendência discretamente maior para os itens da subescala Planejamento e colaboração, compatível com o respondente à proposta de estabelecimento de um modelo de serviço a partir da consultoria colaborativa, porém influenciado pela necessidade de adequação do trabalho com todos os alunos, neste momento de aulas presenciais suspensas.

Vale destacar que a circunstância do ensino remoto ofertado na ocasião do estudo, causou distanciamento da atuação e prática docente para àquele grupo ao qual foi definido como demanda. Contudo, mesmo demonstrada ligeira diferença entre

os escores das subescalas, a pontuação total com escores altos¹⁰ apresenta-se favorável para o objetivo específico proposto, pois sinaliza engajamento e autoeficácia docente.

6.3.4 Resultados: Acompanhamento - *Follow up*

Após um período de três meses da realização do Estudo 2 com o objetivo específico de analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial (PAEE) a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa, as participantes foram novamente convidadas a responder os instrumentos compondo dados que caracterizam um período de follow up, também compreendido nos estágios do estabelecimento de um serviço de consultoria colaborativa, de acordo com o mencionado anteriormente.

Na sequência serão apresentados os dados respondidos pelas participantes neste período de *follow up*, por meio de trechos das respostas e ilustrados em tabela, para os respectivos instrumentos: Questionário de Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa – Follow up e Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI.

Ao final será feito um comparativo das respostas das participantes aos referidos instrumentos nos dois momentos, de acordo com o exposto no início do estudo 2.

6.3.5 Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa

Os dados do Questionário: Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa se referem às questões abertas respondidas pelas participantes com vistas a atender o objetivo específico do Estudo 2 e, estão distribuídos em itens que contemplam: tempo para os encontros, debates e reflexões, planejamento de práticas pedagógicas, qualidade de informações e conhecimento sobre o tema consultoria colaborativa, avaliação de intervenção com o aluno PAEE e por fim, aspectos positivos

¹⁰ Conforme referência da Escala de Eficácia Docente para a Prática Inclusivas (Martins, 2018), escores baixos representam menor autoeficácia.

e negativos a respeito do modelo de serviço de consultoria colaborativa e contribuições para a reorganização de práticas pedagógicas para o aluno PAEE.

As respostas demonstradas compõem unidades de registros (UR), subcategorias e categorias, com discreta variação para a quantidade e em uma das sentenças, para as categorias mencionadas nos resultados da primeira aplicação do Questionário de vivência por meio da Consultoria Colaborativa, conforme Quadro 9 a seguir:

QUADRO 10 - CATEGORIAS FOLLOW UP

CATEGORIA	SUBCATEGORIA	NÚMERO DE UR* POR CATEGORIA
Modificações na forma de trabalhar com o aluno PAEE	Troca de experiências;	4
	Modificação no trabalho	1
Ampliação dos conhecimentos e contribuições ao trabalho com aluno PAEE:	Abertura do trabalho	3
	Contribuições no trabalho	4
Total	-----	12

FONTE: A AUTORA (2021)

*UR = Unidades de Registro

As demonstrações das descrições somam um total de doze unidades de registro (UR) e fazem composição das subcategorias: Troca de experiências; Modificação no trabalho; Abertura do trabalho; e Contribuições no trabalho, as quais formam duas categorias principais: 1 - Modificações na forma de trabalhar com o aluno PAEE; e 2- Ampliação dos conhecimentos e contribuições ao trabalho com aluno PAEE. Esses resultados estão alinhados ao objetivo específico do Estudo 2 e, demonstrados na sequência a partir dos excertos retirados das respostas das participantes aos instrumentos, os quais confirmam o conteúdo mencionado.

Ao apresentar a categoria 1 - Modificações na forma de trabalhar com o aluno PAEE, inicia-se ao que se refere aos pontos positivos relatados pelas professoras sobre proporcionar mudanças, além de importante troca em equipe, conforme demonstrado a seguir:

-Safira “troca de ideias com relação a atividades, principalmente neste momento difícil que estamos enfrentando”

-Ametista “troca de experiência com todos os profissionais”

-Jade “mudanças na prática pedagógica”

Entretanto, o aspecto relacionado ao tempo para os debates e reflexões aos quais as participantes mencionaram escassez, principalmente se referindo a continuidade do período de aulas remotas, tais referências podem ser observadas nas respostas a seguir:

-Ametista “Pouco tempo de aplicação”

-Jade “(...) devido a pandemia e aulas remotas creio que ficou vago”

-Safira “(...) seria mais proveitoso se pudéssemos compartilhar nossas angústias e experiências pessoalmente com o aluno, o grupo e todos os envolvidos”

Observou-se que a rotina de manutenção das aulas remotas foi um fator que pode ter interferido para se estabelecer encontros, debates e reflexões sobre os alunos PAEE, pois as professoras estiveram voltadas a cumprir suas jornadas de trabalho distanciadas da rotina presencial. E como observado em um dos relatos apresentados, apareceu sinalização de que presencial poderia ser mais aproveitado.

A inserção das professoras mostra-se discreta ao que se refere a novas propostas e há o entendimento de que a colaboração já ocorre quando referem formações e debates sobre os alunos PAEE em momentos pontuais da rotina escolar, como por exemplo, semanas pedagógicas e conselhos de classes.

Sobre os aspectos negativos, observam-se respostas que corroboram com os relatos em relação ao fator tempo e aparecem os indicativos de interferência causada pela suspensão das atividades escolares presenciais, devido a pandemia da COVID-19, como pode ser constatado nos relatos seguintes:

- Safira “Não poder aplicar as atividades presencialmente aos alunos”

- Ametista “Não ter o retorno de todas as atividades”

- Jade “Distanciamento, trabalho remoto”

Para a temática respondente a categoria 2 - Ampliação dos conhecimentos e contribuições ao trabalho com aluno PAEE. Constatou-se que as contribuições do modelo de serviço de Consultoria Colaborativa para a reorganização de práticas pedagógicas para seu aluno PAEE, foram consideradas pelas professoras significativamente contributiva, como mostram os relatos a seguir:

-Safira “sim. Dando novas ideias de planejamento e atividades para o trabalho individual com o aluno”

-Ametista “sim. Através das trocas de experiências”

Quanto ao modelo de serviço de consultoria colaborativa, contribuir com alguma para a intervenção pedagógica se, somente para o aluno público-alvo da Educação Especial, para todos os alunos ou não ocorreram mudanças, observam-se nos relatos na sequência entendimento de que contribuiu e isso ocorreu para todos os alunos.

-Safira “sim. Acredito que toda troca de experiência é válida, principalmente quando temos alunos de inclusão e precisamos saber trabalhar com todos em sala ao mesmo tempo”

-Ametista “sim. Com todos os alunos”

-Jade “também para outros alunos que apresentaram dificuldades”

Ainda sobre as contribuições do modelo de serviço de consultoria colaborativa as participantes apresentaram as seguintes respostas:

-Safira “após os encontros e conversas com os participantes do grupo, acho que foram surgindo novas ideias de como planejar e de alguma forma atingir nossos objetivos não apenas com os alunos público-alvo da educação especial, mas também com todos que necessitam de um olhar diferenciado”

-Ametista “já vínhamos fazendo um trabalho com as crianças. A consultoria abriu mais campos para darmos continuidade aos trabalhos”

-Rubi “Foi uma parceria muito boa, acho que todos os profissionais deveriam ter a oportunidade de conhecer essa consultoria para ver que quando se tem profissionais junto com você dando suporte o trabalho é muito mais fácil é prazeroso”

-Jade “acredito que se fosse de forma presencial, com auxílio direto ao aluno, teria maior resultado”.

Sobre planejamento de práticas pedagógicas, a qualidade de informações e conhecimento referente ao tema consultoria colaborativa, as participantes mencionaram contribuições favoráveis, conforme mostra-se em resposta a seguir:

-Rubi “Nossa contribuiu muito, abriu um leque de contribuição para o desenvolvimento das aulas”

E por fim, como dado importante com repercussões no investimento do trabalho docente, as professoras relataram em relação a realização de atividades pedagógicas e desempenho de seu aluno, os quais demonstraram uma descontinuidade na realização, como pode-se acompanhar nas respostas a seguir:

-Safira “No início as mesmas estavam sendo realizadas com mais entusiasmo. Agora no final, percebe-se um pouco de falta de interesse na realização das mesmas”

-Ametista “Não realizou todas as atividades propostas”

-Rubi “Algumas atividades retornaram com êxito, outras porém nem comentários se o aluno conseguiu realizar”

Esta constatação pode ser reflexo também da descontinuidade dos encontros, debates e reflexões acerca do trabalho voltado ao aluno PAEE. Tal tendência foi mencionada no encontro com as participantes.





Com os resultados apresentados verificou-se ainda que reconhecida a importância e mesmo iniciada a prática do estabelecimento de um modelo de serviço a partir da consultoria colaborativa, os fatores percepção de suporte e engajamento na implementação de práticas colaborativas ao aluno PAEE, se não nutridos com a continuidade de encontros, debates e reflexões, tende a descontinuidade.

Nos dados do instrumento evidencia-se também a provável interferência sofrida com o modelo estabelecido em função das aulas remotas, devido a pandemia da COVID-19, causando impactos no conhecimento real do processo de aprendizagem do aluno PAEE, além de ter gerado dúvidas às professoras, as quais se refletiram em suas atuações como docentes, para este público em específico.

6.3.6 Resultados da Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI (período de follow up)

Será apresentada na tabela 3 a seguir a pontuação das participantes ao que se refere a escala total e as subescalas: Regência de sala de aula e Planejamento e Colaboração. E compondo tais resultados será alinhada as referências dos escores para os itens que integram cada subescala, formada por oito itens, de acordo com o apresentado anteriormente, de acordo com a apresentação na tabela 3 a seguir:

TABELA 3 - RESULTADOS FOLLOW UP - ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS

PARTICIPANTES	SUBESCALA REGÊNCIA DE SALA DE AULA (8 ITENS)	SUBESCALA PLANEJAMENTO E COLABORAÇÃO (8 ITENS)	PONTUAÇÃO ESCALA TOTAL (16 ITENS)
 Safira	4,8	4,5	4,6
 Ametista	4,8	5	4,9
 Rubi	4,6	4,8	4,7
 Jade	5,2	4,7	5

FONTE: A AUTORA (2021)

Nas respostas ao instrumento no período de Follow up observou-se a apresentação de escores altos, tanto nas subescalas como na pontuação total da escala. Em específico as respostas apresentaram escores que variam entre 4,6 à 5,2 para a subescala Regência de sala de aula e, escores entre 4,5 à 5 para a subescala Planejamento e Colaboração, ainda assim mostram-se escores altos, próximo da pontuação máxima (igual a 6), também na pontuação total da Escala.

Com os resultados expressos são contemplados engajamento e percepção de suporte, fatores que compõem o objetivo específico do Estudo 2, além da autoeficácia docente, que permeia os referidos aspectos. Quanto ao objetivo específico, correspondente ao analisar percepção de suporte e engajamento das professoras na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial inclusiva (PAEE) a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa.

6.3.7 Comparativo dos resultados dos instrumentos nos dois momentos do Estudo 2

Em um comparativo da primeira aplicação dos instrumentos: Questionário de Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa e Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI, para a segunda, pode-se verificar respostas com discretas discrepâncias, conforme serão demonstradas a seguir na descrição de cada um dos instrumentos.

Inicia-se o comparativo com Questionário de Avaliação de vivências por meio da Consultoria Colaborativa: neste instrumento observou-se, discreta variação entre as unidades de registros (UR) que configuraram os dados do instrumento,

mesmo assim as unidades de registros e subcategorias evidenciadas nas duas aplicações se complementam, sendo identificado aspectos de percepção de suporte, engajamento e colaboração que corroboram ao objetivo específico do Estudo 2.

Tais dados contextualizados aos encontros, suscitaram nas professoras avaliação de suas ações, além de autoavaliação no processo, no que refere ao trabalho pedagógico e repercussão em suas atuações. Durante a consultoria colaborativa foram debatidas ações como a flexibilização das atividades escolares no que tange a quantidade e o formato apresentado (através possibilidade de organização de vídeos curtos com explicação da professora e envio de materiais concretos para o manuseio de aluno).

A proposta de realizar vídeos foi da professora do aluno A2, a qual comentou que havia preparado um vídeo com explicação de um conteúdo referente a alfabetização que pretendia enviar à mãe para ser apresentado ao aluno. Também refletiu-se sobre a utilização de reforçadores e sugestão de contribuir com o estabelecimento de uma rotina de atividades escolares, conforme sinalizado pela profissional da clínica, referente a um dos alunos identificados como demanda para o estudo. Tais ações foram construídas em conjunto com destaque para o protagonismo do planejamento e ação pedagógica.

As professoras relataram que em um curto tempo sentiram-se motivadas para realizar ações diferentes no planejamento e na organização das aulas, mas no decorrer foram distanciando-se do proposto, principalmente por não estarem presencialmente na escola.

Constatou-se alinhado aos dados e respostas das participantes, para os dois períodos de aplicação do instrumento, a necessidade de construção e manutenção de cultura colaborativa para a realização de trabalhos pedagógicos acessíveis ao aluno PAEE. Neste sentido confirma-se a demanda de formação docente para a efetivação da implementação de práticas colaborativas que podem diversificar formas de serviço de apoio e assim estabelecer-se uma escola inclusiva.

A aplicação da Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas – EEDPI: as respostas para este instrumento apresentaram pontuação alta (escores tendendo ao escore máximo, igual a 6) para os dois períodos, correspondente às duas subescalas e a escala total.

Em um comparativo para as respostas, na segunda aplicação do instrumento, houve leve queda nos escores das subescalas e escala total. Mesmo

com pontuação alta o que sinaliza características de autoeficácia docente, engajamento e mobilização das professoras para se inserirem em um novo modelo de serviço, no caso proposto a partir do modelo de consultoria colaborativa, a queda dos dados reportaram ao entendimento de que após um período sem a continuidade do processo de estabelecimento de consultoria colaborativa, a tendência evidenciou-se em ocorrer a fragilidade ou cessar a realização do processo. Vale destacar que os dados do Estudo 2 estiveram atravessados pelas consequências da suspensão das aulas presenciais e com isso podem ter destoado do que seria constatado em um período de rotina escolar presencial.

6.4 Discussão: Estudo 2

Com a realização do Estudo 2 que teve como objetivo específico analisar percepção de suporte e engajamento das professoras na implementação de práticas colaborativas para alunos público alvo da educação especial inclusiva (PAEE) a partir de um modelo de serviço de Consultoria Colaborativa, teve-se a possibilidade de análise em relação a disponibilidade das professoras em se inserirem em uma nova proposta de serviço para apoio ao trabalho com o aluno PAEE a saber, o modelo de serviço a partir da consultoria colaborativa.

Nesta seção, referenciam-se os objetivos do Estudo 1 que subsidiaram o Estudo 2, visto a importância inicial de identificar a demanda e reconhecer recursos disponibilizados na realidade vivenciada pelas professoras, desta forma contribuindo com a análise de percepção de suporte e engajamento docente, fatores contemplados no objetivo específico do Estudo 2.

Para finalizar pretendeu-se, com a realização do follow up, apresentar um comparativo dos dados relativos aos instrumentos aplicados em dois momentos do processo de estabelecimento de um serviço de consultoria colaborativa.

A partir dos resultados do Estudo 2, foi possível observar as contribuições e possíveis mudanças no trabalho pedagógico proporcionadas pelo modelo de serviço de consultoria colaborativa. Em contrapartida há a escassez do contato entre as professoras e equipe da escola com a família e profissionais de saúde que acompanham os alunos PAEE. Este formato mostra o trabalho pedagógico em um modelo isolado, no que se refere ao professor ou ainda a distância do entendimento para a interface de diferentes contextos em que o aluno esteja inserido. Modelo que

difere de um trabalho colaborativo, aspecto central da Consultoria Colaborativa provavelmente pelo fato de não estar subsidiado teoricamente.

Neste panorama demonstra-se com clareza, se o professor não dispuser de conhecimentos teóricos sobre a inclusão, guia-se por seus conhecimentos e experiências, assim pode se orientar pelo senso comum ou não investir para alguma ação pedagógica específica ao aluno, devido a escassa bagagem anterior (MARTINS: CHACON, 2015).

O estudo, apresentou referências positivas de engajamento das professoras ao contato com o conhecimento teórico apresentado sobre o serviço de consultoria colaborativa. Desta forma acredita-se que a efetividade, conforme evidenciada, possa ocorrer quando presente na rotina pedagógica.

Para Mendes, Vilaronga e Zerbato (2014) a consultoria especializada como agente colaborador do processo escolar oferece contribuições teóricas e práticas para equipe da escola e, tem demonstrado como uma das formas de colaboração efetiva para promover as mudanças necessárias à escola na busca de sua ressignificação.

Em estudo de Araújo e Almeida (2014) procurou-se mostrar possibilidades de contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de alunos com deficiência intelectual, por meio de uma análise reflexiva com base na literatura pertinente.

De acordo com as autoras, a prática da consultoria colaborativa, considerada como uma troca mútua entre professor de educação especial, ensino comum e outros profissionais e a efetivação de uma parceria pode trazer contribuições fundamentais para a família, para a escola e para a comunidade. Assim, a consultoria colaborativa pode ser uma alternativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual, não apenas no âmbito de necessidades de intervenção, mas também no âmbito da prevenção, da reflexão e da transformação do meio escolar.

Para que se fortaleça, o trabalho pedagógico em uma via colaborativa pode ser difundido pela escola, a fim de agregar todos que estejam envolvidos com o aluno PAEE, porém verificou-se que será viável se estiver pautado em formação docente contínua.

Neste encaminhamento se destaca a importância da formação docente, por meio da Consultoria Colaborativa Escolar, expõem Idol; Nevin; Paolucci-Whitcomb (2000), pois possibilita grupos de pessoas, com habilidades e conhecimentos diferentes, com capacidade para elaborar resoluções para problemas identificados mutuamente. Um dos objetivos no modelo de Consultoria Colaborativa é aprimorar e

manter as competências de todos os envolvidos, inclusive aqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

Estes aspectos foram demonstrados no decorrer dos encontros e também na avaliação dos mesmos, pelas participantes. Ainda que seja prudente destacar o baixo repertório teórico e formação das professoras para estabelecimento e encaminhamento efetivo de um novo formato de serviço de apoio ao processo de inclusão escolar.

Este panorama pode ser contextualizado com estudos como de Araújo e Almeida (2014) da Universidade de São Carlos – UFSCar, os quais apontam contribuições relacionadas à consultoria colaborativa para a inclusão escolar.

As autoras referem a consultoria colaborativa a troca entre um profissional especialista e o professor do ensino comum, de modo a compartilhar sobre o trabalho, quanto a planejar e avaliar as expectativas, esta parceria mostrando-se como um dos elementos para o sucesso da inclusão escolar. Com destaque para o trabalho com viés colaborativo como fundamental para sinalizar intervenções no que se refere às dificuldades de aprendizagem do estudante e, também para unir esforços para conquistas político-sociais.

Em mesma via, encontram-se pesquisas como a de Silva e Mendes (2010) a qual aponta o contexto da inclusão educacional como promissor para o psicólogo escolar prestar Consultoria Colaborativa Escolar, trabalhando em parceria com professores e familiares. O objetivo do estudo foi avaliar os efeitos de um programa de intervenção preventiva, baseado no modelo de Consultoria Colaborativa Escolar e Suporte Comportamental Positivo, voltado para prevenir e minimizar problemas comportamentais. Segundo o estudo, uma das principais demandas dos professores e educadores em geral, direcionadas aos profissionais da Educação Especial tem sido a forma como lidar com classes diversificadas e, especificamente, com alunos que apresentam problemas comportamentais.

A partir deste referencial observou-se ainda desconhecimento das professoras muitos aspectos propostos em um modelo de consultoria colaborativa, desta forma demonstraram entendimento de a colaboração ser compatível com um diálogo amistoso sobre o trabalho em comum com um aluno PAEE, em momentos específicos e de forma ampla sem a atenção para especificidades relacionadas ao estudante ou ao trabalho pedagógico a ser desenvolvido.

Para Tezani (2010) um sistema que ofereça educação inclusiva, com a organização de um cenário acessível em que todos participem de um espaço na vida comunitária, traz garantias para o trabalho das escolas inclusivas possibilitando conhecimento e seu uso funcional, além de exercer a cidadania e participar de debates de ideias e decisões. Para que este sistema educacional inclusivo seja construído há de se ter um posicionamento que demanda ações político-administrativas e técnico-científicas. Este entendimento corrobora com ações que são subsidiadas pelas gestões, a começar pela própria escola.

Durante o estudo as flexibilizações organizadas aos alunos PAEE foram indicativos e refletiram para que a gestão de educação municipal ampliasse a possibilidade de encaminhamentos mais flexíveis, com respaldo na legislação.

Quanto aos dados relacionados ao engajamento e autoeficácia docente, observou-se consonância ao contextualizar os resultados expressos nas categorias com o encontrado em estudos e alinhados à literatura, verifica-se indicativos referentes à atender a demanda do aluno PAEE com os recursos conhecidos e disponibilizados na rede municipal.

Desta forma cabe mencionar sobre a autoeficácia do professor estar relacionada aos resultados educacionais e ser um importante preditor da resiliência educacional e envolver: persistência diante das dificuldades, flexibilidade na utilização de estratégias, manutenção do nível de desempenho acadêmico e mudanças nas formas de abordar tarefas, evitando, assim, o insucesso (AZZI, POLYDORO & BZUNECK, 2006; BANDURA, 1997).

A partir dos dados da escala com escores próximos da expectativa máxima, cabe destacar que pode-se entender as respostas das participantes como pautadas na intenção e na mobilização regulada pela exigência do meio. Além de ser importante considerar, as crenças de autoeficácia apresentam condições fundamentais para definir o comportamento humano. E para o indivíduo tais crenças tem em seu próprio senso a condição para encaminhar certa ação e atingir um resultado (BANDURA, 1977;1997).

Ainda que em um contexto que remeteu-se à reorganização dos encaminhamentos pedagógicos para todos dos alunos, devido a suspensão das aulas presenciais em virtude da pandemia da COVID-19, cabe destacar sobre os aspectos referentes ao engajamento do professor para se inserir em novas propostas, esses podem ter refletido descontinuidade, também em virtude das respostas dos alunos,

por vezes a não realização das atividades propostas. Estudos mostram um efeito circular sobre a crença de autoeficácia docente e desempenho dos alunos, representando relevância na atuação com os alunos (AZZI, POLYDORO e BZUNECK, 2007). Neste sentido, subsidiar o desenvolvimento do trabalho do professor com serviços como o modelo de consultoria colaborativa, poderá fortalecer e efetivar a oferta de práticas inclusivas, principalmente aos alunos PAEE.

Com a verificação do apanhado dos dados nos dois períodos respondentes à aplicação dos instrumentos utilizados no Estudo 2, constatou-se o modelo de serviço de consultoria colaborativa ser promissor, mas ainda pouco conhecido pelas professoras e mesmo com aparente disponibilidade para inserir-se em uma nova proposta a escassa formação gerou vulnerabilidade para a manutenção do modelo de serviço, com a ressalva para a suspensão de aulas presenciais que pode ter contribuído para tal fragilidade do processo.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo que teve como objetivo principal verificar possibilidades de implementação de um serviço de consultoria colaborativa como modelo de apoio ao processo inclusivo de alunos público-alvo da educação especial, os resultados destacaram a importância de conhecer os alunos, particularidades e perfil de aprendizagem de cada um, em específico no estudo referente a um estudante. Os dados demonstrados e contextualizados nos encontros com as professoras no estabelecimento de um modelo de serviço de consultoria colaborativa somado ao conhecimento ampliado após contato com a família e profissionais de saúde que acompanhavam o aluno PAEE, acrescentaram informações, proporcionaram reflexões e mobilizações para a reformulação do trabalho com novo significado à prática pedagógica e atenção para a adequação e acessibilidade.

Constatou-se, o interesse das professoras para se inserirem nas resoluções dos problemas relacionados aos alunos definidos como demanda para o estudo, o que também se estendeu a outros estudantes. Disponibilizaram-se em participar de todos os encontros, fizeram relatos e compartilharam sugestões.

Essa organização demanda permear a atuação docente constantemente, visto que a elaboração de um trabalho colaborativo requer construção de forma gradativa e reflexiva acerca das questões do ambiente escolar. E pode contribuir com o desenvolvimento da percepção de apoio e engajamento do professor. Para as participantes notou-se tendência positiva de estabelecer-se esse formato de trabalho.

Durante o período desta pesquisa contou-se com a condição incomum da suspensão das aulas presenciais, devido a pandemia da COVID-19 o que levou à necessidade de atividades remotas para alunos e professores, tal contingência também apresentou-se para a realização do estudo. Este cenário indicou repercussões vistas como negativas ao encaminhamento pedagógico, porém o modelo de serviço de consultoria colaborativa mostrou-se favorável por proporcionar debate e planejamento voltado ao aluno PAEE. Apresentou-se acolhedor, ainda que ocorrendo totalmente on-line oportunizou, por meio dos encontros, conversas entre as professoras e equipe e propiciou motivação, frente aos desafios!

Contudo, sendo realizada a pesquisa de forma remota e em meio a pandemia da COVID-19, atingiu-se os objetivos propostos e apresentaram-se evidências para o questionamento que motivou este estudo: Seria possível a

implementação de um Serviço de Consultoria Colaborativa como apoio ao processo de inclusão escolar de alunos PAEE? Por meio dos resultados encontrou-se possibilidades favoráveis que corroboram com a literatura científica.

O modelo de atividades remotas e alterações no calendário letivo teve impacto na realização da pesquisa, como o início tardio. Encontraram-se outras limitações como poucas escolas, amostra pequena de professores e poucos encontros.

Verificou-se também, necessidade de proporcionar formação aos professores para subsidiar repertório na resolução de problemas, continuidade às intervenções para alunos PAEE e entendimento das contribuições de todos os envolvidos, com finalidade de desenvolver cultura colaborativa com repercussão no engajamento docente, organização de práticas inclusivas e acessibilidade ao aluno PAEE. Com isso sugere-se novos estudos, como a realização da pesquisa de maneira presencial para observação do contexto escolar em seu dinamismo e aplicação da Escala EEDPI no início e ao final, em um mesmo estudo, para um comparativo mais abrangente. Sugestões que podem contribuir com a consistência dos resultados e mais evidências científicas.

Vale destacar a demanda de investimento de tempo e esforços do sistema como um todo, gestão, professores, família, profissionais de saúde e persistência do consultor, para que se estabeleça este modelo de serviço. Deste modo inserir na rotina escolar, um modelo de serviço de consultoria colaborativa, pode ser mais uma possibilidade de serviço de apoio à contemplar demandas diversificadas, sem ser deliberadamente uma ação informal ou isolada.

REFERÊNCIAS

- AMADEU, M. S. U dos S.; MENGATO, A. P de F.; STROPARO, E. M.; ASSIS, T. T. S. **Manual de normalização de documentos científicos de acordo com as normas da ABNT**. 1. reimp. Curitiba: Ed. UFPR, 2017.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais – DSM-5**. 5. ed. Washington, 2013
- ARAÚJO, S.L.S. e ALMEIDA, M.A. **Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual**. São Carlos SP, Brasil 2014.
- ARAÚJO, S.L.S.; ALMEIDA, M.A. **Contribuições da consultoria colaborativa para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual**. São Carlos SP, Brasil 2014.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. J.; BZUNECK, J. A. **Considerações sobre a autoeficácia docente**. In: AZZI, R. G.; POLYDORO, S. A. J. (Orgs.). Autoeficácia em diferentes contextos. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- BANDURA, A. **Self-efficacy: toward a unifying theory of behavioral change**. Psychological Review, 1977.
- BANDURA, A. **Self-efficacy: the exercise of control**. New York: W.H. Freeman. 1997.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BARRETO, C. S. G; REIS, M.B.F. **Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade**. Polyphonia, v. 22/1, jan./jun. 2011.
- BECKER, L.S. **Elaboração e Apresentação de Trabalhos**. Blumenau: Acadêmica, 1999.
- BERING; SARKS. **Modelo bioecológico do desenvolvimento de Bronfenbrenner: implicações para as pesquisas na área da Educação Infantil**. Horizontes, v. 27, n. 2, p. 7-20, jul./dez. 2009.
- BORGES, M.L. **A EDUCAÇÃO INCLUSIVA: em busca de ressignificar a prática pedagógica**. Produção Didático-pedagógica. Maringá PR, 2016.
- BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- BOSZKO, C; GÜLLICH, R.I.C. **O diário de bordo como instrumento formativo no processo de formação inicial de professores de ciências e biologia**. Bio-grafia Escritos sobre la Biología y su enseñanza. Vol. 9 No.17, Julio-Diciembre de 2016 ISSN 2027-1034. pp. 55–62.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **LEI Nº 13.146, DE 6 DE JULHO DE 2015**. Dispõe sobre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 21. Abr. 2020

BRASIL. **Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Ministério da Educação. Resolução nº 4** de 2 de outubro de 2009, Brasília/DF, 2009b.

BRONFENBRENNER, U. **Ecological models of human development**. In: **International Encyclopedia of Education**. (Vol. 3, 2nd ed., pp.1643-1647). Elsevier Science, Oxford, England, 1994.

BRONFENBRENNER, U. A. **Ecologia do desenvolvimento humano**. Trad. M.A.V. Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

BRONFENBRENNER, U. A. **Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Tradução: André de Carvalho-Barreto, revisão técnica: Silvia Koller. Porto Alegre: Artmed, 2011.

BRUNO, M. 2000. **Escola inclusiva: problemas e perspectivas**. **Série-Estudos: Periódicos do Mestrado em Educação da UCDB**, Campo Grande - MS, nº10 p.79-90, dez, 2000.

BRUNO, M. M. G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. [4. ed.] / elaboração Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

CALHEIROS, D. S. **Consultoria Colaborativa a Distância em Tecnologia Assistiva Para Professores**. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, São Paulo, 2015.

CALHEIROS, D. S. e MENDES, E. G. **Consultoria Colaborativa a Distância em Tecnologia Assistiva Para Professores**. São Carlos SP, Brasil 2016.

CAMPOS, M.F.C. **Formação continuada na perspectiva da consultoria colaborativa: contribuições no contexto da inclusão escolar**. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Unidade Acadêmica Especial de Educação, Universidade Federal de Goiás/ Regional Catalão, Goiás, 2018.

CAPELLINI, V.L.M.F; MENDES, E.G. **O Ensino Colaborativo favorecendo o desenvolvimento profissional para a inclusão escolar**. Educere et Educare, vol. 2 nº 4 (pg. 113-128). Unioste, Campos Cascavel, 2007.

CARNEIRO, R. U.C. **A construção da Escola Inclusiva a partir da Consultoria técnica especializada** UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos – SP – Brasil. 2011.

Declaração Mundial de Educação para Todos, Tailândia 1990.

Declaração de Salamanca, 1994.

DETTMER, P.; THURSTON, L.P.; DYCK, N. **Consultation, Collaboration, and Teamwork for Students with Special Needs**, chapter two, (5th Edition), 2005.

PEIXINHO, M. A. A. **Formação continuada na perspectiva colaborativa para professores que atuam com alunos público-alvo da educação especial**. Dissertação de mestrado. Ilhéus, BA: UESC, 2016.

Diário Oficial da União Publicado em: 01/10/2020 | Edição: 189 | Seção: 1 | Página: 6

FALKEMBACH, Elza Maria F. **Diário de campo: um instrumento de reflexão**. In: Contexto e educação. Ijuí, RS Vol. 2, n. 7 (jul./set. 1987).

FLICK, U. **Desenho da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre, Artes Médicas, 2009.

IDOL, L.; NEVIN, A.; PAOLUCCI-WHITCOMB, P. **Learning process in the classroom. Collaborative Consultation**. 3. ed. Austin: Pro- Ed, 2000.

_____. INEP. Resultado IDEB. Brasília: INEP, 2018. Disponível em inep.gov.br. Acesso em 14 fev. 2020.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 15. fev. 2020.

MACHADO, A.C. **Avaliação de um Programa de Resposta à Intervenção multinível para estudantes com dificuldades de aprendizagem**. São Carlos, UFSCar, 2014 Tese de Doutorado 234f.

MARTINS, B. A. **Autoeficácia docente no contexto da educação inclusiva: instrumentos de medida e formação de professores baseada em experiências vicárias**. 326f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, São Paulo, 2018.

_____. MEC. **Nota Técnica** – SEESP/GAB/Nº 11/2010. Brasília, DF, 2010. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>> Acesso em: 15. fev. 2020.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A.; TOYODA, C. Y. **Inclusão Escolar pela Via da Colaboração entre Educação Especial e Educação Regular**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 81-93, jul./set. 2011. Editora UFPR.

MENDES, E. G.; VILARONGA, C.A.R.; Zerbato, A.P. **Ensino Colaborativo como apoio à Inclusão Escolar: unindo esforços entre educação comum e especial**. São Carlos: Edufscar, 2014.

MENDES, G.M.L.; PLETSCHE, M. D. HOSTINS, R.C.L. (Orgs.). **Educação especial e/na educação básica: entre especificidades e indissociabilidades**. 1. ed. - Araraquara [SP]: Junqueira & Marin, 2019.

MIRANDA, M. J. C. et al. **Inclusão, educação infantil e formação de professores**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

MORAES, Louise. **A educação especial no contexto do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2017.

OPAS. **Escritório Regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde; Organização Pan-Americana da Saúde, 2020**. <<https://www.paho.org/pt/covid19>>. Acesso em: 10. out. 2020.

PAIM, A.A.P.; ARAUJO, M. A.; PAIXÃO, K.M. G.; SILVA, G.F. (Orgs.). **Inclusão Escolar: Perspectivas e práticas pedagógicas contemporâneas**, pg. 49. Editora Fi. Porto Alegre, RS, 2018.

PALCHES, A. J. **Collaborative consultation: strategies for supporting the learning of all children within the classroom. Perspectives**. Disponível em: <http://www.mascd.org/publications/Perspectives/palches.htm>, 2009 Acesso em: 15 fev 2020.

PEIXINHO, M. A. A. **Formação continuada na perspectiva colaborativa para professores que atuam com alunos público-alvo da educação especial**. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação), Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia, 2016.

PEREIRA, V. A. **Consultoria colaborativa na escola: contribuições da Psicologia para inclusão escolar do aluno surdo**. São Carlos, UFSCar, 2009 Tese de Doutorado 164f.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 15. fev. 2020.

_____. **Resolução Nº. 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na

modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. Disponível em:. Acesso em: 15. fev. 2020.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1999.

SAMPIERI, R. H. et al. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, N.J.M. **A Consultoria Colaborativa como estratégia na formação continuada de professores sobre o AEE à pessoa com surdocegueira**. Maceió, UFAL, 2014. Dissertação de Mestrado.

SILVA, A. M.; MENDES E. G. **Psicologia e inclusão escolar: novas possibilidades de intervir preventivamente sobre problemas comportamentais**. São Carlos, UFSCAR. 2010.

SILVA, R. H. R.; GAMBOA, S. S. **Análise epistemológica da pesquisa em educação especial: a construção de um instrumental de análise**. Atos de pesquisa em Educação – PPGE/ME FURB, v. 06, n. 02, p. 373-402, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/2581/1708> Acesso em: 14 fev. 2020.

SILVA, A. M.; MENDES, E.G. **Psicologia e inclusão: novas possibilidades de intervir preventivamente sobre problemas comportamentais**. Rev. Bras. Ed. Esp. Marília, v.18, n.1, p.53-70, Jan. Mar., 2012.

TEZANI, T. C. R. **Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva**. Educação, Santa Maria, v. 35, n. 2, p. 287-302, maio/ago. 2010 Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em 08 set.2020

ZERBATO, A.P.; MENDES, E.G. **Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar**. Educação Unisinos 22(2): 147-155, abril-junho 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Nós, Prof.^a Dr^a Maria de Fátima Joaquim Minetto, pesquisadora responsável e Lurdes Fabricio de Oliveira, aluna do Mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estamos convidando você, professor(a) do ensino regular, professor(a) do atendimento educacional especializado (AEE), coordenador/pedagogo, Diretor da rede municipal de ensino de São José dos Pinhais, a participar de um estudo intitulado “Consultoria Colaborativa: modelo de serviço para apoio ao processo de inclusão escolar” o objetivo desta pesquisa é verificar possibilidades de implementação de um serviço de consultoria colaborativa como modelo de suporte ao processo inclusivo de Aluno Público alvo da Educação Especial. Visando identificar demanda para estabelecer uma rede de apoio, com base no serviço de consultoria colaborativa, organizar práticas inclusivas a partir de possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal e analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para Alunos Público-alvo da Educação Especial. A pesquisa teve a anuência do comitê de ética em pesquisa com seres humanos da UFPR – Setor de Ciências da Saúde/SCS, Parecer emitido em 11/12/2019, CAEE nº 25203219.0.0000.0102

Digite o seu nome completo

Digite seu endereço de e-mail

Digite seu número de telefone celular (WhatsApp)

Para a coleta de dados serão aplicados os instrumentos encaminhados de forma gradual, com o link enviado por e-mail ou WhatsApp, na seguinte ordem: 1) Questionário Sociodemográfico; 2) Questionário de Mapeamento Escolar; 3) Questionário para o Professor e 3) Questionário para Direção e Coordenação Pedagógica, a depender da função; 4) Questionário de Avaliação de Vivências por meio da Consultoria Colaborativa e 4) Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas - EEDI, para cada instrumento você dispensará 10 minutos de seu tempo, aproximadamente.

Você concorda em participar desta pesquisa, cuja coleta de dados ocorrerá com a aplicação dos 06 instrumentos todos de forma on-line, por meio de formulários para preenchimento, que serão enviados de forma gradual?

1. SIM / 2. NÃO

As pesquisadoras garantem que todo o material obtido (questionários e escalas) serão utilizados unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, em um prazo de 05 anos. Ressalta-se também que, na ocasião da publicação dos resultados, não será divulgado o seu nome, e sim um código, sendo reafirmado o compromisso de assegurar a confidencialidade dos dados obtidos, a fim de que as informações sejam utilizadas somente em prol das pessoas e grupos pesquisados. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pesquisadores do LABEBE/ LAPEDH da UFPR. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade. Se você experimentar algum desconforto que possa surgir principalmente ao refletir sobre as dificuldades encontradas em sua prática profissional, bem como a respeito do entendimento do suporte recebido, você terá a garantia de suporte do LABEBE/LAPEDH, pelas psicólogas pesquisadoras desse Laboratório.

Você concorda com esses termos?

1. SIM 2. NÃO

As pesquisadoras poderão esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Você pode encontrá-las na Universidade Federal Do Paraná (UFPR) - Campus Rebouças - Av. Sete De Setembro, 2645, SUBSOLO, SALA 1 - Laboratório de Pesquisa em Educação sobre o Desenvolvimento Humano (LABEBE/ LAPEDH), pelo telefone (41) 99970-2073, ou pelos e-mails fa.minetto@gmail.com e lurdesfabricio@gmail.com. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de

proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde). A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento. Não há qualquer previsão de despesa para a realização desta pesquisa. Se porventura houver despesas, essas não serão de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Você concorda com esses termos?

1. SIM 2. NÃO

Após ter conhecimento do objetivo, dos riscos e benefícios da realização da presente pesquisa, das etapas de aplicação dos instrumentos, bem como dos aspectos éticos e demais informações presentes neste termo, declaro que:*

1. Compreendi o conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e concordo voluntariamente em participar deste estudo
2. Compreendi o conteúdo deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e NÃO concordo em participar deste estudo

Data de hoje

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE-FAMÍLIA)

Nós, Prof.^a Dr^a Maria de Fátima Joaquim Minetto, pesquisadora responsável e Lurdes Fabricio de Oliveira, aluna do mestrado em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estamos convidando você pai, mãe ou responsável de aluno da rede municipal de ensino de São José dos Pinhais, a participar de um estudo intitulado “Consultoria Colaborativa: modelo de serviço para apoio ao processo de inclusão escolar”. O objetivo desta pesquisa é verificar possibilidades de implementação de um serviço de consultoria colaborativa como modelo de apoio ao processo inclusivo de alunos Público-alvo da Educação Especial. Visando identificar demanda para estabelecer uma rede de apoio, com base no serviço de consultoria colaborativa, organizar práticas inclusivas a partir de possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal e analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para Alunos Público-alvo da Educação Especial. A pesquisa teve a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPR – Setor de Ciências da Saúde/SCS, parecer emitido em 11/12/2019, CAEE nº 25203219.0.0000.0102.

Nome

Digite seu número de telefone celular (WhatsApp)

Caso você aceite participar, serão 2 encontros de aproximadamente 60 minutos (por computador ou celular) em plataforma virtual porque estamos em período de isolamento social. Você irá responder em um link, enviado para o seu e-mail ou pelo WhatsApp, um Questionário Sociodemográfico. Depois receberá outro link de acesso a plataforma virtual, a qual você irá entrar no dia e horário agendado previamente para os encontros com a equipe da escola. No primeiro encontro você terá informações sobre a pesquisa e poderá esclarecer possíveis dúvidas. As pesquisadoras garantem que todo o material obtido por meio de questionários será utilizado unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, em um prazo de 05 anos. Ressalta-se também que, na ocasião da publicação dos resultados, não será divulgado o seu nome, e sim um código, sendo reafirmado o compromisso de assegurar a confidencialidade dos dados obtidos, a fim de que as informações sejam utilizadas somente em prol das pessoas e grupos pesquisados. As informações

relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pesquisadores do LABEBE/LAPEDH da UFPR. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade. Se você experimentar algum desconforto que possa surgir principalmente ao falar sobre as dificuldades da criança/adolescente, você terá a garantia de suporte do LABEBE/LAPEDH, pelas pesquisadoras que são psicólogas. Caso o desconforto permaneça, pode-se encaminhar para a clínica-escola de psicologia da Universidade Federal do Paraná – UFPR, sendo o tratamento sem ônus.

Você concorda com esses termos?

1. Sim 2. Não

As pesquisadoras poderão esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Você pode encontrá-las na Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Campus Rebouças - Av. Sete de Setembro, 2645, subsolo, sala 1 - Laboratório de Pesquisa em Educação sobre o Desenvolvimento Humano (LABEBE/ LAPEDH), pelo telefone (41) 99970-2073 ou pelo e-mail lurdesfabricio@gmail.com; se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde). A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento. Não há qualquer previsão de despesa para a realização desta pesquisa. Se porventura houver despesas, essas não serão de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Você concorda com esses termos?

1. Sim 2. Não

Após ter conhecimento do objetivo, dos riscos e benefícios da realização da presente pesquisa, das etapas de aplicação dos instrumentos, bem como dos aspectos éticos e demais informações presentes neste termo, declaro que:

1. compreendi o conteúdo deste termo de consentimento livre e esclarecido e concordo voluntariamente em participar deste estudo

2. compreendi o conteúdo deste termo de consentimento livre e esclarecido e NÃO concordo em participar deste estudo

Data de hoje

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE – PROFISSIONAIS DE SAÚDE)

Nós, prof.^a Dr.^a. Maria de Fátima Joaquim Minetto, pesquisadora responsável e Lurdes Fabricio de Oliveira, aluna do mestrado em educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), estamos convidando você profissional da equipe multidisciplinar (psicólogo, fonoaudiólogo, psicopedagogo, terapeuta ocupacional, médico, entre outros) que acompanha o aluno público-alvo da educação especial da rede municipal de ensino de São José dos Pinhais, a participar de um estudo intitulado “Consultoria Colaborativa: modelo de serviço para apoio ao processo de inclusão escolar”. O objetivo desta pesquisa é verificar possibilidades de implementação de um serviço de consultoria colaborativa como modelo de apoio ao processo inclusivo de alunos público-alvo da educação especial. Visando identificar demanda para estabelecer uma rede de apoio, com base no serviço de consultoria colaborativa, organizar práticas inclusivas a partir de possibilidades e recursos reconhecidos no trabalho da rede pública municipal e analisar percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas colaborativas para alunos público-alvo da educação especial. A pesquisa teve a anuência do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFPR – Setor de Ciências da Saúde/SCS, parecer emitido em 11/12/2019, CAEE nº 25203219.0.0000.0102.

Nome

Digite seu endereço de e-mail

Digite seu número de telefone celular (WhatsApp)

As pesquisadoras garantem que o material obtido (termo de consentimento livre esclarecido - TCLE) será utilizados unicamente para essa pesquisa e será destruído/descartado ao término do estudo, em um prazo de 05 anos. Ressalta-se também que, na ocasião da publicação dos resultados, não será divulgado o seu nome, e sim um código, sendo reafirmado o compromisso de assegurar a confidencialidade de dados obtidos, a fim de que as informações sejam utilizadas somente em prol das pessoas e grupos pesquisados. As informações relacionadas ao estudo poderão ser conhecidas por pesquisadores do LABEBE/ LAPEDH da UFPR. No entanto, se qualquer informação for divulgada em relatório ou publicação, isto será

feito sob forma codificada, para que a sua identidade seja preservada e mantida sua confidencialidade.

Você concorda com esses termos?

1. Sim 2. Não

As pesquisadoras poderão esclarecer eventuais dúvidas que você possa ter e fornecer-lhe as informações que queira, antes, durante ou depois de encerrado o estudo. Você pode encontrá-las na Universidade Federal do Paraná (UFPR) - Campus Rebouças - Av. Sete de Setembro, 2645, subsolo, sala 1 - Laboratório de Pesquisa em Educação sobre o Desenvolvimento Humano (LABEBE/ LAPEDH), pelo telefone (41) 99970-2073, ou pelo e-mail lurdesfabricio@gmail.com. Se você tiver dúvidas sobre seus direitos como participante de pesquisa, você pode contatar também o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos (CEP/SD) do Setor de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Paraná, pelo telefone 3360-7259. O comitê de ética em pesquisa é um órgão colegiado multi e transdisciplinar, independente, que existe nas instituições que realizam pesquisa envolvendo seres humanos no Brasil e foi criado com o objetivo de proteger os participantes de pesquisa, em sua integridade e dignidade, e assegurar que as pesquisas sejam desenvolvidas dentro de padrões éticos (resolução nº 466/12 Conselho Nacional de Saúde). A sua participação neste estudo é voluntária e se você não quiser mais fazer parte da pesquisa poderá desistir a qualquer momento. Não há qualquer previsão de despesa para a realização desta pesquisa. Se porventura houver despesas, essas não serão de sua responsabilidade e você não receberá qualquer valor em dinheiro pela sua participação.

Você concorda com esses termos?

1. Sim 2. Não

Caso você aceite participar, será 1 encontro de aproximadamente 60 minutos através de plataforma virtual porque estamos em período de isolamento social. Você receberá um link de acesso a plataforma virtual, a qual você irá entrar no dia e horário agendado previamente para o encontro com a equipe da escola.

Você concorda com esses termos?

1. Sim 2. Não

Após ter conhecimento do objetivo deste estudo, dos aspectos éticos e demais informações presentes neste termo, e como ocorrerá o encontro com equipe da escola, declaro que:

1. compreendi o conteúdo deste termo de consentimento livre e esclarecido e concordo voluntariamente em participar deste estudo.
2. compreendi o conteúdo deste termo de consentimento livre e esclarecido e NÃO concordo em participar deste estudo.

Data de hoje

APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO

a. Identificação

a.1 Nome completo

a.2 Digite seu endereço de e-mail

a.3 Digite o número do seu telefone celular (WhatsApp):

a.4 Gênero

1. Feminino 2. Masculino

a.5 Idade

a.6 Raça/ etnia

1. branco 2. Indígena 3. Afrodescendente 4. Outra

a.7 Qual é a sua religião?

1. católica 2. Evangélica 3. Espírita 4. Não tem religião 5. Outra

a.8 Estado civil

1. solteiro 2. Casado 3. União estável 4. Desquitado/divorciado 5. Viúvo

a.9 Você tem filhos?

1. sim 2. Não

a.10 Você mora em:

1. área urbana 2. Área rural

a.11 Quem mora com você na mesma casa

1. companheiro(a), marido (esposa)

2. filho(s)

3. pai(s)

4. irmão(s)
5. enteado(s)
6. outros

a.12 Qual é a renda total da família (somando as rendas de todos que residem em sua casa):

1. de 1 a 2 salários mínimos - r\$ 1.045,00 a r\$ 2.090,00
2. de 2 a 4 salários mínimos - r\$ 2.090,00 a r\$ 4.180,00
3. de 4 a 10 salários mínimos - r\$ 4.180,00 a r\$ 10.450,00
4. acima de 10 salários mínimos - acima de r\$ 10.450,00

a.13 Qual é a sua última formação acadêmica?

1. graduação 2. Especialização 3. Mestrado 4. Doutorado

a.14 Qual é a sua formação na graduação?

1. pedagogia
2. licenciatura (história, geografia, matemática, etc.)
3. Letras
4. serviço social
5. Psicologia 6. Outro

b. Aspectos relacionados ao trabalho

b.1 Qual é(são) a(s) função(ões) que você desempenha atualmente?

1. professor(a)
2. pedagogo(a)
3. diretor(a)
4. outra função

b.2 Há quanto tempo você trabalha na atual função, na rede municipal de educação de São José dos Pinhais?

1. até 05 anos
2. de 05 a 10 anos
3. de 10 a 15 anos

4. mais de 15 anos

5. mais de 25 anos

b.3 Sobre seu vínculo de trabalho, é somente na rede municipal ou em outras redes de ensino?

1. rede municipal 2. Na rede municipal e estadual 3. Rede particular

b.4 Qual sua carga horária de trabalho na rede municipal de educação?

20 a 30 horas/semanais / 30 a 40 horas/semanais

b.5 Você já participou de cursos de formação na área de educação especial?

1. Sim 2. Não

b.6 Quais temas foram abordados?

b.7 Você tem conhecimento sobre práticas colaborativas ou consultoria colaborativa?

1. Sim 2. Não

b.8 Em relação ao seu trabalho atual, responda?

1. Você se sente realizado com seu trabalho?

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

2. Houve momentos em que desejou desistir do trabalho?

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

3. Você se sente preparado para trabalhar com alunos público-alvo da educação especial?

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

4. Você considera que recebe o suporte e a orientação necessária quando possui alguma dificuldade em desenvolver seu trabalho?

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

c. Aspectos relacionados ao estudante

c.1 A qual classe econômica você considera que pertencem as crianças que você atende?

1. alta / 2. Média alta / 3. Média / 4. Média baixa / 5. Baixa

c.2 Em relação aos estudantes, quais as dificuldades você percebe serem mais frequentes em sua atuação?

1. comportamental/relacional/emocional

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

2. auditivo

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

3. linguagem oral

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

4. visual

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

5. social/familiar

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

6. aprendizagem

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

7. sensorial

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

8. motor/físico

Sempre / quase sempre / quase nunca / nunca

c.3 Em relação aos estudantes público-alvo da educação especial (PAEE), assinale as alternativas que indiquem o(s) diagnóstico(s) do(s) aluno(s) que você trabalha no momento:

1. transtorno do espectro autista
2. deficiência intelectual
3. deficiência física neuro motora
4. altas habilidades/ superdotação
5. deficiências sensoriais (surdez, cegueira, baixa visão, etc.)
6. não trabalho com estudantes PAEE

c.4 Você possui estudantes com diagnóstico de transtornos funcionais específicos (distúrbios de aprendizagem)?

1. Sim 2. Não

c.5 você possui estudantes com transtornos emocionais e/ou comportamentais?

1. Sim 2. Não 3. não sei

c.6 você possui estudantes que frequentam algum serviço especializado?

1. Sim 2. Não 3. Não sei

c.7 assinale quais serviços especializados

1. neurologia (serviço público)
2. neurologia (serviço particular)
3. psiquiatria (serviço público)
4. psiquiatria (serviço particular)
5. psicologia (serviço público)
6. psicologia (serviço particular)
7. fonoaudiologia (serviço público)
8. fonoaudiologia (serviço particular)
9. psicopedagogia (serviço público)
10. psicopedagogia (serviço particular)
11. terapia ocupacional (serviço público)
12. terapia ocupacional (serviço particular)
13. fisioterapia (serviço público)

14. fisioterapia (serviço particular)

15. Outros

16. não sei

c.8 quais os aspectos mais desafiadores no dia a dia de seu trabalho:

1. deficiência intelectual

2. deficiência física neuro motora

3. transtorno do espectro autista

4. deficiências sensoriais (surdez, cegueira, baixa visão, etc.)

5. altas habilidades/ superdotação

6. distúrbios de aprendizagem

7. TDAH (transtorno do déficit de atenção/ hiperatividade)

8. aspectos emocionais/ comportamentais

9. aspectos sociais/ familiares

10. TOD (transtorno opositor desafiador)

11. esquizofrenia/ psicose

12. Outros

c.9 Data de hoje

APÊNDICE 5 – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO (FAMÍLIA)

a. Dados gerais

a.1 Questionário respondido por:

1. Pai 2. Mãe 3. Responsável

a.2 Nome completo

a.3 Endereço de e-mail

a.4 Número do seu telefone celular (WhatsApp):

a.5 Cidade que reside atualmente

b. Identificação

b.1 Nome da criança/adolescente

b.2 Data de nascimento

b.3 Gênero

1. Feminino 2. Masculino

b.4 Raça/ etnia

1. branco 2. Indígena 3. Afrodescendente 4. Outra

b.5 Reside na área:

1. Urbana 2. Rural

b.6 Quem mora na mesma casa

1. pai(s) 2. Irmão(s) 3. Avós (s) 4. Tios 5. Primos 6. Outros

b.7 Diagnóstico médico

b.8 Quanto tempo levou após o nascimento da criança/adolescente para obtenção do diagnóstico?

b.9 Quem observou na criança/adolescente atraso em algum aspecto do desenvolvimento ou comportamento diferenciado?

b.10 Quem fez o diagnóstico?

1. Neuropediatria 2. Neurologista 3. Psiquiatra 4. Neuropsiquiatra 5. Outro

b.11 Cuidador(res) principal(is):

1. pai e mãe
2. Mãe
3. Pai
4. mãe e outros familiares
5. pai e outros familiares
6. Avós
7. Tios
8. outros

c. Informações escolares da criança/adolescente

c.1 Qual nome da escola que a criança/adolescente frequenta?

c.2 Ano escolar que frequenta

c.3 Houve retenção em algum ano escolar?

c.4 Recebe atendimento educacional especializado na escola?

1. Sim 2. Não

c.5 Qual atendimento educacional especializado recebe na escola?

c.6 Possui tutor/profissional de apoio escolar?

1. Sim 2. Não

c.7 Faz acompanhamento com profissionais da área da saúde?

1. Sim 2. Não

c.8 Assinale quais serviços especializados da área da saúde

1. neurologia (serviço público)
2. neurologia (serviço particular)
3. psiquiatria (serviço público)
4. psiquiatria (serviço particular)
5. psicologia (serviço público)
6. psicologia (serviço particular)
7. fonoaudiologia (serviço público)
8. fonoaudiologia (serviço particular)
9. psicopedagogia (serviço público)
10. psicopedagogia (serviço particular)
11. terapia ocupacional (serviço público)
12. terapia ocupacional (serviço particular)
13. fisioterapia (serviço público)
14. fisioterapia (serviço particular)
15. outros
16. não sei

c.9 Neste período de pandemia tem frequentado os atendimentos especializados da área da saúde?

1. Sim 2. Não

c.10 Se não, qual(ais) o motivo(s)?

c.11 Já utilizou a rede de proteção à criança e ao adolescente, conselho tutelar ou outros órgãos afins

1. sim 2. Não

c.12 Se sim qual(ais) motivo(s)?

d. Dados da mãe**d.1 Nome da mãe****d.2 Idade da mãe****d.3 Escolaridade da mãe**

1. não possui ou analfabeto
2. ensino fundamental completo
3. ensino fundamental incompleto
4. ensino médio completo
5. ensino médio incompleto
6. ensino superior completo
7. ensino superior incompleto
8. ensino técnico completo
9. ensino técnico incompleto

d.4 Profissão da mãe**e. Dados do pai****e.1 Nome do pai****e.2 Idade do pai****e.3 Escolaridade do pai**

1. não possui ou analfabeto
2. ensino fundamental completo
3. ensino fundamental incompleto
4. ensino médio completo
5. ensino médio incompleto
6. ensino superior completo
7. ensino superior incompleto
8. ensino técnico completo
9. ensino técnico incompleto

e. 4 Profissão do pai

f. Dados da família**f.1 Estado civil**

1. casados ou vivem juntos 2. Separado/divorciado 3. Viúvo

f.2 No caso de pais separados a guarda da criança é:

1. Compartilhada 2. Unilateral

f.3 Já utilizou a rede de proteção à criança e ao adolescente, conselho tutelar ou outros órgãos afins?

1. Sim 2. Não

f.4 Se sim, qual(ais) motivo(s)?**f.5 Outras pessoas que moram na casa**

1. avôs e avós 2. Parentes 3. Enteados 4. Outros 5. Não tem outras pessoas

f.6 Religião predominante

1. Católica 2. Evangélica 3. Não tem religião/ateu 4. Outra

f.7 Qual é a renda total da família (somando as rendas de todos que residem em sua casa):

1. de 1 a 2 salários mínimos - r\$ 1.045,00 a r\$ 2.090,00
2. de 2 a 4 salários mínimos - r\$ 2.090,00 a r\$ 4.180,00
3. de 4 a 10 salários mínimos - r\$ 4.180,00 a r\$ 10.450,00
4. acima de 10 salários mínimos - acima de r\$ 10.450,00

f.8 A família participa de programas sociais?

1. Sim 2. Não

f.9 Na família há outros filhos com diagnóstico médico? qual diagnóstico?**f.10 data de hoje**

APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO DE MAPEAMENTO ESCOLAR

a. Identificação do participante e do contexto escolar

a.1 Digite seu nome completo

a.2 Em qual escola da rede municipal você trabalha e em que bairro está localizada

a.3 Qual ano de fundação da escola?

a.4 Número total de funcionários

a.5 Horário de funcionamento

1. Manhã 2. Tarde 3. Noite

a.6 Número de pedagogos/coordenadores

a.7 Número total de professores

a.8 Número total de professores de apoio

a.9 Número total de turmas

a.10 Número de turmas por série

a.11 Número aproximado de alunos por turma

a.12 Número de alunos matriculados no ano letivo de 2020

a.13 Número de alunos público-alvo da educação especial (PAEE) matriculados no ano letivo de 2020

a.14 No período de pandemia, até o momento, teve ingresso de alunos público-alvo da educação especial (PAEE)?

1. Sim 2. Não

a.15 Ano em que a escola passou a ter atendimento educacional especializado*

a.16 Data de hoje

APÊNDICE 7 – QUESTIONÁRIO PARA DIREÇÃO E COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Nome completo

a. Questões gerais

a.1 Você tem conhecimento sobre práticas colaborativas como a consultoria colaborativa?

1. Sim 2. Não

a.2 Qual sua opinião sobre encontros com a equipe da escola ou capacitações para debate sobre o trabalho pedagógico voltado à inclusão escolar.

a.3 A rede municipal oferece ou ofereceu curso de formação continuada para o atendimento de alunos na perspectiva inclusiva?

1. Sim 2. Não

a.4 Você teve oportunidade de participar?

1. Sim 2. Não

a.5 Se participou, os conhecimentos adquiridos nos cursos oferecidos pela rede municipal, contribuíram para sua atuação com os alunos público-alvo da educação especial?

a.6 Em sua opinião, qual a frequência em que cursos de formação e capacitações sobre educação inclusiva poderiam ser oferecidos pela rede municipal?

b. Questões específicas
b.1 quais os principais desafios enfrentados por você como diretor(a) ou coordenador(a) no processo de inclusão escolar dos alunos público-alvo da educação especial na escola regular?

b.2 Quais os pontos positivos e pontos negativos em viabilizar encontros entre a equipe da escola para capacitações visando organizar práticas pedagógicas colaborativas efetivas à inclusão escolar?

b.3 Depois da participação dos encontros baseados no modelo de consultoria colaborativa qual a mudança que percebe na organização e desenvolvimento de práticas pedagógicas com alunos público-alvo da educação especial?

b.4 Você acredita que esses encontros podem repercutir reflexões e mudanças tanto na equipe de gestão como no corpo docente para o envolvimento com a aprendizagem e escolarização dos alunos público-alvo da educação especial? De que forma?

b.5 Data

APÊNDICE 8 – QUESTIONÁRIO PARA PROFESSORES

Seu nome completo

a. Questões Gerais

a.1 Você tem conhecimento sobre práticas colaborativas como a consultoria colaborativa?

1. Sim 2. Não

a.2 Qual sua opinião sobre encontros com a equipe da escola ou capacitações para debate sobre o trabalho pedagógico voltado à inclusão escolar.

a.3 A rede municipal oferece ou ofereceu curso de formação continuada para alunos atendidos na perspectiva inclusiva?

1. Sim 2. Não

a.4 Você teve oportunidade de participar?

1. Sim 2. Não

a.5 Se participou, os conhecimentos adquiridos nos cursos oferecidos pela rede municipal, contribuíram para sua atuação com os alunos público-alvo da educação especial?

a.6 Em sua opinião, qual a frequência em que cursos de formação e capacitações sobre educação inclusiva poderiam ser oferecidos pela rede municipal?

b. Questões específicas

b.1 Você participa de encontros com a equipe da escola para debate e reflexão sobre planejamento de práticas pedagógicas para alunos público-alvo da educação especial? se sim, com que frequência?

b.2 Em sua opinião a organização de encontros com a equipe da escola pode ser organizada com que frequência?

b.3 Quais profissionais da escola você considera importante participar deste momento colaborativo?

b.4 Você participa ou participou de encontro com a família para conhecer sobre o aluno público-alvo da educação especial que possui?

1. Sim 2. Não

b.5 Você participa ou participou de encontro com profissionais que acompanham o aluno público-alvo da educação especial que possui?

1. Sim 2. Não

b.6 Em sua opinião, que contribuições podem trazer, encontros com a família e profissionais que acompanham o aluno público-alvo da educação especial, para sua prática pedagógica?

b.7 De que forma capacitações, formações continuadas e encontros com famílias e profissionais que acompanham o aluno público-alvo da educação especial podem viabilizar a inclusão escolar?

b.8 Após a participação dos encontros baseados no modelo de consultoria colaborativa qual a mudança que percebe na organização e desenvolvimento de práticas pedagógicas com alunos público-alvo da educação especial?

b.9 Você acredita que os encontros podem repercutir reflexões e mudanças tanto na equipe de gestão como no corpo docente para o envolvimento com a aprendizagem e escolarização dos alunos público-alvo da educação especial? De que forma?

b.10 Data

APÊNDICE 9 – AVALIAÇÃO DE VIVÊNCIAS POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA

Nome completo:

a. Avaliação

a.1 O tempo para debates e reflexões foi suficiente?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não discordo nem concordo 4. Concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

a.2 O tempo para planejamento de prática pedagógica após estudo foi suficiente?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não concordo nem discordo 4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

a.3 A qualidade das informações e conhecimentos trabalhados nos encontros foi satisfatória?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não discordo nem concordo 4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

b. Autoavaliação

b.1 a participação pessoal nos debates do grupo foi satisfatória?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não discordo nem concordo 4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

b.2 o conteúdo abordado sobre a consultoria colaborativa foi suficiente para o planejamento de prática pedagógico ao aluno público-alvo da educação especial?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não discordo nem concordo 4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

b.3 Foi possível avaliação de intervenção com aluno público-alvo da educação especial?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não discordo nem concordo 4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

b.4 O modelo de consultoria colaborativa contribuiu com a reorganização de práticas pedagógicas para o aluno público-alvo da educação especial que possui?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não discordo nem concordo
4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

b.5 O modelo de consultoria colaborativa contribuiu com mudanças em sua prática pedagógica?

1. discordo totalmente 2. Discordo parcialmente 3. Não concordo nem discordo
4. concordo parcialmente 5. Concordo totalmente

c. Experiências com a consultoria colaborativa

c.1 Sua experiência com a prática colaborativa baseada na consultoria colaborativa correspondeu sua expectativa?

c.2 Descreva aspectos positivos dessa experiência por meio da consultoria colaborativa

c.3 Descreva aspectos negativos dessa experiência por meio da consultoria colaborativa

c.4 Registre um comentário sobre a experiência de estudo e debate por meio da consultoria colaborativa

c.5 Data de hoje



APÊNDICE 10 – AVALIAÇÃO DE VIVÊNCIAS POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA – FOLLOW UP

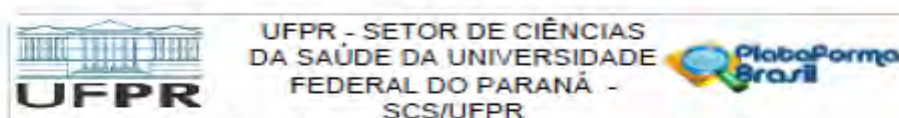
1. Digite seu nome completo
2. Qual sua formação? (graduação e pós-graduação)
3. Quanto tempo você trabalha na rede municipal?
4. Sobre o tema Consultoria Colaborativa, o conteúdo apresentado, os debates reflexões foram suficientes para auxiliar no planejamento do trabalho pedagógico e práticas pedagógicas para seu aluno Público-alvo da Educação Especial?
5. No decorrer do planejamento de práticas pedagógicas foi possível a continuidade na troca sobre seu aluno com outras professoras, equipe da escola, a família e profissionais de saúde que acompanham o aluno (por meio de encontro ou relatório)?
6. Após os encontros sobre consultoria colaborativa, no decorrer do semestre, como você observou a realização de atividades pedagógicas e desempenho de seu aluno?
7. Sua experiência referente a organização (planejamento e desenvolvimento) de práticas pedagógicas com base na consultoria colaborativa correspondeu suas expectativas? Contribuiu com sua motivação e confiança para o trabalho com seu aluno público-alvo da Educação Especial?
8. O modelo de Consultoria Colaborativa contribuiu com a reorganização de práticas pedagógicas para seu aluno público-alvo da Educação Especial? De que forma?
9. O modelo de consultoria colaborativa contribuiu com alguma mudança em sua intervenção pedagógica somente para o aluno Público-alvo da Educação Especial, para todos os alunos ou não ocorreram mudanças?
10. Descreva aspectos positivos dessa experiência por meio da consultoria colaborativa

11. Descreva aspectos negativos dessa experiência por meio da consultoria colaborativa
12. Como foi para você participar deste estudo sobre Consultoria Colaborativa?
13. Registre seus comentários e observações sobre a experiência de organizar e desenvolver práticas pedagógicas por meio da consultoria colaborativa com aluno Público-alvo da Educação Especial.
14. Data

ANEXOS

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

	UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - SCS/UFPR			
PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP				
DADOS DO PROJETO DE PESQUISA				
Título da Pesquisa: Consultoria Colaborativa: modelo para implementação de práticas inclusivas.				
Pesquisador: MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO				
Área Temática:				
Versão: 2				
CAAE: 25203219.0.0000.0102				
Instituição Proponente: Programa de Pós-Graduação em Educação				
Patrocinador Principal: Financiamento Próprio				
DADOS DO PARECER				
Número do Parecer: 3.759.717				
Apresentação do Projeto:				
Projeto intitulado "Consultoria Colaborativa: modelo para implementação de práticas inclusivas".				
Pesquisadora Principal:				
Professora Drª Maria de Fátima Joaquim Minetto				
Departamento de Teoria e Fundamentos da Educação - DTFE				
Linha pesquisa - Processos Psicológicos em Contextos Educacionais - PPGE				
Pesquisadora responsável:				
Lurdes Fabrício de Oliveira Psicóloga Mestranda do PPGE/ Educação UFPR - Psicóloga				
Escolar/Educacional em Instituição privada de Ensino				
Local de realização - Secretaria Municipal de Educação de São José dos Pinhais/PR e ou Escolas indicadas				
através do Departamento de Educação Especial.				
Período da Pesquisa - Após a carta de aceite até março de 2021				
<p>Esta pesquisa tem como objetivo principal implementar um modelo de Consultoria Colaborativa em uma rede municipal de ensino, como possibilidade de suporte ao processo inclusivo para aluno público alvo da educação especial. O estudo apresenta delineamento qualitativo, transversal, com enfoque explicativo e descritivo, tais características se referem a forma de coleta de dados que ocorrerá em um só momento em um tempo único. Seu propósito é descrever variáveis e analisar sua incidência e interrelação em um momento determinado. Apesar do estudo predominantemente</p>				
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 50%;"> Endereço: Rua Padre Cerejeira, 285 - 1º andar Bairro: Alto da Glória UF: PR Telefone: (41)3363-7256 </td> <td style="width: 50%;"> CEP: 81.090-340 Município: CURITIBA E-mail: comite.saude@ufpr.br </td> </tr> </table>			Endereço: Rua Padre Cerejeira, 285 - 1º andar Bairro: Alto da Glória UF: PR Telefone: (41)3363-7256	CEP: 81.090-340 Município: CURITIBA E-mail: comite.saude@ufpr.br
Endereço: Rua Padre Cerejeira, 285 - 1º andar Bairro: Alto da Glória UF: PR Telefone: (41)3363-7256	CEP: 81.090-340 Município: CURITIBA E-mail: comite.saude@ufpr.br			



Continuação do Parecer: 3.759-717

qualitativo, aspectos quantitativos certamente serão levantados e analisados atendendo suas especificidades. Participarão da pesquisa professores do ensino comum, professores de sala de recursos multifuncional, diretores, coordenadores/pedagogos da rede municipal de ensino, indicados pela Secretaria Municipal de Educação, através do Departamento de Educação Especial, também família e profissionais da equipe multiprofissional (psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, médico, entre outros) que acompanham o aluno público alvo da educação especial.

Critério de Inclusão:

Será incluído, a partir da indicação da Secretaria Municipal de Educação professor do ensino comum, professor da sala de recursos multifuncional, diretores de escola, coordenações/pedagogos, familiares e profissionais que trabalham com alunos públicos alvo da educação especial (PAEE).

Critério de Exclusão:

Serão excluídos os que não assinarem o termo livre esclarecido.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Geral:

- Esta pesquisa tem como objetivo implementar um modelo de Consultoria Colaborativa em uma rede municipal de ensino, como possibilidade de suporte ao processo inclusivo para aluno público alvo da educação especial.

Objetivos Específicos

- Identificar a demanda para estabelecer uma rede de suporte com base no modelo de Consultoria Colaborativa;
- Organizar práticas de consultoria colaborativa baseada nas possibilidades de recursos apontadas pela rede pública municipal.
- Analisar a percepção de suporte e engajamento dos professores na implementação de práticas inclusivas para educandos público alvo da educação especial inclusiva.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores, em relação aos riscos:

"Considerando a diversidade de participantes e aplicabilidade do método, pondera-se que há risco baixo para os professores ao falar sobre as dificuldades de aprendizagem dos alunos e expectativas sobre o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Esses desconfortos podem desencadear ansiedade, medos, angústias, dentre outros sentimentos, referentes à atividade

Endereço: Rua Pedro Carnegio, 285 - 1º andar
 Bairro: Alto da Glória CEP: 80.060-340
 UF: PR Município: CURITIBA
 Telefone: (41)3360-7258 E-mail: cometica.saude@ufpr.br



UFPR - SETOR DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO PARANÁ -
SCS/UFPR



Continuação do Parecer: 3.756.717

laboral desempenhada.

Benefícios:

"A população estudada pode se beneficiar com a atenção ao processo de aprendizagem e orientações a todos os envolvidos. As ações desenvolvidas com alunos público-alvo da educação especial poderão repercutir no interesse, envolvimento e qualidade para o processo de aprendizagem, também de outras crianças, assim como aprimoramento de práticas escolares inclusivas entre outros direcionamentos para diversos profissionais relacionados ao contexto escolar, com destaque também para orientações aos familiares das crianças atendidas nesta perspectiva. Vale ressaltar a importância do tema proposto para estudo com objetivo de implementar políticas públicas voltadas à educação especial.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Não há.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos foram apresentados.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

As pendências do parecer anterior foram atendidas e o projeto já pode ser iniciado.

- É obrigatório retirar na secretaria do CEP/SD uma cópia do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido com carimbo onde constará data de aprovação por este CEP/SD, sendo este modelo reproduzido para aplicar junto ao participante da pesquisa.

"Em caso de projetos com Coparticipantes que possuam Comitês de Ética, seu TCLE somente será liberado após aprovação destas instituições.

O TCLE deverá conter duas vias, uma ficará com o pesquisador e uma cópia ficará com o participante da pesquisa (Carta Circular nº. 003/2011/CONEP/CNS).

Favor agendar a retirada do TCLE pelo telefone 41-3360-7259 ou por e-mail cometica.saude@ufpr.br, necessário informar o CAAE.

Considerações Finais a critério do CEP:

Solicitamos que sejam apresentados a este CEP, relatórios semestrais e final, sobre o andamento da pesquisa, bem como informações relativas às modificações do protocolo, cancelamento,

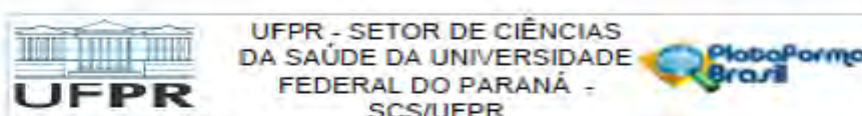
Endereço: Rua Pedro Carnegio, 265 - 1ª andar
Bairro: Alto da Glória
UF: PR Município: CURITIBA

CEP: 80.060-240

Telefone: (41)3360-7259

E-mail: cometica.saude@ufpr.br

Página 03 de 03



Continuação do Parecer: 3.756.717

encerramento e destino dos conhecimentos obtidos, através da Plataforma Brasil - no modo: NOTIFICAÇÃO. Demais alterações e prorrogação de prazo devem ser enviadas no modo EMENDA. Lembrando que o cronograma de execução da pesquisa deve ser atualizado no sistema Plataforma Brasil antes de enviar solicitação de prorrogação de prazo.

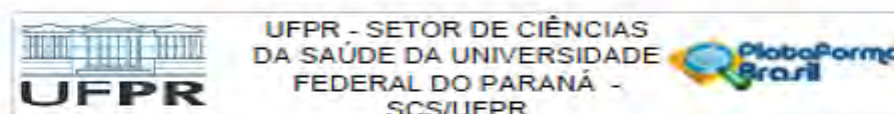
Emenda – ver modelo de carta em nossa página: www.cometica.ufpr.br (obrigatório envio)

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1455421.pdf	27/11/2019 20:43:43		Aceito
Outros	Carta_modificacoes.docx	27/11/2019 20:43:10	LURDES FABRICIO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	Comite_de_etica_Projeto_de_pesquisa_versao_2.docx	27/11/2019 20:42:43	LURDES FABRICIO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	TCLE_versao_2.docx	27/11/2019 20:39:46	LURDES FABRICIO DE OLIVEIRA	Aceito
Outros	check_list_lurdes.pdf	07/11/2019 12:55:57	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto_cep_lurdes.docx	07/11/2019 12:31:13	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_lurdes.docx	07/11/2019 12:26:11	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Outros	analise_merito_lurdes.pdf	07/11/2019 12:22:03	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Folha de Rosto	foihaderosto_lurdes.pdf	05/11/2019 15:45:14	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Outros	extrato_ata_lurdes.pdf	04/11/2019 23:47:41	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Outros	carta_encaminhamento_pesquisador.pdf	04/11/2019 23:45:58	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Declaração de Pesquisadores	declaracao_equipe_pesquisa.pdf	04/11/2019 23:45:36	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito
Declaração de Instituição e Intraesutura	concordancia_servicos.pdf	04/11/2019 23:45:16	MARIA DE FATIMA JOAQUIM MINETTO	Aceito

Endereço: Rua Pedro Carmo, 285 – 1ª andar
Bairro: Alto da Glória CEP: 80.060-340
UF: PR Município: CURITIBA
Telefone: (41)3360-7250 E-mail: cometica.saude@ufpr.br

Página 04 de 05



Continuação do Parecer: 3.756.717

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CURITIBA, 11 de Dezembro de 2019

Assinado por:
IDA CRISTINA GUBERT
(Coordenador(a))

ANEXO 2 ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS

APÊNDICE B - ESCALA DE EFICÁCIA DOCENTE PARA PRÁTICAS INCLUSIVAS

Nome: _____

Data: _____

Escala de Eficácia Docente para Práticas Inclusivas

Este instrumento foi desenvolvido para ajudar a compreender a natureza dos fatores que influenciam o sucesso das atividades cotidianas de sala de aula para a criação de um ambiente inclusivo. Em uma sala de aula inclusiva, alunos de uma ampla variedade de capacidades e habilidades diversas aprendem em conjunto, com os recursos necessários disponíveis para professores e alunos.

Por favor, circule o número que melhor representa sua opinião sobre cada uma das afirmações.

Por favor, tente responder a todas as questões.

(continua)

Item	1	2	3	4	5	6
	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
	DT	D	DP	CP	C	CT
1 Consigo deixar claro, aos alunos, quais minhas expectativas em relação aos seus comportamentos.	1	2	3	4	5	6
2 Sou capaz de acalmar um aluno perturbador/barulhento.	1	2	3	4	5	6
3 Consigo fazer com que os pais se sintam à vontade para vir à escola.	1	2	3	4	5	6
4 Consigo auxiliar as famílias para que ajudem seus filhos a irem bem na escola (em relação à aprendizagem, interação e comportamento).	1	2	3	4	5	6
5 Consigo avaliar com precisão a compreensão do aluno em relação ao que ensinei.	1	2	3	4	5	6

		(continuação)					
Item		1 Discordo Totalmente	2 Discordo	3 Discordo Parcialmente	4 Concordo Parcialmente	5 Concordo	6 Concordo Totalmente
		DT	D	DP	CP	C	CT
6	Consigo propor desafios adequados a alunos muito capazes.	1	2	3	4	5	6
7	Tenho confiança em minha habilidade de evitar a ocorrência de comportamentos perturbadores em sala de aula.	1	2	3	4	5	6
8	Consigo controlar comportamentos perturbadores em sala de aula.	1	2	3	4	5	6
9	Tenho confiança na minha capacidade de envolver os pais nas atividades escolares dos seus filhos com deficiência.	1	2	3	4	5	6
10	Tenho confiança em planejar atividades educacionais para que as necessidades individuais dos alunos com deficiência sejam adequadamente atendidas.	1	2	3	4	5	6
11	Sou capaz de fazer com que as crianças sigam as regras da sala de aula.	1	2	3	4	5	6

(continuação)

Item	1	2	3	4	5	6
	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
	DT	D	DP	CP	C	CT
12 Consigo trabalhar em colaboração com outros profissionais (por exemplo, professores itinerantes; especialistas; professor do AEE; intérprete de LIBRAS etc.) na elaboração de planos educacionais para alunos com deficiência.	1	2	3	4	5	6
13 Sou capaz de trabalhar em conjunto com outros profissionais e funcionários (por exemplo, auxiliares, outros professores) para ensinar alunos com deficiência em sala de aula.	1	2	3	4	5	6
14 Tenho confiança em minha habilidade de fazer com que os alunos trabalhem juntos em pares ou em pequenos grupos.	1	2	3	4	5	6
15 Sou capaz de uma variedade de estratégias de avaliação (por exemplo, avaliação do portfólio, testes adaptados, avaliação baseada em desempenho, etc.).	1	2	3	4	5	6

(conclusão)

Item	1	2	3	4	5	6
	Discordo Totalmente	Discordo	Discordo Parcialmente	Concordo Parcialmente	Concordo	Concordo Totalmente
	DT	D	DP	CP	C	CT
16 Tenho confiança em fornecer informações sobre as leis e as políticas relacionadas à inclusão de alunos com deficiência às pessoas que conhecem pouco desse assunto.	1	2	3	4	5	6

Tradução e adaptação da *Teacher Efficacy for Inclusive Practices (TEIP) Scale*, (SHARMA; LOREMAN; FORLIN, 2012).